BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA E RACIONALIDADE

Fábio Wanderley Reis

A história não é senão a atividade dos homens em busca de seus objetivos.

Karl Marx, *A Sagrada Família*.

– Para onde você vai?
– Para Barbacena.
– Acha que me engana? Diz isso para que eu pense que vai para Juiz de Fora. Acontece que eu sei que você vai para Barbacena.

Anedota judia, segundo A. Rapoport, *Fights, Games and Debates*; conhecida no Brasil como diálogo ocorrido entre dois políticos mineiros.

SUMÁRIO

Segunda Parte:

Para um Conceito de Política: A Teoria da *Public Choice,* o Estratégico e o Institucional

NOTA DO AUTOR

Este livro, escrito originalmente em 1981 como tese destinada ao concurso para professor titular de ciência política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, foi publicado inicialmente pela Editora da UFMG em 1984, como volume 37 da série Estudos Sociais e Políticos, sob o patrocínio da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, tendo tido uma segunda edição revista e atualizada, pela mesma editora, em 2000. Seu objetivo principal é o de procurar fundamentar uma abordagem dos problemas da ciência política em que a exigência de rigor possa ser conciliada com demandas de ordem prática ou normativa, as quais são vistas como inerentes à própria definição da atividade política e como impondo o interesse pelo tema do desenvolvimento político, ou da mudança política avaliada em termos de concepções doutrinárias acerca da boa sociedade a ser erigida.

As discussões feitas têm a ideia de racionalidade como referência básica, girando em torno da tensão entre duas maneiras distintas e mesmo supostamente antagônicas de entendê-la e utilizá-la na ciência social contemporânea: de um lado, a concepção técnica e instrumental de racionalidade a ser encontrada na economia como disciplina e em seu transbordamento recente sobre o domínio da sociologia e da ciência política, no qual os temas convencionais destas são submetidos a formas econômicas de análise, como se dá no estudo dos fenômenos políticos ao estilo da abordagem que se tornou conhecida como a "escolha pública" (*public choice*); de outro lado, a concepção de racionalidade afim à perspectiva que enxerga a política em termos de ação prática e desideratos normativos, na linha que vai de Aristóteles a Hannah Arendt, e se coloca o desafio de dar conta de processos de "racionalização" social. Além disso, o tema geral se desdobra na questão das relações entre os planos "micro" e "macro", ou de como a racionalidade e a ação eficiente no nível dos indivíduos, que a ciência econômica tende a postular, se articulam com o desafio de se alcançar uma racionalidade coletiva, ou a busca eficiente de objetivos compartilhados em escalas diversas. O volume empreende a exploração dessas questões e a avaliação das perspectivas que se confrontam, por meio da discussão crítica do pensamento de autores como Arendt e especialmente Jurgen Habermas, de um lado, e dos trabalhos

ligados à *public choice*, de outro. A obra de Jean Piaget propicia recursos decisivos para se levar a cabo a empreitada.

Apesar de escrito há muitos anos, os temas e perspectivas a que se dirige o volume não fizeram senão ganhar em relevo e importância desde então. Assim, sem falar da dramaticidade adquirida pelo desafio de uma racionalidade abrangente num mundo em que a globalização assegura o predomínio dos mecanismos de mercado e a fragmentação que deles decorre, a abordagem econômica dos fenômenos sociais prosperou notavelmente, vindo a ter forte impacto sobre o campo geral das ciências sociais e condicionando, sob a designação mais estável e envolvente de teoria da "escolha racional", extensa revisão de postulados e métodos e mesmo reviravoltas surpreendentes. De sua parte, a perspectiva aqui representada por Habermas pôde presenciar o amadurecimento das ideias deste em numerosos trabalhos, com destaque para o que é certamente seu *opus magnum*, a *Teoria da Ação Comunicativa*, em que as teses gerais do autor são discutidas de maneira mais extensa e elaborada, com recurso aos instrumentos fornecidos por variados esforços da ciência social clássica e contemporânea e da reflexão filosófica recente.

Não obstante, estou convencido de que as posições sustentadas no volume continuam a valer, e de que a defesa que delas aqui se faz prevalece mesmo à luz da literatura que se seguiu à sua publicação inicial. O texto é o mesmo do da segunda edição, que difere do da primeira sobretudo pela inclusão de um pós-escrito na primeira parte destinado justamente a breve confronto com a *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas.

Fábio W. Reis
Agosto de 2008

INTRODUÇÃO

1. A democracia e o dilema do poder: contenção versus eficácia. O conteúdo "crítico" da ciência política

Uma forma de introduzir a discussão do problema conceitual de que me ocuparei, a qual tem o mérito de parecer clara e provavelmente plausível a qualquer contemporâneo nosso que aborde o assunto munido apenas do sentido comum, seria propor que o problema da política e da ciência política é o problema da democracia. Por outras palavras, aquilo de que se trata no processo político é a questão da constituição e preservação da autoridade democrática, ou do caráter democrático do exercício da autoridade.

Essa proposição é desde logo compatível com a reiterada referência à noção de *poder* nas definições do objeto da ciência política a serem encontradas na literatura.[1] De acordo com as ressonâncias que parecem associar-se mais naturalmente, em nossos dias, ao tema da democracia, a perspectiva proposta traz à baila de imediato o problema central da tradição liberal, ou seja, o da necessidade de *controlar* o poder e impedir que seu exercício se faça de forma tirânica ou despótica (ou antidemocrática ou autoritária, no vocabulário atualmente corrente). Desnecessário destacar que a colocação do poder, nesses termos, no centro das preocupações da ciência política pode ser vista como tendo implicações ético-práticas no sentido da autonomia fundamental, ao menos potencial, de todo ser humano. Em outros termos, se o poder representa um problema a ser privilegiado do ponto de vista analítico, isso se deveria antes de mais nada ao fato de que ele representa também um problema – talvez mesmo o problema crucial – a ser enfrentado e solucionado no plano prático da convivência entre os homens. Não é senão um desdobramento de tais proposições, assim, o reconhecimento de um conteúdo "utópico" ou "crítico" que caberia ver como inerente à própria definição mais convencional e corrente do objeto da ciência política. Tal conteúdo aponta uma condição hipotética de convergência esclarecida e eticamente fundada, isenta de relações de

[1] Algumas discussões clássicas do conceito de poder na ciência política podem ser encontradas em Harold D. Lasswell e Abraham Kaplan, *Power and Society,* New Haven, Yale University Press, 1950 (tradução brasileira., *Poder e Sociedade,* Brasília, 1979); e em Robert A. Dahl, "*The Concept of Power", Behavioral Science*, 2, 3, julho de 1957. Karl W. Deutsch, *The Nerves of Government*, Nova Iorque, Free Press, 1966, capítulo VII, examina essas e outras discussões.

dominação, a caracterizar a coexistência política – condição esta que, contrastada com o estado de coisas deparado no plano histórico ou "empírico", não poderia deixar de trazer a questão da mudança política embutida também como questão crucial.

Decerto, os termos estritos da ótica liberal não são os únicos através dos quais se torna possível apreciar o poder como problema. Ao contrário, há aspectos importantes do caráter problemático da questão do poder que a ótica liberal deixa na sombra. Alguns deles se tornam patentes como resultado do próprio processo de transformação sociopolítica na época moderna; outros se salientam, por exemplo, na crítica dirigida ao pensamento liberal sobretudo pelo pensamento marxista, onde ganha contornos mais nítidos o conteúdo crítico e utópico visto há pouco como inerente à ciência política mesmo nas formas mais convencionais de entendê-la. Independentemente de questões de genealogia, gostaria de destacar aqui três aspectos que permitem, todos eles, apreciar como que o reverso da medalha relativamente à necessidade de contenção ou neutralização do poder, mostrando a grande complexidade de que o problema do poder se reveste tanto no plano prático quanto no analítico.

Em nível mais abstrato, em primeiro lugar, deparamos uma dificuldade básica que decorre diretamente da própria formulação dada acima ao problema da democracia como problema fundamental da política e da ciência política, a saber, a de que esse problema envolve o da constituição e preservação da *autoridade* democrática. Esse enunciado, com efeito, pretende sugerir a ideia banal de que, sem negar validez às razões que militam em favor do empenho de contenção ou controle do poder, é preciso reconhecer, contra uma utopia de tipo anarquista, não apenas a necessidade da existência do poder para evitar o estado de beligerância generalizada entrevisto por Hobbes, mas também a desejabilidade do poder entendido como ingrediente necessário de qualquer esforço de coordenação das ações ou de organização que vise à realização de fins coletivos. Assim, para uma coletividade dada, a questão de institucionalizar mecanismos de tomada de decisão coletiva representa um desafio e um problema não só no sentido de impedir que tais mecanismos redundem na sujeição de alguns homens a outros, mas também no de garantir que a atuação desses mecanismos possa ser eficaz no que concerne aos fins de qualquer natureza eventualmente perseguidos pela coletividade. Por outras palavras, se o

ingrediente libertário (ou liberal) correntemente associado ao ideal democrático exige conter ou distribuir o poder, um anseio de eficácia na realização de fins dados pareceria levar antes a produzir ou incrementar (e talvez a concentrar) o poder.

Se deixamos esse plano abstrato, vemos – e este é o segundo aspecto – que o dilema aí exposto assume feições palpáveis e nítidas no processo de expansão socioeconômica do estado na época contemporânea. Essa expansão se verifica em contextos os mais diversos, quer se trate de sociedades pós-revolucionárias de ideologia socialista, do *welfare state* de países de capitalismo avançado ou de regimes autoritários característicos, de maneira especial, dos países subdesenvolvidos inseridos na periferia do sistema capitalista mundial. Em todos os casos, por outro lado, ela se associa, ainda que através de mediações variadas no plano das formulações ideológicas, com um ideário de direitos econômico-sociais e de participação plena dos cidadãos, ou de enriquecimento e complexidade crescente da própria ideia de cidadania.[2] Tais traços se opõem, por aspectos importantes, às ideias liberais clássicas, envolvendo, com matizes múltiplos, certa noção de responsabilidade social do estado e tendendo a cobrar dele eficiência no desempenho dessa responsabilidade – o que com frequência serve, notoriamente, como justificativa para a implantação e consolidação de regimes ou de estruturas institucionais que não somente contrariam, mais ou menos abertamente, os direitos civis e políticos do cidadão que a ideologia liberal trata de defender contra o estado, mas representam mesmo formas mais ou menos requintadas de afirmar-se o próprio viés *social* do estado.

Esse viés permite situar o terceiro aspecto que pretendo destacar. Com efeito, o dilema acima descrito entre a contenção ou o controle do poder, de um lado, e a busca de eficácia, de outro, refere-se à eficácia para a realização de fins dados – que são, como se explicitou, fins coletivos, supostamente consensuais. Ocorre, porém, que os fins da ação do estado em qualquer campo *não* são dados, mas derivam antes da confrontação e do embate político que nascem precisamente da coexistência de uma pluralidade de objetivos ou interesses diversos em qualquer momento da vida de uma sociedade. Em torno desses interesses diversos, identidades

[2] A referência obrigatória a respeito da questão da cidadania nessa perspectiva é T. H. Marshall, "Citizenship and Social Class", em T. H. Marshall, *Class,Citizenship and Social Development,* Nova Iorque, Doubleday, 1965.

coletivas "parciais" de natureza variada – classes sociais, etnias, regiões, grupos de diferentes tipos – tratam de afirmar-se e consolidar-se como focos de ação política, e eventualmente de mobilizar a seu favor a máquina do estado. A consequência óbvia é a de que, dependendo dos resultados mais ou menos permanentes ou circunstanciais dessa confrontação, a eficácia da ação do estado na promoção de determinados fins pode representar não apenas a frustração de outros fins tópicos ou ocasionais de certos agentes do processo, mas mesmo, eventualmente, a negação cabal da possibilidade de que determinados focos latentes de interesses ou agentes políticos potenciais venham sequer a constituir-se como identidades coletivas efetivas – redundando, assim, em eliminar radicalmente do jogo político os interesses ou objetivos correspondentes. Portanto, os processos de produção coletiva de poder e de sua distribuição, de eficácia e controle, interpenetram-se de maneira complexa, e tudo depende, na avaliação de tais processos, dos atores coletivos potenciais ou reais cujo ponto de vista se adote: aquilo que se mostra, de certo ponto de vista, como organização entendida como a instauração da autoridade em prol de objetivos coletivos revela-se, de outro ângulo, como *"mobilization of bias",* na expressão cunhada por Schatschneider para indicar algo que equivaleria, em sua apreciação, à própria definição da ideia de organização.[3] Como quer que seja, se tudo isso aumenta enormemente o grau de complexidade dos problemas, não se vê afetada a validez da proposição anteriormente formulada, em que se aponta o conteúdo "utópico" ou "crítico" inerente à ideia mesma de uma ciência política – ou de uma ciência da política, para utilizar uma expressão de sabor mais clássico que soará certamente mais afim a tais preocupações. Procurarei indicar, em seguida, a maneira específica pela qual as discussões a serem empreendidas adiante se relacionam com o problema geral decorrente dessa proposição.

2. Política, mudança, racionalidade: perspectivas e problemas

Uma das formas explícitas de que se revestiu a preocupação com problemas de mudança política no campo que corresponde mais estritamente ao que convencionalmente se designa como ciência política no mundo acadêmico de nossos dias foi a da literatura dedicada ao tema do

[3] Cf. E. E. Schatschneider, *The Semi-Sovereign People,* Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1960, especialmente p.71.

"desenvolvimento político".[4] O surto de estudos sobre desenvolvimento político, que teve lugar sobretudo nos Estados Unidos durante a década de sessenta e já agora refluiu marcadamente, caracterizou-se por certo teor normativo frequentemente algo ingênuo, onde transpareciam, em muitos casos, pressupostos etnocentristas que faziam dos países ocidentais desenvolvidos economicamente – e às vezes do mundo anglo-saxônio ou, mais especificamente, dos próprios Estados Unidos – o modelo e a meta a ser buscada pelos demais países. Apesar de tudo, ademais das informações propiciadas por numerosos estudos empíricos, essa literatura teve quando nada o mérito de suscitar ou estimular o debate sobre diversas questões relevantes para o problema geral da mudança política. Minha posição pessoal a respeito é a de que, com o necessário banho crítico, cumpre recuperar vários dos temas e sugestões que brotaram do que a literatura sobre desenvolvimento político teve de melhor.[5]

Numa perspectiva totalmente distinta, que se vincula à tradição marxista, a questão da mudança e do conteúdo crítico de uma ciência da política surge também de forma explícita e central nos trabalhos da chamada "escola de Frankfurt" – e exponencialmente, nos dias que correm, na obra de Jurgen Habermas. De fato, aquela importante corrente, que congrega nomes influentes como os de Horkheimer, Adorno e Marcuse, encontra atualmente uma espécie de coroamento no pensamento de Habermas, que incorpora criticamente o trabalho de seus antecessores num esforço de reflexão a um só tempo firmemente ancorado na grande tradição filosófica alemã e ocidental e singularmente aberto às aquisições e preocupações das ciências sociais contemporâneas em diversas áreas. O contraste entre uma ciência social critica e outra não-crítica ou "apologética", as conexões entre interesse e conhecimento (a respeito das

[4] Seguramente, a série de volumes patrocinados pelo Committee on Comparative Politics do Social Science Research Council pode ser vista como expressiva das indagações e tendências gerais que orientaram essa literatura. Charles Tilly (ed.), *The Formation. of National States in Western Europe* (Princeton, N. J., Princeton University Press, 1975), oitavo volume dessa série, é duplamente interessante, pois contém uma espécie de balanço crítico da literatura sobre desenvolvimento político em geral (especialmente nas contribuições inicial e final do próprio Tilly) e representa uma reorientação de esforços.

[5] Vejam-se a respeito Fábio W. Reis, "Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político", *Cadernos DCP,* 1, 1974; e "Brasil: 'Estado e Sociedade' em Perspectiva", *Cadernos DCP,* 2, dezembro de 1974 (ambos republicados em Fábio W. Reis, *Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira*, São Paulo, EDUSP, no prelo).

quais se distinguem um interesse "técnico", um interesse "prático" e um interesse "emancipatório", postos em correspondência respectivamente com as ciências "empírico-analíticas", as ciências "hermenêuticas" e as ciências "criticas"), o papel da Razão no conhecimento, por contraposição à racionalidade técnica que comandaria a dominante concepção "positivista" da ciência – eis alguns temas centrais do pensamento de Habermas. Ao situar-se com respeito a eles, Habermas destaca certos ingredientes do pensamento de Marx para contrapor-se a outros, reivindicando, além disso, a Freud e a elementos de uma tradição que remonta a Aristóteles e que tem, contemporaneamente, em Hannah Arendt certamente seu principal expoente.[6]

Um dos pontos que aqui importam com respeito a Habermas é o de que, acoplada a sua concepção dos diferentes tipos de interesses em que se fundam os diversos tipos de ciência, encontra-se não somente certa concepção filosófica do problema da mudança sociopolítica (no sentido de uma utopia, propriamente, ainda que a análise procure naturalmente fundá-la em chão sólido), mas também – e isto me parece uma condição do anterior – uma concepção da própria política *tout court.* Além disso, a avaliação a ser feita da perspectiva de Habermas, para a qual se reclama status singular no conjunto das perspectivas que caracterizam o conhecimento sócio-científico contemporâneo, é marcada por grande ambiguidade. Assim, essa perspectiva contém, por um lado, contribuições de grande importância para uma sociologia da política que seja capaz a um tempo de reter sua acuidade analítica e de preservar o núcleo válido da tradição "crítica" em que o próprio Habermas se inscreve. Por outro lado, contudo, ela revela dificuldades, vacilações e mesmo contradições em pontos essenciais, os quais são indícios seguros de um problema central não resolvido. Ora, creio ser possível demonstrar que esse problema encontra solução se as ideias "centrais" de Habermas (pois há, como disse, contradições) são confrontadas e complementadas por certas formas de abordagem do fenômeno político que pareceriam, de maneira à primeira vista surpreendente, situar-se em posição antipódica relativamente a ele. Procurarei sustentar essa afirmação em particular com respeito ao que se

[6] As indicações bibliográficas pertinentes serão feitas adiante.

tornou conhecido, na ciência política de nossos dias, como a teoria da *public choice.*[7] Diversas razões justificam destacá-la.

Em primeiro lugar, trata-se de uma linha de trabalho de importância crescente na ciência política pelo volume de estudos a que tem dado origem. A atração por ela exercida, além disso, parece dever-se a boas razões, incluindo a promessa nela contida de reorientar em direção fecunda o antigo problema das relações entre teoria e pesquisa empírica no campo das ciências sociais. Estas se têm tradicionalmente caracterizado pelo divórcio entre, de um lado, "teorias" entendidas como ambiciosos "marcos conceituais" ou "taxonomias", de caráter sobretudo definicional e de conexões no mínimo remotas com o plano do trabalho de pesquisa; e, de outro lado, seja teorias de caráter mais afirmativo ou proposicional, que contrastam com as primeiras por serem suscetíveis de algum tipo de teste empírico, mas que, via de regra, pagam para isso o preço de se restringirem a problemas de alcance substantivo reduzido (as chamadas "teorias de alcance médio", na expressão proposta por Robert Merton); seja estudos históricos com frequência substantivamente interessantes, engenhosos e de grande alcance, mas não raro teoricamente ingênuos, imprecisos e assistemáticos, envolvendo grandes dificuldades no que diz respeito à manipulação intersubjetiva dos dados. É esse estado de coisas que a abordagem da *public choice* promete superar, com base sobretudo na pretensão de apoiar-se nos instrumentos utilizados pela análise econômica (de uma forma ou de outra, indiscutivelmente a mais bem sucedida, de certo ponto de vista, das ciências sociais, o que justificaria pelo menos presunção favorável) e de desenvolver assim um esforço de construção teórica que seja a um tempo empiricamente controlado, pois proposicional e não meramente definicional, e logicamente integrado e cumulativo, ao invés da dispersão característica das teorias de alcance médio. Do ponto de vista do confronto com as propostas de Habermas, alguns dos pontos de interesse são: (1) o fato de que a empresa de construção empírico-teórica que se propõe a perspectiva da *public choice,* reivindicando o instrumental da análise econômica, parte de um postulado de racionalidade de tal natureza que, sendo o que lhe permite operar dedutivamente e recorrer ao construtivismo lógico, pareceria situá-la por inteiro nos limites da racionalidade "técnica" a que Habermas procura contrapor uma concepção

[7] Veja-se especialmente a nota 2 da segunda parte para indicações bibliográficas.

supostamente mais ampla e "substantiva" de racionalidade; e (2) o fato de que a perspectiva da *public choice* reconhece expressamente um *mérito* no caráter "positivo" de seus esforços científicos (embora cumpra estar atento à multiplicidade de matizes e conotações que a palavra carrega consigo), e de que o próprio nome de "teoria política positiva" foi recentemente proposto como designação adequada para o acervo teórico que se tem vindo constituindo por meio desses esforços.[8]

Pois bem. Aparentemente não temos aí, em certo sentido, qualquer problema: tratar-se-ia, pura e simplesmente, de perspectivas contrastantes, filiadas a tradições filosóficas distintas. Nada a admirar, pois, no fato de que alguns dos enunciados críticos mais importantes de Habermas se dirijam a postulados que são tomados como centrais na teoria da *public choice.*

Duas ponderações, contudo, impõem cautela a essa avaliação pronta. Em primeiro lugar, as dificuldades mencionadas do pensamento de Habermas, para as quais não parece haver solução nos termos do próprio Habermas e que seja compatível com a aparente ojeriza entre seus supostos fundamentais e os de abordagens como a da *public choice.* Como indicação breve do teor de uma discussão a ser tomada com vagar adiante, é o caso, por exemplo, da posição extremamente ambígua ocupada pela categoria da ação estratégica (como intermediária entre as duas categorias básicas de "trabalho" e "interação"), a qual, em suas relações com a ação comunicativa própria do contexto da interação, tem implicações cruciais que estão longe de ser adequadamente reconhecidas e exploradas por Habermas. Ora, a ideia da ação estratégica está posta no centro mesmo das construções teóricas da abordagem da *public choice* – e os recursos analíticos que daí derivam não são incompatíveis com o empenho de incorporar os aspectos "comunicacionais" que diriam respeito, em Habermas, à categoria da interação. Observações desse tipo tendem a colocar em questão o alcance real de certas posições a que é levado Habermas no empenho de marcar o que haveria de distintivo na perspectiva crítica que propugna. E suscitam (se nos despojamos de preocupações de linhagem e ortodoxia e aceitamos sem reservas o jogo das ideias) a indagação de até que ponto não estaríamos diante de posições cuja convergência se imporia em nome do conhecimento adequado e em função do próprio interesse crítico e emancipatório –

[8] Veja-se William H. Riker e Peter C. Ordeshook, An *Introduction to Positive Political Theory,* Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1973.

reconhecido como inseparável, no plano do social, em termos bem precisos que tratarei de explicitar, do interesse técnico e das formas de conhecimento que lhe correspondem.

Em segundo lugar, a ideia de certa forma de aproximação entre as duas perspectivas, apesar de tudo o que pareceria dissociá-las, reforça-se quando atentamos para o que é possível descrever como as pontes epistemológicas que se podem lançar entre elas com recurso a uma terceira linha de investigações contemporânea que tem profundas ramificações no campo das ciências humanas. Refiro-me aos trabalhos de epistemologia genética de Jean Piaget e seus colaboradores, bem como à sociologia que com eles se articula. Com efeito, a contribuição de Piaget é não somente original, mas também de grande acuidade e fecundidade. Resultando mesmo na constituição de algo que merece ser visto como uma disciplina nova (a epistemologia genética, precisamente), seu trabalho – que tem tido no Brasil muito menor divulgação e estudo do que mereceria, pois o autor, sendo, entre outras coisas, um grande psicólogo da inteligência, tende a ser conhecido entre nós como um "mero" psicólogo da inteligência – empreende de maneira vigorosa e profundamente persuasiva a síntese de pontos de vista tradicionalmente tidos como antagônicos nas ciências do homem, evidenciando com frequência os falsos problemas que se amontoam relativamente a tais antagonismos e que representam obstáculos esterilizantes. É o caso, por exemplo, da confrontação usual entre uma perspectiva genética ou histórica, de um lado, e uma perspectiva lógica ou formalizante, de outro; é o caso igualmente do contraste entre os pontos de vista atentos às determinações e às possibilidades de explicação "objetiva", de um lado, e aqueles propensos a destacar o papel dos agentes humanos como sujeitos nos processos sociais, de outro. Com respeito ao contraste entre Habermas e a perspectiva da *public choice* que se salientou acima, sirva como indicação a observação de que se, por um lado, as ideias de Piaget (e os vários decênios de volumosas e "pedestres" pesquisas que as lastreiam) trazem nítida corroboração a certas intuições de Habermas quanto a temas tais como razão, ciência e ideologia, fazem-no de maneira que redunda simultaneamente em critica incisiva de outros aspectos das ideias do mesmo Habermas e em defesa inequívoca do componente "estrutural" e formalizante de qualquer atividade científica – no campo das ciências humanas não menos que no das ciências "exatas" e naturais – e que fornece respaldo, portanto, a esforços do tipo do que corresponde à

abordagem da *public choice.* Registrem-se ainda, a propósito da relevância de Piaget para algumas dimensões cruciais do problema geral de que me estarei ocupando, dois aspectos. Primeiro, o do interesse óbvio, do ponto de vista da questão da conexão entre problemas de mudança e o estudo de temas sociais e políticos, de uma perspectiva que vincula de diversas maneiras problemas de gênese e processo e problemas de ciência e procedimento científico. Segundo, o que tem a posição de Piaget, a um tempo, de ciosa e intransigentemente pró-ciência, no sentido mais estrito e rigoroso do termo, e de expressa e insistentemente antipositivista – em qualquer acepção da expressão "positivismo", que não envolva, pura e simplesmente, o estabelecimento de uma sinonímia entre "positivismo" e "ciência".[9]

[9] Veja-se, por exemplo, Jean Piaget, "Lés Méthodes de l'Épistemologie", em Jean Piaget (dir.), *Logique et Connaissance Scientifique,* Paris, Gallimard, 1967.

PRIMEIRA PARTE

PARA UM CONCEITO DE POLÍTICA:

TRABALHO, INTERAÇÃO, ESTRATÉGIA

1. H. Arendt: a "vida ativa" e a concepção aristotélica da política

Hannah Arendt, especialmente em *The Human Condition* e *Between Past and Future*,[1] expõe sua distinção, inspirada no pensamento grego da escola socrática e particularmente em Aristóteles, entre três dimensões consideradas fundamentais da *vita activa*, ou três atividades humanas básicas. No original em inglês de *A Condição Humana*, tais atividades são designadas como *labor, work* e *action*; prescindindo de qualquer querela que se poderia talvez criar em torno da forma apropriada de se traduzirem para o português as duas primeiras expressões, utilizarei simplesmente os termos labor, trabalho e ação para corresponder respectivamente a cada uma daquelas palavras inglesas. Eis como a própria autora nos introduz às três dimensões, logo nas primeiras páginas de *The Human Condition*:

> O labor é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento, metabolismo e decadência final, a se processarem espontaneamente, acham-se vinculados às necessidades vitais produzidas e introduzidas no processo vital pelo labor. A condição humana do labor é a própria vida.
>
> O trabalho é a atividade correspondente ao caráter não natural da existência humana, que não se encontra imersa no ciclo vital sempre recorrente e cuja mortalidade não é por este compensada. O trabalho produz um mundo "artificial" de coisas, que se diferencia marcadamente de todo e qualquer meio natural. Cada vida individual é abrigada dentro das fronteiras desse mundo, embora ele esteja destinado a sobreviver e transcender a todos os indivíduos. A condição humana do trabalho é a "mundanidade" (*worldliness*).
>
> A ação, a única atividade a ter lugar diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que são os homens, e não o Homem, que vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana estejam de alguma forma relacionados à política, tal pluralidade é especificamente a condição – não apenas

---

[1] Hannah Arendt, *The Human Condition*, Chicago, The University of Chicago Press, 1958 (9ª impressão 1975); e Hannah Arendt, *Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought*, Nova Iorque, Viking Press, 1968 (tradução brasileira, *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo, Perspectiva, 1972).

a *conditio sine qua non*, mas também a *conditio per quam* – de toda vida política.[2]

A cada uma dessas dimensões, Arendt faz corresponder certa concepção do homem, descrito seja como *animal laborans*, como *homo faber* ou como *zoon politikon*. O primeiro estaria aprisionado à fatalidade das necessidades biológicas e ao caráter a um tempo cíclico e de resultados necessariamente fugazes da atividade destinada a atendê-las. É aqui, relativamente ao labor, que encontramos mais claramente a ideia do trabalho humano (tomada a expressão no amplo sentido corrente) como sujeição, condenação ou alienação, como algo de cujo jugo seria necessário ao homem em alguma medida escapar para que possa pretender ascender a uma vida propriamente humana, enquanto distinta da mera sobrevivência animal, e na qual os produtos de sua atividade não estejam destinados ao desaparecimento imediato através do consuno e de sua incorporação aos processos biológicos ligados à preservação física do indivíduo e da espécie.

Já com o *homo faber*, por seu turno, trata-se do homem como fabricante de objetos de qualquer natureza, os quais contrastam com os resultados da atividade do homem como *animal laborans* por sua capacidade de durar e consequentemente de constituir um mundo artificial e, como tal, propriamente humano. Estamos aqui, em princípio, diante de uma maneira de conceber o trabalho humano em geral em que ele se mostra antes como exteriorização e autoprojeção do que como alienação e sujeição – não obstante o potencial de alienação contido na reificação dos produtos da atividade humana que de certa forma define mesmo o trabalho do *homo faber*. O "fazer" do artesão ou do artista, que domina uma *techné* estabelecida e com as regras e medidas válidas nessa arte particular produz um objeto a ser utilizado ou desfrutado, constitui o exemplo por excelência.[3]

Finalmente, a esfera do *zoon politikon*, correspondendo à "condição humana da pluralidade", é a esfera da ação (*praxis*) e da fala (*lexis*), por contraste com a esfera anterior, da fabricação e do fazer. Apesar de desdobramentos de certa complexidade na análise que faz a própria Hannah Arendt, sobretudo em *The Human Condition*, das relações entre categorias

[2] Arendt, *Human Condition*, pp.7-8.
[3] Arendt, *Entre o Passado e o Futuro*, p.152.

tais como o público e o político, o social e o privado, trata-se aqui da atividade por excelência a caracterizar a esfera do político e a desenvolver-se em um domínio público onde os homens se mostram, vêem e são vistos, ouvem e são ouvidos.[4] Ademais, enquanto "o trabalho e seu produto, o artefato humano, lançam certa permanência e durabilidade sobre a futilidade da vida mortal e o caráter fugaz do tempo humano", a ação, "na medida em que tem a ver com a fundação e a preservação de corpos políticos, cria as condições para a lembrança, isto é, para a história".[5]

A distinção entre essas esferas e, em particular, o vínculo especial estabelecido entre a ação e a fala, de um lado, e a política, de outro, têm consequências da maior importância para a concepção arendtiana-aristotélica sobre a natureza da vida política. Na verdade, quando confrontada com as definições de política que são correntes em nossos dias a ponto de adquirirem a aparência de truísmos banais, tal concepção se revela surpreendente e até mesmo paradoxal.

Com efeito, certamente um dos pontos de maior interesse das análises de Arendt nos volumes em questão é o que surge em enunciados mais precisos no terceiro capítulo de *Entre o Passado e o Futuro*, dedicado ao tema da autoridade. Ele consiste em mostrar as dificuldades deparadas pelo pensamento clássico grego, e por Aristóteles em particular, ao pretender introduzir um ingrediente de poder ou autoridade no domínio público e na vida da *polis*, dificuldades estas correspondentes à incongruência fundamental que tal tentativa requer de Aristóteles. Pois a concepção aristotélica da *polis* (na qual, segundo Arendt, Aristóteles "não faz mais do que articular a opinião pública grega da época")[6] assenta-se na distinção básica entre uma esfera pública (a própria *polis*) e a esfera privada ou "econômica" do lar (*oikía*). E o fundamento crucial dessa distinção reside em que a *polis* é a comunidade de homens iguais e livres precisamente por se constituir na reunião de patriarcas ou "tiranos" privados: "a diferença essencial entre a comunidade política (a *polis*) e uma casa privada (a *oikía*) está em constituir esta uma 'monarquia', o governo de um único homem, enquanto a *polis*, ao contrário, 'é composta de muitos

[4] Ibid., p.146.
[5] *Human Condition*, pp.8-9.
[6] *Entre o Passado e o Futuro*, p.158.

governantes'".[7] Tais governantes, "os patriarcas que se estabelecem como 'monarcas' em casa antes de se juntarem para constituir o domínio público-político da cidade",[8] têm em sua própria posição de monarcas privados o fundamento da liberdade que lhes garante o acesso aos negócios públicos e a dedicação a eles. Pois era a comunidade familiar, a *oikía* (cuja relação com a ideia de economia, como se sabe, está longe de ser acidental), que "se ocupava em manter-se viva como tal e enfrentar as necessidade físicas (...) inerentes à manutenção da vida individual e à garantia da sobrevivência da espécie".[9] Por outras palavras, era aí, na comunidade familiar, onde se congregavam os escravos e os familiares controlados patriarcalmente, que se executavam o "labor" e o "trabalho" – e se criavam assim as condições para o domínio da necessidade e o acesso à liberdade por parte do cidadão da *polis*. Como sintetiza Arendt em passagem que merece ser transcrita pela maneira esclarecedora em que culmina no paradoxo acima destacado,

> O domínio sobre a necessidade tem então como alvo controlar as necessidades da vida, que coagem os homens e os mantêm sob seu poder. Mas tal domínio só pode ser alcançado controlando os outros e exercendo violência sobre eles, que, como escravos, aliviam o homem livre de ser ele próprio coagido pela necessidade. O homem livre, o cidadão da *polis*, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial de outros. Não apenas não deve ser um escravo, como deve possuir e governar escravos. A liberdade no âmbito da política começa tão logo todas as necessidades elementares da vida tenham sido sujeitas ao governo, *de modo tal que dominação e sujeição, mando e obediência, governo e ser governado, são pré-condições para o estabelecimento da esfera política precisamente por não fazerem parte de seu conteúdo*.[10]

Dificilmente se poderia exagerar o interesse dessa formulação, que encerra em poucas palavras o paradoxo da organização sociopolítica ateniense e o ponto de partida de inúmeras concepções influentes na história do pensamento político, incluídas algumas que nos estarão interessando de perto. O que tem de surpreendente, à luz dos manuais correntes de ciência política, a ideia de que as experiências de governar e ser governado são *pré-*

[7] Ibid., p.158.
[8] Ibid., p.158.
[9] Ibid., pp.158-9.
[10] Ibid., p.159; grifos de FWR.

condições da política e *alheias* ao seu conteúdo mesmo é patente – e encerra uma singular dignificação da esfera política em que a ação desenvolvida em público através de um processo de comunicação livre entre iguais passa a ser constitutiva dela, ou seja, em que liberdade e igualdade passam a integrar a própria *definição* da política. Não é menos claro, porém, como esse lado brilhante da concepção aristotélica da *polis* se assenta numa desigualdade radical, supondo a violência e a sujeição dos escravos e da família e fazendo do reino da política, para recorrer ao conhecido paradoxo de Orwell, não exatamente o reino dos iguais, mas dos "mais iguais", isto é, daqueles que reúnem, através da violência contra os demais, as condições para se isentarem das necessidades associadas ao labor e ao trabalho e para surgirem em público como aptos para a comunicação desimpedida e para a ação próprias desta esfera.

Naturalmente, constatado o paradoxo e a contradição inerentes à concepção, duas opções são possíveis. A primeira, que se quererá "realista", mas de um realismo cujos limites se evidenciarão adiante, corresponde talvez, em suas formulações mais banais, à perspectiva dos manuais de ciência política acima aludidos. Ela envolve a substituição da definição igualitária e libertária da esfera política que propõe Aristóteles por outra em que se reconhece e afirma com ênfase o papel exercido pelas relações de poder e dominação como constitutivas da política: política é antes de tudo poder, e portanto tem a ver com relações assimétricas ou de desigualdade. A segunda postura possível incorpora a denúncia da desigualdade e da violência em que se baseia a autoimagem libertária da democracia ateniense, sem, contudo, jogar fora, por assim dizer, a criança com a água do banho. Se critica a concepção aristotélica da *polis*, ela não deixa de enxergar seu lado brilhante, e a crítica se dirige à vigência restrita dos valores que a concepção afirma, dadas as condições que exigiam que a escravização de uns fosse o requisito para a liberdade de outros. Reconhecendo o ingrediente de poder e dominação contido na distinção aristotélica entre a esfera do público e a do privado, esta segunda perspectiva assinala nisso algo problemático e dispõe-se a explorar as conexões do problema aí deparado com a questão da emancipação do homem – da generalidade dos homens – face à necessidade e à sujeição correspondentes a sua condição biológica e às contingências da organização coletiva do labor e do trabalho, como substrato para o desenvolvimento da ação. Tratar-se-ia, enfim, de indagar sobre as condições para a expansão da

esfera política nos termos do próprio Aristóteles tal como lido por Arendt, ou seja, da esfera da liberdade e da igualdade, do acesso à fala, à ação e à história – à *participação*, na linguagem mais convencional de nossos dias.

2. J. Habermas: trabalho e interação. A crítica a Marx e a tipologia das ciências

Algumas das mesmas intuições básicas que vemos discutidas por Hannah Arendt com base na distinção entre as diferentes dimensões da vita activa vamos encontrar retomadas e reelaboradas em Jurgen Habermas. Na verdade, Habermas reconhece explicitamente seu débito para com *The Human Condition*, de Arendt, cujo estudo (juntamente com o de *Wahrheit und Methode*, de Hans-Georg Gadamer) teria sido responsável por atrair sua atenção "sobre a distinção aristotélica entre técnico e prático e sua importância capital".[11] A essa distinção ele atribui mesmo o papel de "fio diretor" em suas reflexões, no plano da história do pensamento, sobre os problemas centrais de que se ocupa em *Teoria e Prática*[12] – e, poder-se-ia acrescentar, em sua obra em geral.

Abrindo mão do matiz introduzido e elaborado por Arendt com a distinção entre *labor* e *work*, Habermas estabelece, contudo, uma distinção fundamental que é perfeitamente paralela à distinção aristotélica recém-mencionada e à contraposição que se pode fazer, em Arendt, entre o plano da ação ou *praxis*, por um lado, e o do trabalho em geral, por outro. Tal distinção encontra-se formulada de maneira explícita em seu ensaio "Técnica e Ciência como 'Ideologia'"[13] ,onde é posta em termos de "trabalho" e "interação". Nas palavras do próprio Habermas:

> Entendo por "trabalho" ou ação racional-intencional (*purposive-rational action*) seja a ação instrumental, seja a escolha racional, seja a combinação de ambas. A ação instrumental é governada por *regras*

[11] Jurgen Habermas, *Théorie et Pratique*, Paris, Payot, 1975, 1º. volume, p.105, nota 5.
[12] Ibid., p.34.
[13] Esse ensaio existe em tradução brasileira, feita por Zeljko Loparic, em W. Benjamin, M. Horkheimer, T. W. Adorno e J. Habermas, *Textos Escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural, 1975. Também de fácil acesso é a versão em inglês, sob o título "Technology and Science as 'Ideology'", encontrada em *Toward a Rational Society*, Londres, Heinemann, 1971 (reimpressão em 1977). Essas duas versões apresentam algumas ligeiras diferenças, e tomaremos adiante sobretudo a versão inglesa.

> técnicas baseadas no conhecimento empírico. Elas implicam, em cada caso, predições condicionais sobre eventos observáveis, físicos ou sociais, predições estas que podem se revelar corretas ou incorretas. O comportamento de escolha racional é governado por *estratégias* baseadas no conhecimento analítico. Elas implicam deduções com base em regras de preferência (sistemas de valores) e procedimentos de decisão, e as proposições correspondentes podem ser deduzidas de maneira correta ou incorreta. A ação racional-intencional realiza fins definidos em condições dadas. Mas, ao passo que a ação instrumental organiza meios que são apropriados ou inapropriados de acordo com o critério de um efetivo controle da realidade, a ação estratégica depende apenas da avaliação correta de possíveis escolhas alternativas, que resulta do cálculo ou dedução feita com o auxílio de valores e máximas.
>
> Por "interação", de outro lado, entendo *ação comunicativa*, interação simbólica. Ela é governada por *normas consensuais* revestidas de obrigatoriedade, as quais definem expectativas recíprocas de comportamento e devem ser entendidas e reconhecidas ao menos por dois sujeitos agentes. As normas sociais são impostas através de sanções. Seu significado é objetivado na comunicação que se dá através da linguagem corrente. Ao passo que a validez das regras técnicas e das estratégias depende da validez de proposições empiricamente verdadeiras ou analiticamente corretas, a validez das normas sociais se funda apenas na intersubjetividade da compreensão mútua das intenções e se garante pelo reconhecimento geral das obrigações. A violação de uma regra tem consequências diferentes conforme o tipo. O comportamento *incompetente*, que viola regras técnicas ou estratégias válidas, condena-se por si mesmo ao fracasso; a "punição" é, por assim dizer, inerente a sua rejeição pela realidade. O comportamento *divergente*, que viola normas consensuais, provoca sanções que se relacionam com as regras de maneira apenas externa, isto é, por convenção. A aprendizagem de regras de ação racional-intencional nos fornece *habilidades* ou *qualificações* (*skills*), ao passo que a interiorização de normas nos dota de *estruturas de personalidade*. As qualificações nos capacitam para resolver problemas; as motivações nos permitem seguir normas.[14]

Essa distinção encontra correspondência em certas formulações conhecidas de Marx, cuja inspiração aristotélica em diversos pontos de

[14] *Toward a Rational Society*, pp.91-2.

interesse para as questões que nos ocupam é destacada tanto por Arendt quanto por Habermas. Mas ela serve a Habermas, ao mesmo tempo, como ponto de referência para assinalar e criticar em Marx certa indecisão ou ambiguidade de consequências importantes e para fundar uma concepção "autorreflexiva" da teoria da sociedade que se pretende capaz de superar as dificuldades encontradas por Habermas no pensamento de Marx. Tais dificuldades têm a ver, em última análise, com a falta de convergência e ao mesmo tempo a interdependência (que Marx procurou em vão apreender, segundo Habermas, na dialética entre as forças produtivas e as condições de produção)[15] entre a expansão de um saber técnico e a ideia do acesso da espécie humana a uma consciência de si não distorcida pela ideologia. As análises mais explícitas de Habermas a respeito encontram-se provavelmente em *Conhecimento e Interesse*, particularmente no capítulo III.[16] Aí se evidencia (com recurso aos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, à *Introdução à Crítica da Economia Política*, aos *Grundrisse* e mesmo ao *Capital*) como Marx oscila, ao tratar de apreender o processo de "autoconstituição da espécie humana na história da natureza", entre duas posições. De um lado, um postulado "cientificista" que privilegia o ponto de vista da atividade instrumental, da produção e do trabalho, e que vê a autocriação da espécie como algo que se cumpre tão logo o sujeito social se emancipa do trabalho necessário e toma lugar como que "ao lado" do processo de produção ou como mero supervisor dele, o que se torna possível pelo caráter científico que essa produção adquire.[17] "A autoconstituição pelo trabalho social é concebida, *ao nível das categorias*, como processo de produção, e a atividade instrumental, o trabalho no sentido dc atividade produtiva, designa a dimensão na qual se move a história da natureza".[18] De outro lado, porém, encontra-se igualmente com clareza a concepção segundo a qual "a transformação da ciência em maquinaria não tem de maneira alguma *ipso facto* por consequência a liberação de um sujeito total consciente de si e em controle do processo de produção. Segundo esta outra versão, a autoconstituição da espécie não se cumpre somente no contexto da atividade instrumental do homem face à natureza, mas ao mesmo tempo na dimensão das relações de poder que

[15] Cf. Jurgen Habermas, *Connaissance et Interêt*, Paris, Gallimard, 1976, p.89.
[16] Ibid.
[17] Ibid., pp.79 e seguintes.
[18] Ibid., p.85; grifo de Habermas.

determinam as interações dos homens entre si".[19] Assim, "*ao nível de suas pesquisas materiais*, (...) Marx sempre se apoia sobre uma prática social que compreende o trabalho *e* a interação (...)".[20]

Por contraposição às ambiguidades de Marx, atribuíveis a seu empenho em estabelecer a ciência do homem em sociedade sobre o modelo das ciências da natureza e em fundar uma ciência *natural* do homem, Habermas – que vê aí uma tentativa "tingida de positivismo"[21] – busca vincular a teoria da sociedade a uma teoria do conhecimento que começa por distinguir decididamente entre o contexto técnico e o prático e associa a essa distinção uma teoria da "comunicação competente". Esta, em conexão com a correspondência que vimos anteriormente estabelecer-se entre o contexto prático ou da interação e a ação comunicativa (referida à fala, à linguagem cotidiana), baseia-se na suposição de uma "situação ideal de discurso", a qual, por sua vez, se caracterizaria por corresponder à "comunicação pura", suspensos todos os constrangimentos da ação e envolvendo mesmo a ruptura com o contexto "normal" da própria interação (que, com seu caráter prático, incluiria necessariamente certa premência de decisões, ainda que fosse possível despojá-la inteiramente dos critérios ou ingredientes característicos do "fazer" ou do "técnico"). Ademais, a situação de comunicação pura envolveria, em grau extremo, algo que seria em princípio próprio do contexto da interação como tal, a saber, o fato de que os participantes do processo de comunicação se consideram mutuamente como *sujeitos*. Como formula Thomas McCarthy na introdução à edição americana de *A Crise de Legitimação*, de Habermas, essa suposição envolve a ideia de que cada participante presume, com respeito ao outro, "que ele sabe o que faz e porque o faz; (...) que ele mantém intencionalmente as opiniões que mantém e segue intencionalmente as normas que segue, e que é capaz de justificá-las discursivamente se necessário".[22] Assim, a cada comunicação enunciada, quer se refira à existência de certo estado de coisas (o que teria a ver com o discurso teórico) ou à correção ou validez de certa norma (o que

[19] Ibid., pp.83-4.
[20] Ibid., p.85; grifo de Habermas.
[21] Ibid., p.79.
[22] Cf. Thomas McCarthy, "Translator's Introduction", em Jurgen Habermas, *Legitimation Crisis*, Boston, Beacon Press, 1975, p.xiv.

corresponderia ao discurso prático), se aplicará sempre a expectativa de que venha a ser discursivamente justificada.

Mas como, através do discurso, saber se uma alegação efetivamente se justifica? Naturalmente, o acordo ou consenso é a única resposta possível, e, dado que existe a possibilidade de "falso" consenso (isto é, de consenso resultante seja de coerção ou de manipulação), a única saída para o dilema leva a buscar os critérios do "verdadeiro" consenso e da própria verdade na estrutura mesma de comunicação, de tal forma que possamos estar seguros de que a "força do melhor argumento" será a causa única do resultado da discussão, em vez de "constrangimentos acidentais ou sistemáticos" impostos a ela.[23] Nos termos de McCarthy,

> a estrutura é isenta de constrangimentos quando existe, entre os participantes, uma distribuição simétrica de oportunidades para selecionar e empregar atos de discurso, quando existe efetiva igualdade de oportunidades para assumir papéis no diálogo. Em particular, todos os participantes devem ter igual oportunidade de iniciar e perpetuar o discurso, de manifestar-se, questionar e dar razões contra ou a favor de proposições, explicações, interpretações e justificações. Além disso, devem ter as mesmas oportunidades para expressar atitudes, sentimentos, intenções e assim por diante, bem como para ordenar, objetar, permitir, proibir etc. Essas exigências se referem diretamente à organização da interação, uma vez que libertar o discurso dos constrangimentos da ação só é possível no puro contexto da interação. Em outras palavras, as condições da situação ideal de discurso devem assegurar não apenas discussão ilimitada, mas também discussão livre de todo constrangimento resultante de dominação, quer sua fonte seja o comportamento estratégico consciente ou barreiras à comunicação enraizadas na ideologia e na neurose.[24]

É bastante claro o elemento ideal ou utópico presente em tais concepções, elemento este que o próprio Habermas reconhece no que designa como o caráter "contrafatual" do modelo da situação ideal de discurso ou da "ação comunicativa pura". "Sabemos que as ações institucionalizadas não se ajustam normalmente a esse *modelo de ação comunicativa pura*, apesar de que não podemos evitar proceder

[23] Ibid., p.xvi.
[24] Ibid., p.xvii.

contrafatualmente como se os modelos correspondessem à realidade – nessa ficção inevitável se assenta o caráter humano do intercâmbio entre homens que ainda são homens".[25] O modelo da situação ideal de discurso outra coisa não é senão o ideal da sociedade radicalmente transparente e democrática, ao qual se contrapõem, no plano das sociedades concretas e "institucionalizadas", os mecanismos que asseguram a distorção sistemática do processo de comunicação e que correspondem às ideologias. Dá-se aqui um processo circular no qual a pretensão de que as normas podem ser justificadas se apoia em visões do mundo legitimadoras, a validade das quais, por sua vez, se sustenta numa estrutura de comunicação que exclui a formação de vontade através do efetivo intercâmbio discursivo. "[A]s barreiras à comunicação que transformam em ficção a imputação recíproca de capacidade de autojustificação (*accountability*) sustentam ao mesmo tempo a crença legitimadora em que se baseia a ficção e que a impede de ser desvendada. Essa é a proeza paradoxal das ideologias, cujo protótipo individual é a perturbação neurótica".[26]

Assim se esclarece – ou surge, pelo menos, mais nitidamente como problemático – um ponto em que se tocou de passagem acima, quando vimos Habermas, ao tentar contrapor e aclarar em Marx respectivamente o papel da atividade instrumental e o da interação, aproximar esta última das relações de *poder*. De resto, a ambiguidade das relações entre interação (comunicação, linguagem) e poder é expressamente tomada e elaborada por Habermas em *Lógica das Ciências Sociais*, onde se distinguem "linguagem", "trabalho" e "domínio" e se destaca que a linguagem é também um meio de domínio e de poder social, ou um instrumento ideológico.[27] Segundo interpretação proposta por Jean-René Ladmiral em "Le Programme Épistémologique de Jurgen Habermas", o que temos é que, no plano conceitual, a interação e a linguagem tendem a se confundir, enquanto a referência à dominação, ao lado do trabalho e da linguagem, "não indica um terceiro quase-invariante, mas as condições de fato sócio-

[25] Jurgen Habermas, "Vorbereitende Bemerkungen zu einer Theorie der Kommunicativen Kompetenz", em J. Habermas, e N. Luhmann, *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie?*, Frankfurt, 1971, p.120; citado conforme McCarthy, "Translator's Introduction", em Habermas, *Legitimation Crisis*, pp.xiv e xv.
[26] Ibid., p.120; citado conforme McCarthy, ibid., p.xv.
[27] Veja-se Jurgen Habermas, *Logica delle Scienze Sociali*, Bologna, Società Editrice Il Mulino, 1970, especialmente pp.261-63.

históricas de uma restrição à atividade comunicacional que convém superar".[28] É esse desígnio de superação das restrições ou distorções impostas à comunicação que Habermas vê como consistindo no interesse emancipatório a guiar as ciências críticas, a saber, o marxismo, entendido como crítica da ideologia, e a psicanálise – cuja aproximação com o primeiro (despojada também a psicanálise do que Habermas considera como a visão "cientificista" que teria o próprio Freud de seu trabalho)[29] é de importância decisiva para as concepções epistemológicas de Habermas e para o alcance crítico e político que a elas se associa.

Para elucidá-lo, tomemos a tipologia habermasiana das ciências. O primeiro caso é o das ciências empírico-analíticas, com relação às quais não parece haver qualquer problema quando referidas à distinção entre o técnico e o prático, entre trabalho e interação: sem pretender separar de maneira estrita diferentes campos concretos do conhecimento em termos das orientações metodológicas que têm a ver com essa distinção (pois dentro das próprias ciências sociais, por exemplo, como destacado por Habermas mesmo, podemos encontrar orientações diferentes nesses termos), tratar-se-ia aqui, em princípio, de disciplinas ou orientações movidas pelo interesse técnico e referidas ao modelo da atividade instrumental ou do trabalho. Ao marco de referência da interação, entretanto, correspondem dois tipos de ciências, as ciências histórico-hermenêuticas e as ciências críticas, o que acarreta ambiguidades e certa fluidez. Com efeito, as ciências histórico-hermenêuticas são "guiadas por um interesse que visa a manter e estender a intersubjetividade da compreensão entre indivíduos", elas se encontram "voltadas para a possibilidade de consenso entre sujeitos que atuam no quadro de uma concepção de si que lhes vem da tradição".[30] Como destaca Ladmiral, "esse interesse – denominado 'prático' – corresponde sem dúvida

[28] Jean-René Ladmiral, "Le Programme Épistemologique de Jurgen Habermas", introdução a Habermas, *Connaissance et Interêt*, p.24.

[29] Veja-se *Connaissance et Interêt*, especialmente o capítulo 11, "La Mécompréhension Scientiste de la Métapsychologie par Elle-Même".

[30] Jurgen Habermas, *La Technique et la Science comme "Ideologie"*, Paris, Gallimard, 1973-1975; citado conforme Ladmiral, "Le Programme Épistemologique de Jurgen Habermas", p.23. Vejam-se também, por exemplo, Jurgen Habermas, "Conhecimento e Interesse", em Benjamin e outros, *Textos Escolhidos*; e Habermas, *Théorie et Pratique*, volume I, pp.39 e seguintes.

à racionalidade comunicacional da interação que se constitui no fundamento da ideia de prática (...) oposta à técnica".[31]

Ora, no que concerne às ciências críticas, da mesma forma, o interesse que se acha em jogo busca realizar (mais precisamente, como observa Ladmiral, restabelecer) a racionalidade comunicacional da interação. Isso se daria, na crítica da ideologia e na psicanálise, através da autorreflexão em que coincidem, num contexto eminentemente comunicacional e de diálogo, conhecimento e interesse – cuja unidade "se confirma numa dialética que, a partir das marcas históricas do diálogo reprimido, reconstrói aquilo que foi reprimido".[32] Essa autorreflexão tem, por assim dizer, uma dupla dimensão: de um lado, a de uma retrospecção reflexiva (expressão que utiliza Ladmiral, para, no entanto, a meu ver equivocadamente, negar-lhe importância na autorreflexão habermasiana)[33] em que "se leva algo anteriormente inconsciente a se tornar consciente",[34] através da reconstrução do reprimido; e, de outro lado, a da antecipação dos resultados de uma terapêutica bem sucedida ou de uma emancipação – "a autorreflexão, quando bem sucedida, resulta num conhecimento que satisfaz não apenas às condições de uma discussão que responde aos critérios de *verdade* (ou de exatidão), mas, além disso, às da exigência de *autenticidade* (...). Uma interpretação verdadeira garante ao mesmo tempo ao sujeito a autenticidade de formulações que até agora tinham sido ilusões (...). Os critérios de autenticidade não se deixam verificar senão nos contextos de ação. A comunicação por excelência, aquela em que as deformações das estruturas de comunicação podem ser superadas, é a única a permitir verificar ao mesmo tempo pela 'discussão' a pretensão à verdade e a pretensão à autenticidade (ou eliminá-la se ela é injustificada)".[35]

Seria possível, assim, uma interpretação tal como a adotada por Ladmiral, segundo a qual

> ...a oposição entre ciências histórico-hermenêuticas e ciências críticas não designaria senão dois aspectos das mesmas ciências humanas. A

[31] Ladmiral, "Le Programme Épistemologique de Jurgen Habermas", p.23.

[32] Habermas, *La Technique...*, citado conforme Ladmiral, "Le Programme Épistemologique de Jurgen Habermas", p.23.

[33] Ladmiral, ibid., p.23.

[34] Habermas, *Théorie et Pratique*, volume I, p.52.

[35] Ibid., p.53.

tipologia epistemológica de J. Habermas, assim, não seria senão a título provisório uma classificação das ciências em três ramos. O lugar das *Geisteswissenschaften* nessa classificação não seria mais que residual, e elas deveriam ser retomadas numa perspectiva crítica. As ciências críticas designam, portanto, menos um terceiro grupo de ciências propriamente dito do que uma alternativa progressista às ciências humanas tradicionais.[36]

A verdadeira diferença entre ciências histórico-hermenêuticas e ciências críticas diria respeito então ao que denominamos a sobredeterminação política da epistemologia geral proposta por J. Habermas: aquelas estariam marcadas por um coeficiente de conservadorismo e estas ornadas de uma auréola revolucionária, ou ao menos progressista. A epistemologia das ciências humanas reproduziria a ambiguidade da ideia de prática, a um tempo depositária de uma herança tradicional e portadora de uma antecipação emancipatória .[37]

Contudo, essa interpretação não parece inteiramente consistente com certos enunciados de Habermas a serem encontrados na introdução à edição alemã de 1971 de *Teoria e Prática*. Tais enunciados, em confronto com a interpretação acima, introduzem matizes no pensamento de Habermas que se mostram relevantes face a certos pontos a serem considerados adiante. Com efeito, na introdução mencionada Habermas certamente mantém, por um lado, a concepção da "crítica" como caracterizada pelo fato de que ela "integra à consciência que tem de si mesma o interesse que comanda seu conhecimento, e isso sob a forma de um interesse emancipatório que supera o interesse de conhecimento técnico e o interesse prático".[38] Mas, por outro lado, a discussão que aí se faz do estatuto das ciências empírico-analíticas e das ciências hermenêuticas não apenas aproxima esses dois campos de maneira que se mostra curiosa quando comparada com a oposição mais nítida entre eles a ser encontrada em outros textos,[39] mas também parece envolver – e isto é mais importante – uma avaliação do papel cumprido por aquelas ciências no processo de conhecimento do social em geral, bem como dos interesses a elas correspondentes, que proibiria a atribuição, nos

[36] Ladmiral, "Le Programme Épistemologique de Jurgen Habermas", pp.25-6.
[37] Ibid., p.24.
[38] Habermas, *Théorie et Pratique*, volume I, p.40.
[39] Veja-se, por exemplo, "Conhecimento e Interesse", em Benjamin e outros, *Textos Escolhidos*, especialmente pp.295 e seguintes.

termos de Ladmiral, de um caráter "residual" às ciências histórico-hermenêuticas, e permitiria ver pelo menos como simplificação a contraposição rígida entre as ciências criticas e as demais em termos de conservadorismo e progressismo.

Assim, observa Habermas, "os objetos das ciências empírico-analíticas e das ciências hermenêuticas têm por fundamento as objetivações da realidade que realizamos cotidianamente, seja do ponto de vista da manipulação técnica ou do ponto de vista da compreensão intersubjetiva".[40] Os interesses correspondentes a esses dois domínios

> ...derivam (...) de imperativos socioculturais que têm a ver com a forma de vida e se ligam ao trabalho e à linguagem. Esta é a razão pela qual os interesses de conhecimento prático e técnico não são elementos diretores da cognição que seja necessário suprimir em nome da objetividade do conhecimento, mas definem, ao contrário, o aspecto sob o qual a realidade é objetivada e se torna por isso mesmo acessível ao conhecimento. Trata-se, para sujeitos que falam e atuam, das condições de possibilidade necessárias a toda experiência que se queira objetiva. A expressão "interesse" tem na verdade por objeto o de indicar a unidade do meio vital no qual se insere a cognição: formulações dotadas de valor de verdade se relacionam a uma realidade que é objetivada, isto é, *ao mesmo tempo* descoberta e constituída como realidade, em dois contextos de experiências ativas diferentes; o *interesse* que se encontra na base de tal objetivação instaura uma unidade entre esse contexto de constituição ao qual o conhecimento se liga de maneira reflexiva e a estrutura das utilizações possíveis do conhecimento.[41]

Habermas faz seguir essas proposições de uma seção dedicada, na oportunidade da nova edição da obra citada, à apresentação sintética da maneira pela qual sua postura metodológica pode ser delimitada relativamente a "quatro atitudes concorrentes", a saber, o objetivismo das ciências do comportamento, o idealismo característico da hermenêutica das ciências sociais, o universalismo pretendido pela teoria global de sistemas e "a herança dogmática da filosofia da história". Retomaremos, a propósito de diferentes aspectos de nossa discussão, alguns dos pontos destacados por Habermas nessa seção. Registre-se agora somente que as proposições acima

[40] Habermas, *Théorie et Pratique*, volume I, p.39.
[41] Ibid., p.40.

transcritas parecem claramente interpretáveis como um reconhecimento das ciências empírico-analíticas e hermenêuticas, ou das orientações que lhes correspondem, como momentos legítimos do processo pelo qual se torna eventualmente possível chegar a conhecer a realidade social e humana, reconhecimento este que não é senão a consequência de outro, isto é, o de que os interesses prático e técnico que se associam a elas são momentos necessários da constituição daquela realidade – e este, por sua vez, é um ponto de partida e um "fio diretor" das reflexões de Habermas.

3. O trabalho no contexto da interação. Os estudos de J. Piaget sobre o desenvolvimento intelectual e a "comunicação competente" de Habermas

Duas linhas principais de desenvolvimento e de problemas se desdobram a partir da distinção básica entre trabalho e interação. A primeira, de que nos ocuparemos neste capitulo e no próximo, diz respeito às *conexões* entre trabalho e interação. Ela se ramifica em questões que podem analiticamente esclarecer-se quando tomadas separadamente sob o ponto de vista de "o trabalho no contexto da interação" e de "a interação no contexto do trabalho". A outra linha principal, a ser tratada no capítulo 6, refere-se ao papel intermediário entre trabalho e interação que é cumprido pela ação *estratégica*. Tal papel não é destacado devidamente por Habermas na passagem de "Técnica e Ciência como 'Ideologia'" de que me vali acima para introduzir as categorias básicas deste autor. Ele tem, porém, como se verá, implicações da maior relevância para os propósitos da presente discussão.

Tomemos, em primeiro lugar, a ideia de que o trabalho se desenvolve no contexto da interação. O próprio Habermas se refere, no posfácio escrito em 1973 para nova edição de *Conhecimento e Interesse*, a críticas feitas à distinção entre trabalho e interação que destacam a ideia de que "as ações instrumentais estão normalmente inseridas em relações de ação comunicacionais (as atividades produtivas estão em geral organizadas socialmente)".[42] A ideia marxiana de *praxis*, segundo tais críticas, refere-se simultaneamente às duas dimensões e a sua articulação. A resposta de Habermas consiste em salientar que não vê por que se deveria renunciar a

[42] Habermas, *Connaissance et Interêt*, p.344, nota 27.

"analisar de maneira apropriada um complexo, isto é, a decompô-lo em seus elementos", e que com a insistência retórica sobre a unidade da produção ou da *praxis* se trataria antes de marcar posições do que de esclarecer os problemas.[43]

Habermas tem certamente razão nessa resposta: diante da realidade histórica complexa e multifacetada, a tarefa do conhecimento impõe que se analise e distinga. Contudo, no que diz respeito especificamente às relações entre trabalho e interação, tanto a crítica tal como apresentada na passagem em questão do posfácio de Habermas quanto a resposta deste situam-se em certo nível que não esgota o alcance do problema. Com efeito, trata-se aí da constatação de que as sociedades históricas organizam socialmente suas atividades produtivas, de que estas se desenvolvem sempre em determinado quadro institucional. Para retomar as expressões utilizadas na abertura do parágrafo anterior, a ideia seria propriamente a de que a dimensão comunicacional ou de interação propicia o *contexto*, *dentro* do qual o trabalho, a atividade estritamente instrumental capaz de eficácia "técnica", se desenvolve.

Mas a mesma crítica pode ser lida, ou formulada, em sentido mais profundo (e mais analítico, precisamente). Neste sentido, o que a crítica propõe me parece quase totalmente ausente do campo de visão de Habermas, apesar de ter ramificações ou consequências da maior importância para o papel por ele atribuído à distinção entre trabalho e interação e para as ligações entre teoria do conhecimento e teoria da sociedade. Refiro-me ao problema de até que ponto as próprias características *intrínsecas* do trabalho enquanto atividade instrumental, "racional" e capaz de eficácia técnica são dependentes do caráter ou aspecto social e comunicacional das ações humanas, ou (para evitar a sugestão de determinismo em certa direção) vinculam-se inextricavelmente com esse aspecto.

Seria possível, sem dúvida, fazer certa leitura do problema, mesmo formulado nesses termos, que o diluiria numa proposição genérica algo banal se apreciada do ponto de vista em que nos situamos no momento: a de que, para dizê-lo de maneira reminiscente de Rousseau, tudo o que é especificamente humano é social, caráter social este que teríamos

[43] Ibid., p.344, nota 27.

fatalmente de encontrar, *a fortiori*, naquelas atividades do homem carregadas da marca de "nobreza" que se associa a qualificativos tais como "eficiente" e "racional" (ainda que se trate de uma racionalidade que alguém – um Habermas – se disponha a considerar como "meramente" técnica). Veremos adiante que essa proposição, na verdade, contém implicações que a tornam de suma importância em outro contexto. Mas o que se pretende sugerir a esta altura são alguns pontos bem mais específicos e precisos, que têm a ver com os estudos de Piaget mencionados anteriormente.

Com efeito, os trabalhos de Piaget no campo da epistemologia genética e da psicossociologia da inteligência têm como verificação central a do estrito paralelismo existente entre o processo de desenvolvimento intelectual e o processo de socialização gradual do indivíduo. O estabelecimento da relevância de tal paralelismo para a proposição que aqui se sustenta relativamente aos vínculos entre trabalho e interação supõe, naturalmente, que aquilo que Piaget trata em termos de desenvolvimento intelectual corresponde ao que Habermas tem em mente quando se refere ao trabalho e à ação instrumental. Ora, a eficácia técnica associada à noção habermasiana de trabalho e de instrumentalidade da ação envolve expressamente certa concepção de racionalidade que é o que fornece a Habermas a justificação para colocar aquela noção em correspondência com as ciências empírico-analíticas, e outra não é essa racionalidade senão a própria lógica formal aplicada ao mundo empírico (veja-se a caracterização de trabalho ou de ação "racional-intencional" anteriormente transcrita). Pois bem: Piaget vê nas operações lógicas a culminação de um processo de desenvolvimento que pode ser descrito como envolvendo duas características básicas: (1) a transposição para o plano simbólico de operações que são em primeiro lugar operações concretas; (2) essa transposição contém como requisito ou contrapartida indissociável, e que concorre mesmo para defini-la, o fato de que, por assim dizer, tais operações se "coletivizam" e surgem propriamente como o resultado de um processo de "co-operação".

Se se adota provisória e artificialmente um ponto de vista estritamente individual (como o faz o próprio Piaget em "As Operações

Lógicas e a Vida Social", por exemplo),[44] pode-se dizer resumidamente, com Piaget, que "a lógica é um sistema de operações, isto é, de ações tornadas ao mesmo tempo compostas e reversíveis. Raciocinar é, com efeito, reunir ou dissociar, segundo encaixes simples (adição ou subtração) ou múltiplos (multiplicação ou divisão), trate-se de classes (reunião de objetos segundo suas semelhanças), de relações assimétricas (seriação de objetos segundo suas diferenças ordenadas) ou de números (semelhanças e diferenças generalizadas). É, pois, efetuar sobre os objetos as ações mais gerais possíveis, material ou mentalmente, e 'agrupando' estas ações segundo um princípio de composição reversível"[45] .Piaget mostra como o estádio correspondente às operações lógicas propriamente ditas é precedido por toda uma série de etapas regularmente percorridas no desenvolvimento do indivíduo.

Tais etapas começam com as funções sensório-motrizes iniciais, em que, antes mesmo de qualquer linguagem, as estruturas perceptivas e motrizes são suficientes para levar a "descobrir os esquemas do objeto prático permanente, da organização espacial dos deslocamentos próximos (com idas e vindas), da causalidade e do tempo elementares",[46]esquemas estes cuja organização, sem ser estruturalmente comparável ao pensamento conceitual posterior, "o anuncia entretanto do ponto de vista funcional e constitui assim uma espécie de lógica dos movimentos e das percepções".[47] Em seguida, entre os dois e os sete anos, "as ações efetivas do período precedente se duplicam de ações executadas mentalmente, isto é, de ações imaginadas, dirigindo-se às representações das coisas e não mais somente aos objetos materiais mesmos".[48] A forma superior deste pensamento representativo ou figurativo é o que Piaget denomina pensamento "intuitivo", "que consegue, aos 4-5 e 7-8 anos, evocar configurações de conjunto relativamente precisas (seriações, correspondências, etc.), mas unicamente a título de figuras e sem reversibilidade operatória".[49]

---

[44] Jean Piaget, "As Operações Lógicas e a Vida Social", em Jean Piaget, *Estudos Sociológicos*, Rio de Janeiro, Forense, 1973.
[45] Ibid., pp.172-3.
[46] Ibid., p.173.
[47] Ibid., p.174.
[48] Ibid., p.174; introduziu-se ligeira modificação na tradução.
[49] Ibid., p.174.

Piaget destaca o fato de que, como é característico da transição que ocorre de qualquer das etapas a outra, a passagem da "inteligência" sensório-motriz ao pensamento figurativo ou intuitivo significa a passagem de uma forma de equilíbrio inferior das ações a uma forma superior. Assim, o pensamento intuitivo, por contraste com a inteligência sensório-motriz, ao invés de deter-se no que é dado atualmente à percepção e ao movimento, "ultrapassa o atual por meio de antecipações e de reconstituições representativas".[50] Mas, comparado ao equilíbrio próprio da fase seguinte, o equilíbrio realizado pelo pensamento intuitivo permanece instável e incompleto, pois carece de reversibilidade: "é assim que a criança de 5-6 anos poderá fazer corresponder seis fichas vermelhas a seis fichas azuis e considerar estas coleções como iguais quando estão sob a vista, mas não crê mais na sua equivalência desde que se afastem os elementos de uma das fileiras: não há, pois, conservação do todo, por falta desta reversibilidade elementar que faria compreender ao sujeito a volta à configuração inicial por uma operação inversa à do afastamento das fichas".[51]

> Aos 7-8 anos, pelo contrário, as ações efetuadas mentalmente, que são os julgamentos "intuitivos", alcançam um equilíbrio estável, definido pela reversibilidade e constituindo assim o começo das operações lógicas mesmas. Reunir ou dissociar, seriar num sentido ou noutro, fazer corresponder, etc., adquirem, pois, a posição destas ações componíveis e reversíveis que permitem a antecipação e a reconstituição, não mais somente pela imagem ou intuição, mas pela dedução necessária. Donde a grande descoberta que marca, na criança, o começo do pensamento operatório: a conservação de um todo (de um conjunto de elementos ou de uma quantidade de líquido, de massa para modelar, etc.) quaisquer que sejam as transformações internas efetuadas sobre as partes.[52]
>
> Mas as operações não são ainda compreendidas, entre 7 e 11 anos, a não ser no terreno concreto, isto é, quando a dedução se acompanha de manipulações efetivas ou imaginadas. As operações constituem efetivamente, vê-se, a forma de equilíbrio terminal do pensamento intuitivo, pois se apoiam ainda, elas mesmas, em movimentos reais ou possíveis. Aos 11-12 anos, em compensação, sua simbolização

[50] Ibid., p.174.
[51] Ibid., p.174-5.
[52] Ibid., p.175.

> termina, no sentido de que podem ser efetuadas pelo sujeito no plano das simples hipóteses verbais: a lógica das proposições sucede finalmente à lógica das operações concretas.[53]

Piaget conclui salientando que, mesmo na forma de lógica das proposições, em que se trata de operações hipotético-dedutivas referidas a puras implicações enunciadas na qualidade de supostos, a lógica permanece, em sua essência psicológica, um sistema de ações virtuais. "Ou a linguagem não é senão puro psitacismo, ou anuncia uma transformação possível do real, e é o sistema dessas transformações, compostas, reversíveis e associativas, que anuncia toda a lógica e toda a matemática elementar".[54] O desenvolvimento da lógica é, assim, "uma passagem progressiva da ação efetiva e irreversível à operação ou ação virtual e reversível. Pode-se, pois, interpretar a lógica como a forma de equilíbrio terminal das ações, forma de equilíbrio para a qual tende toda a evolução sensório-motriz e mental, porque não há equilíbrio senão na reversibilidade".[55] As condições desse equilíbrio estão dadas com precisão na estrutura do "agrupamento" lógico, de que Piaget se ocupa em diversos textos. Elas são, segundo Piaget, quatro no caso dos "grupos" de natureza matemática e cinco no dos "agrupamentos" qualitativos, e vale talvez a pena apresentar aqui a formulação sintética que delas faz Piaget em *Psicologia da Inteligência*:

> 1ª. Dois elementos quaisquer de um agrupamento podem compor-se entre si e engendram de tal maneira um novo elemento do mesmo agrupamento; duas classes distintas podem ser reunidas em uma classe de conjunto que as engloba; duas relações A<B e B<C podem unir-se em uma relação A<C que as contém, etc. (...)
>
> 2ª. Toda transformação é reversível. Assim, as duas classes ou as duas relações recém-reunidas podem ser novamente dissociadas e, no pensamento matemático, cada operação direta de um grupo implica uma operação inversa (subtração e adição, divisão e multiplicação, etc.) (...)
>
> 3ª. A composição das operações é "associativa" (no sentido lógico do termo), vale dizer, o pensamento continua sendo livre para dar voltas,

[53] Ibid., p.177.
[54] Ibid., p.177.
[55] Ibid., pp.177-8.

e um resultado obtido por dois caminhos diferentes continua sendo nos dois casos o mesmo.(...)

4ª. Uma operação combinada com sua inversa fica anulada (por exemplo, +1 –1 = 0 ou x5 ÷5 = x1) (...)

5ª. No domínio dos números, uma unidade agregada a si mesma dá lugar a um novo número (...): há iteração. Ao contrário, um elemento qualitativo repetido não se transforma: há então "tautologia": A+A=A.[56]

---

[56] Jean Piaget, *Psicología de la Inteligencia*, Buenos Aires, Editorial Psique, 1960, pp.61-3. No mesmo texto, Piaget exrime essas cinco condições num esquema logístico: 1ª. Composição: x + x' = y; y + y' = z; etc. 2ª. Reversibilidade: y – x = x' ou y – x' = x. 3ª. Associatividade: (x + x') + y = x + (x' + y') = z. 4ª. Operação idêntica geral: x – x = 0; y – y = 0; etc. 5ª. Tautologia ou idênticos especiais: x + x = x; y + y = y; etc. (Pp.63-4.) Igualmente esclarecedora é a caracterização do conceito de "grupo" encontrada em Jean Piaget, *Structuralism*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1971, pp.19-20:

"...o conceito de grupo, ou a propriedade correspondente, é obtido (...) por meio de um modo de pensamento característico da matemática e da lógica modernas – a 'abstração reflexiva' –, a qual não deriva propiedades das *coisas*, mas de nossas maneiras de *agir sobre as coisas*, as operações que realizamos com elas; ou antes, talvez, de várias maneiras fundamentais de *coordenar* tais atos ou operações – 'reunir', 'ordenar', 'colocar em correspondência de um a um' e assim por diante. Assim, quando analismos o conceito de grupo, deparamos as seguintes coordenações muito gerais entre operações:

1. a condição de que um 'retorno ao ponto de partida' seja sempre possível (através da 'operação inversa');

2. a condição de que o mesmo 'objetivo' ou 'termo' possa ser alcançado por rotas alternativas e sem que o itinerário afete o ponto de chegada ('associatividade').

Devido a essas duas condições restritivas, a estrutura de grupo assegura uma certa coerência – o que quer que esteja dotado dessa estrutura é governado por uma lógica interna, é um sistema auto-regulador. Essa auto-regulação é, na verdade, a aplicação continuada de três dos princípios básicos do racionalismo: o princípio de não-contradição, que está contido na reversibilidade das transformações; o princípio de identidade, que é garantido pela permanência do elemento de identidade; e o princípio – menos frequentemente citado mas igualmente fundamental – segundo o qual o resultado final é idependente do caminho adotado. Para ilustrar o último ponto, considere-se o conjunto dos deslocamentos no espaço. Ele constitui um grupo (dado que quaisquer dois deslocamentos sucessivos produzem novo deslocamento, um determinado deslocamento pode sempre ser 'cancelado' por um deslocamento inverso ou 'retorno', etc.). Vê-se o que tem de absolutamente essencial a associatividade do grupo dos deslocamentos espaciais (equivalente a nossa noção intuitiva de usar um desvio) tão logo se reconhece que, se os pontos de chegada variassem com as vias percorridas para alcançá-los, o espaço perderia sua coerência e seria consequentemente destruído; o que teríamos seria antes uma espécie de fluxo perpétuo à maneira de Heráclito".

Ora, estabelecida a natureza da lógica como forma terminal de equilíbrio reversível das ações tornadas simbólicas ou virtuais ao cabo de um processo de desenvolvimento individual, o ponto crucial para o presente argumento é o caráter definitivamente social, co-operativo e "interacional" que corresponde a essa natureza e que Piaget mostra afirmar-se com nitidez crescente à medida que o indivíduo chega às operações lógicas como tal.

Assim, nos estádios iniciais do desenvolvimento a criança se encontra "centrada" em si mesma, condição esta designada como "egocentrismo" por Piaget e caracterizada pelo fato de que não há diferenciação sistemática entre as realidades subjetivas e exteriores: nem o objeto se acha constituído como tal, nem o indivíduo tem consciência de si próprio como sujeito. Dessa forma, "o universo se achará centrado na ação mesma, permanecendo o sujeito tanto mais dominado por essa perspectiva egocêntrica quanto mais se mantenha seu eu inconsciente de si mesmo".[57] Note-se que a construção de uma estrutura de agrupamento – característica, em sua forma mais realizada, das operações lógicas – supõe precisamente a noção de objeto e a "descentração" dos movimentos pela correção do egocentrismo inicial. Claro está, diz Piaget, que "a reversibilidade própria do grupo supõe a noção de objeto, e vice-versa": fornecendo exemplos do nível sensório-motor e dos rudimentos de agrupamento que aí se vão formando, pela organização progressiva dos movimentos que tendem à estrutura de "grupo", Piaget assinala como "encontrar de novo um objeto é defrontar a possibilidade de um retorno (por deslocamento, seja do objeto mesmo ou do próprio corpo): o objeto não é outra coisa senão o invariante devido à composição reversível do grupo".[58] A própria noção de deslocamento, por outro lado, como nota Piaget citando Poincaré, supõe, como tal, "a diferenciação possível entre as mudanças de estado sem retorno e as mudanças de posição caracterizadas precisamente por sua reversibilidade (ou por sua correção possível, graças aos movimentos do próprio corpo). É evidente, pois, que sem a conservação dos objetos não poderia existir 'grupo', já que tudo apareceria como 'mudança de estado': o objeto e o grupo dos deslocamentos são, pois, indissociáveis, constituindo um o aspecto estático e o outro o aspecto dinâmico da mesma realidade".[59]

---

[57] *Psicología de la Inteligencia*, p.153.
[58] Ibid., p.152.
[59] Ibid., pp.152-3.

Não obstante, o egocentrismo marca não apenas as fases sensório-motrizes anteriores à linguagem (onde não há qualquer socialização da inteligência, e a respeito das quais Piaget recorre à formulação paradoxal de que "é mesmo durante este período inicial que se pode falar de inteligência puramente individual").[60] Também o período que vai do aparecimento da linguagem até os 7 ou 8 anos de idade, ou seja, a fase do pensamento figurativo ou intuitivo, ainda que a criança seja aí capaz de intercâmbio interindividual e que haja um começo significativo de socialização de certo tipo, apresenta-se caracterizado por um egocentrismo "que permanece a meio caminho do individual e do social e que se pode definir por urna indiferenciação relativa do ponto de vista próprio e do ponto de vista do outro. É assim que a criança fala tanto por si quanto pelos outros, que não sabe discutir, nem expor seu pensamento segundo urna ordem sistemática, etc. Nos jogos coletivos dos pequenos, vê-se cada um jogar por si, sem coordenação de conjunto".[61] Como no caso da etapa anterior, também no nível do pensamento intuitivo temos que qualquer relação percebida ou admitida "se acha sempre vinculada à ação do sujeito e não descentrada num sistema objetivo. Reciprocamente, e pelo próprio fato de que o pensamento intuitivo se acha 'centrado' a cada instante sobre uma relação dada, esse pensamento é fenomenista e só toma do real sua aparência perceptiva; ele se acha, pois, à mercê das sugestões da experiência imediata, as quais, ao invés de corrigir, copia e imita".[62] Daí que, no plano mais estritamente social, como consequência da indiferenciação entre o *ego* e o *alter*, "o apogeu do egocentrismo coincide, no desenvolvimento, com o da pressão dos exemplos e opiniões do meio, e é tão explicável a mescla de assimilação ao eu e de adaptação aos modelos ambientes quanto a de egocentrismo e fenomenismo próprios da intuição inicial das relações físicas".[63]

Assim, em ambos os níveis, o egocentrismo intelectual não constitui "nada mais (...) que um defeito de coordenação, nada mais que uma ausência de 'agrupação' das relações com os outros indivíduos e com as coisas".[64] E um ponto crucial é o de que, na ausência de "agrupação", as

[60] "As Operações Lógicas e a Vida Social", p.178.
[61] Ibid., p.179.
[62] *Psicología de la Inteligencia*, p.210.
[63] Ibid., p.212.
[64] Ibid., p.211.

pressões do meio próprias das fases egocêntricas "não bastariam para engendrar uma lógica no espírito da criança mesmo se as verdades impostas por tais pressões fossem racionais em seu conteúdo (...). Ao contrário, para aprender dos outros a raciocinar logicamente é indispensável que entre eles e a criança se estabeleçam essas relações de diferenciação e reciprocidade simultâneas que caracterizam a coordenação dos pontos de vista".[65]

> Em poucas palavras, quando se trata dos níveis pré-operatórios que se estendem desde a aparição da linguagem até os 7-8 anos aproximadamente, as estruturas próprias do pensamento nascente excluem a formação das relações de cooperação, as únicas que determinariam a constituição de uma lógica: oscilando entre o egocentrismo deformante e a passiva aceitação das pressões intelectuais, a criança não experimenta ainda o processo de uma socialização da inteligência que possa modificar profundamente seu conteúdo.[66]

Tais relações de cooperação, precisamente, se tornam possíveis a partir dos 7 ou 8 anos – e, em correspondência com ela, a coordenação, no plano das ações concretas ou das operações simbólicas, dos pontos de vista. A criança "se torna capaz de discussão – e desta discussão interiorizada, e conduzida consigo mesmo, que é a reflexão –, de colaboração, de exposições ordenadas e compreensíveis para o interlocutor. Seus jogos coletivos testemunham regras comuns. Sua compreensão das relações de reciprocidade (por exemplo, a inversão da esquerda e da direita sobre um indivíduo colocado diante de si, a coordenação das perspectivas espaciais, etc.) mostra a generalidade destas novas atitudes e sua conexão com o pensamento mesmo".[67] Da mesma forma que há estreita ligação entre o egocentrismo e a inteligência sensório-motriz ou o pensamento intuitivo, há também íntima conexão entre a capacidade de cooperação e as características do pensamento lógico. Como se viu, um "agrupamento" operatório é "um sistema de operações com composições isentas de contradição, reversíveis e conduzindo à conservação das totalidades".[68] Ora, o intercâmbio com os outros é precisamente o que permite a descentração necessária à realização dessas condições. É bastante claro como o

[65] Ibid., p.212.
[66] Ibid., pp.212-3.
[67] "As Operações Lógicas e a Vida Social", p.180.
[68] Ibid. p.181-2.

pensamento em comum, como observa Piaget, favorece a não-contradição: é muito mais fácil nos contradizermos "quando pensamos por nós somente (o egocentrismo) do que quando os parceiros estão lá para lembrar o que dissemos anteriormente e as proposições que já admitimos. A reversibilidade e a conservação, por outro lado, são contrárias à aparência das coisas e só se tornam rigorosas com a condição de substituir os objetos por sinais, isto é, por um sistema de expressões coletivas".[69] De maneira mais geral, o agrupamento é, em seu princípio mesmo, "uma coordenação dos pontos de vista, e isso significa, na realidade, uma coordenação entre observadores, vale dizer, uma cooperação de vários indivíduos".[70] Essa conexão entre o lógico e o social ressalta com tal força das investigações de Piaget que ele não hesita, em passagem sugestiva, em descrever em termos de "sociedade" a agrupação de seus próprios diferentes pontos de vista que viesse a ser capaz de realizar um indivíduo que hipoteticamente os mudasse constantemente – agrupação esta que é precisamente a que se dá nas formas superiores de raciocínio, quando conduzido pelo indivíduo isolado:

> Suponhamos, porém, com o sentido comum, que um indivíduo superior, ao mudar indefinidamente de pontos de vista, consiga por si mesmo coordená-los todos de maneira que possa assegurar sua agrupação. Mas como um indivíduo só, embora dotado de uma experiência suficientemente ampla, poderia recordar-se de seus pontos de vista anteriores, isto é, do conjunto das relações que percebeu, mas já não percebe? Se fosse capaz disso, teria logrado constituir uma espécie de intercâmbio entre seus estados sucessivos e diversos, ou seja, dotar-se, mediante convenções contínuas consigo mesmo, de um sistema de notações suscetível de consolidar suas lembranças e de traduzi-las numa linguagem representativa: teria realizado, pois, uma "sociedade" entre seus diferentes "eu"![71]

Assim, um pensamento lógico é necessariamente social. E "dizer que um indivíduo não chega à lógica a não ser graças à cooperação vem a ser como supor simplesmente que o equilíbrio de suas operações se acha subordinado a uma capacidade indefinida de intercâmbio com o próximo, isto é, a uma reciprocidade total".[72]

[69] Ibid., p.181.
[70] *Psicología de la Inteligencia*, p.215.
[71] Ibid., pp.215-6.
[72] Ibid., pp.216-7.

Essa singela leitura das condições que Piaget associa ao pensamento lógico terá sido suficiente, por diversos aspectos, para que o leitor note o íntimo paralelismo existente entre tais condições e as características atribuídas por Habermas ao modelo da situação ideal de discurso ou de comunicação pura. Tal paralelismo, que se evidencia com mais clareza quando se têm em vista outros desdobramentos explícitos das análises de Piaget, dá margem a várias considerações do maior interesse.

1. Em primeiro lugar, o paralelismo entre as duas concepções ocorre não obstante o fato de que a situação de comunicação pura de Habermas corresponde como que ao caso limite da "interação", enquanto Piaget se ocupa de algo que não se pode pretender dissociar das condições de eficácia da ação instrumental ou do trabalho e cuja origem nas manipulações concretas do objeto ele próprio destaca incessantemente. De fato, um dos pontos de grande interesse das verificações de Piaget consiste em que – de maneira inteiramente surpreendente à luz de certas concepções vulgares sobre a natureza do pensamento formal e de suas relações com o chamado "pensamento dialético" – elas mostram a lógica como a um tempo o resultado e um ingrediente de um processo de natureza eminentemente dialética, que é descrito como tal pelo próprio Piaget.[73] No caráter dialético desse processo destacam-se: (a) a dimensão "histórica" e genética da constituição do pensamento lógico como consequência de um processo de estruturação progressiva, no qual, ademais, a integração ou estrutura própria de cada fase, apesar da "vecção" ou direção que orienta o processo como um todo rumo ao equilíbrio reversível, é sempre passível de se tornar o objeto de nova integração em formas superiores de equilibração ou estruturação;[74] e (b) o reconhecimento – que é crucial para o ponto que aqui se salienta – não só do papel do sujeito, contra o positivismo ou empirismo lógico, mas das formas complexas de se relacionarem e interagirem sujeito e objeto ao longo do processo. Assinale-se, em relação com essa complexidade, precisamente o alcance da constatação do que o sujeito que se relaciona com o objeto, superadas apenas as etapas mais primitivas da

[73] Veja-se, por exemplo, Jean Piaget, "Les Méthodes de l'Épistémologie", em Jean Piaget (dir.), *Logique et Connaissance Scientifique*, Paris, Gallimard, 1967; veja-se igualmente o capítulo VII de Piaget, *Structuralism*.
[74] Veja-se, por exemplo, *Structuralism*, capítulo IV (especialmente seção 12, "Structure and the Genesis of Intelligence"), bem como a conclusão geral do volume. Igualmente relevante é Jean Piaget, *A Equilibração das Estruturas Cognitivas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

inteligência sensório-motriz, é antes de tudo um sujeito *plural* – e de que esse caráter plural, o fato de que se trata de sujeitos e não de sujeito, é *condição* para o relacionamento *eficaz* com o objeto, ou seja, para as operações descentradas da razão e para o pensamento lógico.

2. Note-se, em segundo lugar, o papel crucial que desempenha, na convergência entre a ação comunicativa de Habermas e o caráter social da lógica apontado por Piaget, a concepção da autonomia radical dos participantes no processo de interação, ou dos sujeitos do processo de conhecimento. Com efeito, em Habermas, como vimos, a situação ideal de discurso ou de comunicação pura se define mesmo pelo fato de que os participantes surgem reciprocamente como sujeitos aos olhos uns dos outros. E a estrutura da comunicação se caracteriza por garantir a autonomia de cada um a tal ponto que a unanimidade isenta de qualquer forma de manipulação ou coerção se torna o único resultado válido do intercâmbio que se processa, enquanto o interesse emancipatório que distingue e orienta a ciência crítica consiste precisamente na superação das restrições à comunicação que advêm de relações de dominação.

Ora, em Piaget, por sua vez, a superação do egocentrismo é também a superação da heteronomia que é sua contraface indissociável, e as fases maduras do processo de desenvolvimento intelectual pressupõem o estabelecimento da identidade estável do indivíduo e, assim, seu surgimento como sujeito autônomo. Isso não é tudo, porém. O pensamento lógico não somente pressupõe autonomia de parte de qualquer indivíduo que se queira tomar como ponto de referência, mas, ao incluir requisitos tais como a capacidade de reconhecer a pluralidade e a reciprocidade dos pontos de vista e ao se efetivar em operações distinguidas por reversibilidade e conservação intersubjetivas, pressupõe também a existência e a autonomia radical *dos outros*. Na verdade, ao examinar, em "As Operações Lógicas e a Vida Social", as condições do equilíbrio próprio do "agrupamento" lógico e estabelecer sua íntima correspondência com a cooperação social (condições que se estudam aí através de uma análise formal dos mecanismos do intercâmbio intelectual), Piaget mostra não apenas os fatores de desequilíbrio que se prendem ao egocentrismo, mas também, o que é de especial interesse no presente contexto, o desequilíbrio devido à *coerção*. Tal desequilíbrio ocorrerá, ainda que o intercâmbio possa desenvolver-se em condições em que exista uma escala comum de valores (no caso, por

exemplo, em que se trate da coerção exercida pela opinião dos mais velhos ou dos ancestrais), em decorrência precisamente da falta de reciprocidade e de suas consequências para a estabilidade na conservação dos valores, ou da validade das proposições admitidas. Essa estabilidade, sendo determinada pelo fator exterior da coerção, só durará enquanto um dos participantes esteja submetido ao outro, e ao equilíbrio resultante (que não se constituirá em equilíbrio interno estável mesmo que a estrutura da coletividade seja capaz de assegurar-lhe duração indefinida) Piaget aplica a designação de "falso equilíbrio", de maneira perfeitamente análoga ao "falso consenso" de que fala Habermas para referir-se ao consenso resultante de manipulação ou coerção – e pelas mesmas razões.[75]

3. Ao anterior se associa um desdobramento da maior importância no contexto de nossa discussão, desdobramento este que é também elaborado explicitamente por Piaget. Refiro-me ao paralelismo desvendado pelos estudos de epistemologia genética entre o desenvolvimento das normas morais e o das normas intelectuais. Ele se revela, por exemplo, no fato de que aos 7-8 anos, quando se desenvolvem "relações novas de reciprocidade (no sentido lógico do termo), em conexão com a formação das operações reversíveis", é que se constata "um enfraquecimento dos efeitos do superego e da autoridade em proveito dos sentimentos de justiça e de outros aspectos da reciprocidade moral ou afetiva"; da mesma forma, relações semelhantes entre as transformações ocorridas nos dois planos se dão no nível da adolescência, quando da inserção do indivíduo na vida social dos adultos.[76] Na possibilidade de situar o estudo desse paralelismo reside mesmo, como diz Piaget explicitamente em *Sabedoria e Ilusões da Filosofia* em resposta a objeções formuladas por R. Schaerer, parte importante do interesse de se utilizarem termos como autonomia e reciprocidade a propósito de fenômenos cognitivos.[77] Do exame do

[75] "As Operações Lógicas e a Vida Social", pp.181 e seguintes.
[76] Veja-se Jean Piaget, "Inconsciente Afetivo e Inconsciente Cognitivo", capítulo II de Jean Piaget, *Problemas de Psicologia Genética*, São Paulo, Abril Cultural, 1978 (incluído no volume dedicado a Piaget da série "Os Pensadores"); citações da p.234.
[77] Jean Piaget, *Sabedoria e Ilusões da Filosofia*, São Paulo, Abril Cultural, 1978 (volume dedicado a Piaget da série "Os Pensadores"), especialmente p.195. Também de particular interesse a respeito são dois textos incluídos em Piaget, *Estudos Sociológicos*, a saber, "Ensaio sobre a Teoria dos Valores Qualitativos em Sociologia" e "As Relações entre a

paralelismo em questão ressalta algo que pode, com algum artifício, ser formulado em termos de duas constatações intimamente relacionadas. Em primeiro lugar, a de que a lógica, considerada do ponto de vista *psicológico*, na medida em que não é apenas um sistema de operações livres, mas se traduz por um conjunto de estados de consciência e de condutas caracterizados por certas obrigações nas quais não se pode deixar de reconhecer um caráter social, "implica regras ou normas comuns" e é "uma moral do pensamento, imposta e sancionada pelos outros. Assim é que a obrigação de não contradizer-se não constitui simplesmente uma necessidade condicional (um 'imperativo hipotético') para quem quer ater-se às exigências das regras do jogo operatório: é também um imperativo moral ('categórico'), desde que exigida pelo intercâmbio intelectual e pela cooperação".[78] Em segundo lugar, e como uma espécie de reverso da medalha, as condições logísticas da decisão e da ação moral não apenas "não excluem em nada a utilização de operações reversíveis",[79]mas na verdade as incluem por sua natureza mesma, como demonstra Piaget ao examinar a significação do universal moral kantiano e a exigência de reciprocidade que ele implica.[80] Assim, "o equilíbrio móvel dos sistemas de noções ou de valores [caracteriza] ao mesmo tempo os mecanismos cognitivos e os da vontade, e (...) apresenta para o sujeito uma significação normativa e não somente instrumental".[81] É certamente ocioso procurar salientar, em conexão com tais proposições, a maneira pela qual elas nos colocam em cheio no terreno da "interação" habermasiana, onde se trata de comunicação e de "normas consensuais vinculantes", bem como a ponte que elas assim lançam entre a interação e a ação instrumental ou o trabalho. As condições para a ação racional, pode-se dizer em síntese, se superpõem em grande medida não apenas às condições para a ação autônoma, mas também para a comunicação, a colaboração, a ação solidária e moral – tudo isso sem que a ação racional deixe de ter como substrato último a experiência da operação (da co-operação) concreta, da atividade instrumental ou do "trabalho".

Moral e o Direito", onde Piaget explora analiticamente vários aspectos das conexões entre fenômenos intelectuais e morais.

[78] *Psicología de la Inteligencia*, p.214.

[79] *Sabedoria e Ilusões da Filosofia*, p.196.

[80] "As Relações entre a Moral e o Direito", *Estudos Sociológicos*, especialmente pp.227-8.

[81] *Sabedoria e Ilusões da Filosofia*, p.196.

* * *

Antes de nos dedicarmos à exploração do segundo aspecto das conexões entre trabalho e interação anteriormente anunciado, destaquemos ainda, de passagem, dois pontos importantes para o que vem a seguir e cuja menção se torna oportuna face ao que acabamos de ver. O primeiro deles diz respeito a certas formulações de Habermas sobre problemas metodológicos das ciências sociais, a serem encontradas na introdução acima mencionada à edição alemã de 1971 de *Teoria e Prática*. Tratando, em particular, de delimitar seu próprio esforço perante o que chama "o objetivismo das ciências do comportamento sob sua forma mais estrita", Habermas destaca que "a sociologia crítica se proíbe reduzir o ato intencional ao comportamento" e que, quando o domínio tomado como objeto é constituído de estruturas simbólicas produzidas sobre a base de sistemas normativos, faz-se necessária uma forma de acesso aos dados "que permita compreender-lhes o sentido".[82] Habermas coloca esse recurso à tradicional prescrição metodológica da "compreensão" em seu quadro de referência de interação ou "comunicacional", e escreve:

> Em lugar de uma observação controlada, garantida pelo anonimato do sujeito que observa (isto é, pela sua substituição possível por outro sujeito) e igualmente pela possibilidade de reproduzir a observação, intervém a participação do sujeito que compreende em decorrência de sua relação com um parceiro (um alter ego). O paradigma não é mais a observação, mas o questionamento ou, por outras palavras, uma comunicação na qual o sujeito que compreende deve introduzir elementos de sua subjetividade que sejam de uma forma ou de outra controláveis para poder reunir-se a seu parceiro sobre o terreno intersubjetivo de uma possível compreensão.[83]

Habermas tem em mente aqui o intercâmbio psicanalítico, ao qual se refere de maneira explícita imediatamente em seguida e cuja importância para sua concepção de uma ciência crítica já se assinalou anteriormente. Teremos adiante algumas oportunidades para tentar avaliar sucintamente o alcance do recurso ao modelo psicanalítico de mais de um ponto de vista. À

[82] Habermas, *Théorie et Pratique*, volume I, p.41.

[83] Ibid., pp.41-2.

luz da discussão precedente sobre a maneira complexa de se relacionarem, na maturação das formas avançadas do pensamento, o "operatório" ou instrumental, o subjetivo e o intersubjetivo, registre-se apenas, a este ponto, o caráter equívoco que adquire a proposta metodológica contida nas proposições em questão de Habermas. De fato, não se vê facilmente como acomodar a prescrição da busca de uma compreensão intersubjetiva a um tempo com a exigência de que ela se processe através da introdução controlada de "elementos da subjetividade" do sujeito que compreende, por um lado, e com a proibição, por outro lado, do recurso à observação controlada e, como tal, passível em princípio de ser reproduzida por outros sujeitos. Pareceria antes que garantir a intersubjetividade da compreensão alcançada (ou que se julga ter alcançado) e a forma controlada da introdução de elementos subjetivos necessariamente acarreta o recurso a todos os ingredientes da forma lógica de que se valem as ciências empírico-analíticas e que, como a discussão anterior terá provavelmente contribuído para esclarecer e como espero mostrar com mais nitidez adiante, não tem porque ser vista como comprometida, no plano das ciências sociais, com um "behaviorismo" estreito e com o negligenciamento do caráter intencional das ações.

O outro ponto tem a ver com um aspecto particular da questão do condicionamento social do desenvolvimento intelectual e moral. Este aspecto tem ramificações importantes se avaliado do ponto de vista das afinidades acima destacadas entre as condições associadas por Piaget à fase madura do pensamento lógico e as características atribuídas por Habermas à situação ideal de discurso – e sobretudo se se tem em mente a relevância do modelo da situação ideal de discurso ou de comunicação pura para a motivação política e crítica de Habermas, ou para o interesse emancipatório da ciência social crítica. Refiro-me ao fato (mencionado de passagem há pouco, a propósito da análise de Piaget quanto aos efeitos da coerção sobre as condições de equilíbrio no intercâmbio intelectual) de que parte decisiva do contexto social em que tem lugar o processo de desenvolvimento intelectual e moral é constituído por relações de natureza intergeneracional. A importância crucial desse fato se prende a várias razões.

Assim, se se evoca o papel cumprido pelas relações de poder ou dominação como fatores de restrição à atividade comunicacional que cumpriria superar (de acordo com o interesse emancipatório que Habermas

destaca), teríamos notoriamente como que um resíduo irremovível de dominação no processo pelo qual cada geração molda em ampla medida a geração seguinte e estabelece com ela relações de assimetria e ascendência. Por um aspecto não teríamos aí maiores problemas, pois Habermas reconhece explicitamente o caráter "contrafatual" do modelo da situação ideal de discurso. Mas o que tem de especial a dimensão intergeneracional se deve a que aqui não se trata de um obstáculo entre outros à comunicação pura, mas de algo que acarreta importante ambiguidade no próprio plano das categorias básicas em jogo.

Na ótica do tipo de conexão entre trabalho e interação que tomamos em primeiro lugar (isto é, a ideia de que o trabalho se desenvolve no contexto da interação), seria possível destacar aqui a dificuldade introduzida pela constatação da colaboração prestada por relações marcadas por dominação – como o são as relações intergeneracionais – ao pleno florescimento da lógica, em que caberia ver a forma por excelência da racionalidade pelo menos no plano da ação instrumental ou do trabalho (adiemos os problemas envolvidos na sugestão contida no "pelo menos"). É-se tentado a pôr de lado essa dificuldade, já que se pode sustentar que a dominação ou ascendência intergeneracional não é, como tal, fator de encaminhamento do desenvolvimento intelectual no rumo dos genuínos equilíbrios reversíveis que caracterizam o pensamento lógico, o qual se deveria antes ao fato em si mesmo de que o indivíduo se torne social e adquira no processo o sentido de autonomia e reciprocidade. As coisas se tornam mais complicadas, porém, quando nos damos conta de que a definição da identidade, e consequentemente a possibilidade de acesso à própria ideia de autonomia, envolve também aspectos afetivos e morais, bem como a necessidade de assunção, ainda que eventualmente lúcida e seletiva, de ingredientes *dados* da biografia individual – e de que em tudo isso a opacidade das relações intergeneracionais enquanto tal é de importância decisiva. Por outras palavras, não só a sociedade cabalmente transparente seria necessariamente uma sociedade a-histórica ("instantânea", "unigeneracional"), mas a ideia de autonomia, por si mesma, envolve, quer no plano individual ou no coletivo, *identidade* e

memória.[84] Donde as consequências de que a tradição não é algo a ser objeto apenas de um interesse de emancipação, mas também de *preservação* (a ligação estabelecida por Hannah Arendt entre a ação e o acesso à lembrança e à história é aqui iluminadora), e de que o próprio interesse emancipatório seria destituído de significação se não estivesse associado a um interesse de preservação e afirmação (autônoma) de uma identidade existente (e em larga medida *pré*-existente). Sem dúvida, é a presença simultânea desses ingredientes aparentemente antagônicos no processo de autorreflexão característico do pensamento crítico tal como Habermas o concebe que permite a este último, como vimos antes, falar de critérios de *autenticidade*, ao lado de critérios de verdade, como relevantes na apreciação dos resultados da comunicação estabelecida entre psicanalista e paciente.[85] Da mesma forma, a complexidade dos meandros que assim se evidenciam na articulação das diversas facetas do problema geral está subjacente à fluidez e ambiguidade anteriormente apontadas das proposições de Habermas em certos pontos, tais como o fato de ao marco de referência da interação se vincularem tanto as ciências críticas quanto as hermenêuticas (estas últimas reportando-se à possibilidade de intersubjetividade que advém da história e da tradição), ou o de depararmos o poder ou a dominação vistos como ingrediente a um tempo genuíno e espúrio do contexto da interação.

4. A interação no contexto do trabalho. Atividade instrumental e emancipação, Arendt, Habermas e Marx

Mas não apenas o trabalho se desenvolve no contexto da interação, como também a interação se desenvolve no contexto do trabalho. Essa proposição pode ser lida tanto no sentido de que a atividade produtiva (entendida como abrangendo o "labor" e o "trabalho" nas acepções propostas por Hannah Arendt) fornece o substrato necessário sobre o qual se assentam as relações sociais consideradas de maneira estrita – o que, em nível mais abstrato, poderia ser formulado em termos de que a interação é, em medida importante, "co-operação" – quanto no sentido de que a

[84] Veja-se a respeito Karl W. Deutsch, *The Nerves of Government*, Nova Iorque, Free Press, 1966, capítulos 6 e 8. Veja-se também Fábio W. Reis, "Academia, Democracia e Dependência", *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 1, 1980, pp.59-77.
[85] Veja-se, por exemplo, Habermas, *Théorie et Pratique*, volume I, p.53.

interação se desenvolve num mundo artificial de artefatos de toda natureza, de "trabalho" (o *work* de Arendt) objetivado e cristalizado. Alguns dos problemas que surgem em conexão com o tema geral do trabalho, de qualquer forma, podem ser apreciados se tomamos a maneira pela qual Habermas e Arendt avaliam as posições de Marx sobre o assunto.

Assim, como vimos antes, encontramos em Habermas a ideia de que Marx confunde, em alguma medida, o plano do "prático", que tem a ver com comunicação e interação (a ação de Arendt), e o plano do "técnico", ou seja, da atividade instrumental e do trabalho. Já Arendt, que destaca e elabora longamente a distinção entre "labor" e "trabalho", detecta em Marx antes uma confusão entre esses dois aspectos da atividade humana.[86] Dessa confusão resultaria, de acordo com Arendt, a grande ambiguidade que se manifesta no pensamento de Marx com respeito ao tema do trabalho, apresentado ora como sujeição ou alienação a ser suprimida com o pleno desenvolvimento das forças produtivas e com a organização racional da sociedade comunista, ora como fator de exteriorização e autorrealização humana (e condição mesmo da apropriação gradativa da natureza pelo homem que se traduzirá no desenvolvimento das forças produtivas). Como quer que seja, a concepção do homem como *animal laborans* seria suficientemente importante no pensamento de Marx, ainda segundo Arendt, para condicionar o lugar aí ocupado pelo que ela vê como "o único elemento estritamente utópico dos ensinamentos de Marx", a saber, o objetivo de emancipação do homem perante o labor. O caráter utópico desse elemento derivaria de que "emancipação perante o labor, nos termos do próprio Marx, é emancipação perante a necessidade, e isso significaria em última instância emancipação também perante o consumo, ou seja, perante o metabolismo com a natureza que é a condição mesma da vida humana".[87]

Num ponto, porém, concorrem Habermas e Arendt quanto à questão geral: a ideia de que a falta de clareza de Marx a respeito das relações entre as diversas dimensões da atividade humana resulta em certa depreciação (vista de maneira distinta nos dois casos) da dimensão correspondente à interação ou ação – vale dizer, da dimensão da política. No caso de Habermas, já vimos a que essa leitura do pensamento de Marx se associa: a

[86] Arendt, *Human Condition*, especialmente capítulos III e IV.
[87] Ibid., pp.130-1.

tentativa de corrigir o laivo cientificista de Marx por meio da ênfase no aspecto emancipatório de um processo de autorreflexão e de comunicação potencialmente desimpedida e isenta de distorções neuróticas ou ideológicas – tentativa esta que, nos trabalhos mais "aplicados" de Habermas, tem tradução mais convencionalmente política na análise do tecnocratismo e de suas ligações com o problema da legitimidade da dominação nas sociedades de capitalismo avançado, por exemplo. Arendt, por seu turno, pretende estabelecer uma conexão algo tortuosa entre diversos ingredientes do pensamento de Marx, e o exame dessa pretensão permitirá situar certos pontos de interesse.

Assim, a sociedade futura que Marx projeta e pela qual anseia inclui, com a abolição do estado, o que Arendt designa como o desaparecimento da esfera pública ("the 'withering away' of the whole public realm"). Arendt vê nisso um ponto de contato entre o pensamento de Marx e a tradição cristã, a qual, contra o espírito característico da *polis* grega, promove o recolhimento à esfera privada e aponta na responsabilidade política e no envolvimento em assuntos públicos algo a ser, no melhor dos casos, suportado por alguns no interesse do bem-estar e da salvação dos demais, liberados para a contemplação e os assuntos da alma.[88] Em Marx, a expectativa do desaparecimento da esfera pública se prende à utopia da emancipação do homem como *animal laborans*, o qual, liberado da necessidade através da abundância, se veria transformado num ser produtivo capaz de dedicar-se a formas mais "altas" de atividade.[89] Arendt compartilha – ou mais propriamente, como se indicou antes, contribui para inspirar – a visão parcialmente crítica que Habermas manifesta relativamente a Marx quanto aos ingredientes do modelo de atividade produtiva para o qual o homem seria assim liberado, modelo este (o da atividade propriamente instrumental, técnica) ao qual se refere, em passagens diversas, por meio de expressões como "a ilusão de uma filosofia mecanicística" ou "a instrumentalização que implica a degradação de todas as coisas em meios".[90] Mas o ponto crucial de sua insatisfação com a visão marxiana do processo de emancipação é outro, apesar de relacionado com

[88] Ibid., p.60.
[89] Ibid., p.133.
[90] Ibid., pp.133 e 156. Na verdade, Arendt vê nisso um dos fatores de "inversões" entre as diversas dimensões da "vida ativa" a ocorrerem na época moderna, as quais são discutidas no último capítulo de *Human Condition*.

isso. Trata-se de que, na interpretação de Arendt, a concepção que tem Marx do processo de emancipação resulta em que "os 'homens socializados' utilizariam sua liberdade face ao labor para dedicar-se àquelas atividades estritamente privadas e essencialmente alheias ao mundo (*worldless*) que atualmente chamamos *hobbies*".[91] Tal interpretação se baseia em conhecida passagem de *A Ideologia Alemã*, que é tomada por Arendt para apoiar a afirmação de que

> Na sociedade comunista ou socialista, todas as profissões se transformariam, por assim dizer, em *hobbies*: não haveria pintores, mas apenas pessoas que, entre outras coisas, gastam seu tempo também pintando; pessoas, vale dizer, que "fazem isto hoje e aquilo amanhã, que caçam de manhã, pescam de tarde, dedicam-se à criação de gado ao cair da noite, fazem crítica depois do jantar, como melhor lhes apraz, sem por isso se tornarem jamais caçadores, pescadores, pastores ou críticos".[92]

Note-se primeiro, de parte de Arendt, a inconsistência envolvida em tratar como alheias ao mundo ou "não-mundanas" atividades que correspondem ao "trabalho' (*work*) do *homo faber*: como se viu anteriormente, segundo ela própria "a condição humana do trabalho é a mundanidade",[93] e é do trabalho nessa acepção que resulta a construção de um mundo humano objetivado. A valorização negativa do *work* que resulta da leitura feita por Arendt da antevisão marxiana da sociedade comunista deriva, claramente, do contraste com a especial dignidade por ela atribuída à esfera política concebida como a esfera da ação e da fala, a qual não receberia o reconhecimento adequado na utopia de Marx. Isso transparece bastante nitidamente em afirmações em que, procurando estabelecer as relações entre as diversas dimensões da "vida ativa", a relevância do trabalho "instrumental" para a esfera pública é vista em termos que o despojam, precisamente, de seu aspecto mais marcadamente instrumental: "Se o *animal laborans* necessita a ajuda do *homo faber* para facilitar seu labor e mitigar sua dor, e se os mortais a necessitam para erigir um lar na Terra, os homens que agem e falam precisam da ajuda do *homo faber* em sua faculdade mais alta, isto é, da ajuda do artista, dos poetas e

[91] Ibid., pp.117-8.
[92] Ibid., p.118, nota 65.
[93] Ibid., p.7.

historiadores, dos construtores de monumentos e dos escritores, pois sem estes o único produto de sua atividade, a história que eles protagonizam e relatam, estaria inteiramente impossibilitada de sobreviver".[94]

Parece claramente possível sustentar, no entanto, que o que Marx antevê e aquilo por que anseia nas formulações em que Arendt destaca a apologia da esfera privada tem a ver antes com a superação do elemento de dominação nas relações humanas, numa visão que, corretamente entendida, envolveria precisamente a realização da política no sentido nobre e grego que Arendt favorece. A própria Arendt, aliás, afirma, referindo-se aos ideais da sociedade sem classes e sem estado, que "esses ideais foram obviamente concebidos pelo próprio Marx segundo o modelo da democracia ateniense, salvo que na sociedade comunista os privilégios dos cidadãos livres deveriam ser estendidos a todos" – afirmação esta na qual ela pretende mesmo apoiar a tese de que, ao contrário do que ocorre com o anseio de emancipação face ao labor, a ideia de Marx da sociedade sem classes e sem estado não seria utópica.[95] Apesar da ambiguidade introduzida por fórmulas como a da substituição do governo dos homens pela administração das coisas, tomada de Saint-Simon, a aproximação entre a democracia ateniense e o ideal do desaparecimento do estado em Marx parece congruente com a caracterização que faz Arendt mesma da visão aristotélica da *polis*: na medida em que esta aparece aí como o conjunto dos "monarcas" ou patriarcas privados, o que temos – com as restrições relativas aos que se encontram sujeitos ao domínio de tais patriarcas – é uma espécie de superposição total entre "estado" e "sociedade" (a sociedade que conta), a qual se traduziria, no caso da eliminação das restrições mencionadas, na eliminação cabal das barreiras entre o público e o privado, antes que na promoção da esfera privada como tal. As proposições de Marx em que Arendt vê com repulsa as profissões transformadas em *hobbies* têm, porém, um alcance ou desdobramento especial do ponto de vista do aspecto de desaparecimento das *classes*, alcance este que parece escapar inteiramente à análise daquela autora.

Trata-se do fato simples de que uma sociedade em que os indivíduos estejam rigidamente vinculados cada um a determinada profissão dificilmente poderá ser concebida como correspondendo à sociedade sem

[94] Ibid., p.173.
[95] Ibid., p.131, nota 82.

classes. Sem entrar em tecnicismos a respeito da definição precisa do conceito de classes sociais, é certo que a intuição fundamental contida na concepção de uma sociedade sem classes envolve a ideia de eliminação daquilo que a literatura sociológica contemporânea de língua inglesa tem designado pelo termo *ascription*, frequentemente traduzido por "adscrição" para o português (de maneira conveniente, embora talvez discutível do ponto de vista das acepções vernáculas da palavra). Com efeito, as classes sociais, no sentido amplo em que o conceito é pertinente neste contexto, são o fator ou a expressão por excelência da adscrição, entendida esta como a predeterminação das chances vitais dos indivíduos por condições que escapam ao seu próprio controle. É precisamente na medida em que as condições de vida diferenciais dos indivíduos podem ser referidas ao fato de eles pertencerem a categorias sociais distintas e que não são objeto de escolha que se dá a dominação de uma categoria por outra, e a eliminação da dominação corresponde à eliminação daquilo que torna o indivíduo "adscrito" a determinada categoria. Por certo, há toda uma gama de matizes e uma grande distância a se interporem entre as características intensamente adscritícias que distinguem uma sociedade de castas, por exemplo, e uma sociedade em que, embora os indivíduos se dediquem mais ou menos estavelmente a diferentes profissões, exista um grau apreciável de possibilidade de livre escolha da profissão por parte de cada um deles. Não obstante, a proposição crucial reside em que a eliminação da dominação e da adscrição são processos paralelos e correspondentes, e o ponto-limite desses processos consiste na condição em que se eliminaria mesmo o resíduo de adscrição contido na assignação estável dos indivíduos a diferentes profissões ou ocupações e em que eles seriam deixados "soltos" e livres para buscar a realização de suas potencialidades ou anseios de qualquer tipo. É essa condição-limite que Marx visualiza – coerentemente, embora talvez de maneira inapelavelmente utópica em sua versão extrema – na passagem da *Ideologia Alemã* que Arendt destaca, e a formulação extremada aí encontrada contém pelo menos a advertência implícita, em conexão com seu utopismo mesmo, da tendência a novas cristalizações e à introdução de novos fatores de adscrição, com o consequente estabelecimento de relações de dominação, que estaria sempre presente em qualquer distribuição estável dos indivíduos por categorias ocupacionais distintas – isto é, na divisão social do trabalho.

Por outras palavras, a crítica de Marx à sociedade de classes e a concepção da sociedade sem classes redundam, nesse sentido, num individualismo exacerbado. Pois, em primeiro lugar, seria inconsistente pretender eliminar a assimilação dos indivíduos a classes sociais distintas para vê-la substituída por sua assimilação a vínculos involuntários e permanentes de qualquer outro tipo; e, em segundo lugar, esta segunda forma de vinculação adscritícia envolveria sempre o risco imediato de transformar-se em relações de dominação e sujeição e de reverter, em suma, a novas formas de relações de *classes*. É esclarecedor, neste contexto, observar que Habermas, precisamente no texto em que formula e elabora a distinção básica entre trabalho e interação que transcrevemos anteriormente, designa o processo de racionalização correspondente à esfera da interação (no qual teríamos a expansão da comunicação isenta de dominação, por contraste com o crescimento das forças produtivas, que seria a forma assumida pela racionalização na esfera do trabalho ou da ação instrumental) como um processo de *individuação*.[96] Seria, naturalmente, impróprio pretender conceber esse individualismo exacerbado em termos em que ele viesse pura e simplesmente a identificar-se com um *ethos* próprio do capitalismo, e a referência à experiência da *polis* clássica como provável inspiração da concepção marxiana da sociedade futura, como pretende Arendt, é relevante ao sugerir um substrato alternativo para o ideal de comunicação sem domínio que aquela concepção, na leitura de Habermas, consagra. Contudo, é crucial ter em conta que esse processo de individuação, com o individualismo resultante, preserva inequivocamente a política no estádio final, ao ver nele a coexistência de uma multiplicidade de projetos de autorrealização individual que necessariamente interferirão uns com os outros, constituindo-se em focos potenciais de conflito e colaboração entre os indivíduos. Quer se pretenda buscar em Habermas a inspiração para ver tal sociedade como de alguma forma próxima do ideal de um processo transparente de comunicação irrestrita; quer se sustente, diferentemente, que se trataria antes de um processo ininterrupto de luta contra os fatores de opacidade e adscrição e os desígnios de dominação sempre renovados, é bastante claro que o que teríamos seria algo radicalmente distinto da visão de uma sociedade orgânica e despolitizada contida na fórmula da "administração das coisas".

[96] Habermas, *Toward a Rational Society*, p.93; Benjamin e outros, *Textos Escolhidos*, p.312.

Um ponto adicional parece impor-se. Assim como encontramos antes nas relações intergeneracionais um resíduo irremovível de dominação em relações que pertenceriam ao contexto da interação, no contexto do trabalho temos também, mesmo se supomos a racionalização técnica ou o desenvolvimento das forças produtivas levado ao ponto em que propicie a emancipação do homem face ao "labor", um resíduo irremovível de ambiguidade em que à dimensão de exteriorização e autorrealização própria do "trabalho" (*work*) do *homo faber*, que é condição para a construção de um mundo dotado de permanência além dos limites permitidos pela simples tradição oral, associa-se um fator inerente de opacidade e alienação a manifestar-se em facetas diversas. Ele surge, em primeiro lugar, como destacado por Arendt, no simples caráter objetivo e reificado que adquire, nos produtos da atividade instrumental, o mundo social – donde a consequência de que muito do mundo artificial assim criado apareça aos olhos de parcelas da coletividade como um mundo estranho e eventualmente hostil. Ele se mostra ainda no fato de que, quanto maior for o êxito do processo de racionalização técnica e desenvolvimento das forças produtivas, tanto maior será a cristalização de conhecimento técnico especializado envolvida na operação eficiente de diferentes setores desse mundo artificial, donde não apenas a "estranheza", no sentido recém-indicado, que este virá a adquirir, mas também a intensificação provável dos elementos de rigidez e adscrição na assignação social dos indivíduos a diferentes ocupações, com as consequências acima esboçadas – que se orientariam em direção precisamente oposta à "individuação" e à riqueza de escolha antevista por Marx. Nesta ramificação de nosso tema, ele se liga com o tema habermasiano da tecnocracia, sendo de notar, como algo que contém implicações para questões a serem tratadas adiante, a maneira pela qual o tema se associa em Habermas com o do uso ideológico do saber técnico, o que redunda em destacar certas formas em que condições prevalecentes no plano do trabalho interferem com as condições em que se desenvolve a interação, moldando de maneira peculiar a transformação do elemento de comunicação em relações estratégicas e de domínio. Observemos ainda, aqui, apenas a reviravolta sugestiva que caracteriza, quanto a certos aspectos relevantes para a avaliação das ambiguidades da atividade instrumental do *homo faber*, o pensamento de Hannah Arendt: para ela, o triunfo do *homo faber* na época moderna, com o desenvolvimento das atividades produtivas, associa-se com a abundância e

com um ideal de felicidade a ser alcançado através do consumo, o que termina por submeter a atividade social aos ritmos próprios do *animal laborans* e por transformar a sociedade dominada pelo modelo da fabricação numa sociedade de *laborers*.[97]

5. Intermédio: a dimensão institucional e questões epistemológicas

Detenhamo-nos por um momento para considerar uma das consequências que decorrem dos dois últimos capítulos. Trata-se de que, independentemente de certos aspectos fundamentais do condicionamento social exercido sobre a natureza íntima daquilo que aparece à primeira vista como pura atividade instrumental (condicionamento este desvendado pelas verificações principais de estudos como os de Piaget), o exame das conexões entre trabalho e interação depara certos ingredientes irredutíveis de poder, dominação e opacidade que parecem opor-se de maneira inapelável à plena vigência da concepção da esfera política como a esfera da comunicação igualitária que Arendt extrai de Aristóteles e que encontra tradução elaborada e depurada no modelo da situação de comunicação pura de Habermas. Quer consideremos o resíduo de opacidade inerente à sucessão das gerações e à historicidade da vida social, com as ambiguidades que daí decorrem para o próprio ideal de autonomia; quer consideremos o trabalho em sua condição de substrato necessário da vida social ou de provedor do cenário humano e durável dela, com as tensões que resultam igualmente seja entre os aspectos de reificação alienante e de autoprojeção nos produtos da atividade humana, seja nos elementos de dominação que se inscrevem na organização coletiva da atividade produtiva; estamos sempre, de qualquer forma, postos diante da evidência de que o modelo da situação de comunicação pura de Habermas é, com efeito, contrafatual – e de que, para usar a expressão que o próprio Habermas utiliza a propósito dessa característica de seu modelo, qualquer sociedade real e histórica é “institucionalizada”.

De fato, os problemas recém-considerados nos põem em contato com toda a extensa temática das relações entre institucionalização e poder no processo sociopolítico. Não empreenderei aqui a discussão minuciosa dessa

[97] *Human Condition*, especialmente capítulo VI, “The *Vita Activa* and the Modern Age”.

temática, que requereria o tratamento detido do problema da ideologia e uma sociologia do conhecimento capaz de ir além de certas banalidades associadas à vulgarização dessa disciplina em sua forma mais mannheimiana, sobretudo à premissa da correspondência entre o conhecimento em todas as suas formas e as condições sociais em que vivem os que produzem tal conhecimento. Excelente análise das questões que se apresentam a uma sociologia do conhecimento em perspectiva fecunda já pode ser encontrada, em minha opinião, em *A Construção Social da Realidade*, de Peter Berger e Tomas Luckmann.[98] Destaquemos apenas, a propósito das complexas ramificações dos problemas acima, as intuições contidas no que pode ser descrito como o tema fundamental e o paradoxo de Rousseau (a sociedade coage e corrompe os homens, mas tudo o que é especificamente humano é social, donde a consequência de que a coerção apareça como condição da própria liberdade)[99] ou na noção althusseriana da ideologia como eterna.[100] E apreciemos, em conexão com tais intuições, a formulação sintética que fazem Berger e Luckmann, no volume mencionado, de alguns dos pontos essenciais de suas análises:

> Um mundo institucional, por conseguinte, é experimentado como realidade objetiva. Tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. (...) As instituições (...) têm um poder coercitivo sobre ele, tanto por si mesmas, pela pura força de sua facticidade, quanto pelos mecanismos de controle geralmente ligados às mais importantes delas. (...) Existindo as instituições como realidade exterior, o indivíduo não as pode entender por introspecção. Tem de “sair de si” e apreender o que elas são, assim como tem de apreender o que diz respeito à natureza. Isto é verdade mesmo se o mundo social, como realidade produzida pelos homens, é potencialmente compreensível de um modo que não é possível no caso do mundo natural.
>
> [Mas] a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que apareça ao indivíduo, é uma objetividade produzida e construída pelo homem. O processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem o caráter de objetividade é a objetivação. (...) a

[98] Peter Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*, Petrópolis, Vozes, 1973.
[99] Veja-se Leo Strauss, *Natural Right and History*, Chicago, Chicago University Press, 1953.
[100] Louis Althusser, “Idéologie et Appareils Idéologiques d'État”, *La Pensée*, no. 151, junho de 1970.

relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado, mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor. A exteriorização e a objetivação são momentos de um processo contínuo. O terceiro momento deste processo (...) é a interiorização (pela qual o mundo social objetivado é reintroduzido na consciência no curso da socialização) (...). Cada um [desses três momentos] corresponde a uma caracterização essencial do mundo social. *A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social*. (...) qualquer análise do mundo social que deixe de lado algum desses três momentos será uma análise distorcida.[101]

Seria possível pretender colocar os três momentos assim distinguidos por Berger e Luckmann em correspondência com as abordagens empírico-analítica, hermenêutica e crítica à ciência social de que fala Habermas. E um problema de grande interesse emerge, sugerido tanto pela imbricação recíproca de tais momentos que a passagem citada ressalta como pela complexidade das relações entre os planos do trabalho e da interação revelada por nossa discussão anterior: o de até que ponto o estudo adequado dos fenômenos pertinentes não imporá o reconhecimento da comunalidade fundamental de atributos compartilhados por métodos que, em sua aparente diversidade, são o produto de uma vida em sociedade em que se vinculam de maneira rica e matizada, mas dificilmente dissociável, as dimensões interacional e intersubjetiva, de um lado, e operatória e objetivante, de outro.

Especificamente, percebe-se que é a tornar transparente aos olhos dos próprios agentes o caráter da sociedade como um produto humano que se dirige o interesse emancipatório associado por Habermas à ciência social crítica. Como vimos, é a interação entre psicanalista e paciente que serve a Habermas como modelo da forma de comunicação capaz de realizar tal interesse. Reservemos para um momento posterior desta discussão o exame de certos importantes problemas na tentativa feita por Habermas de aplicar tal modelo ao âmbito de relações mais comumente percebidas como políticas, tais como as que dizem respeito a um movimento político, problemas aos quais não é alheia a dificuldade de dissociar a mescla de

[101] Berger e Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, pp.86-7-8.

aspectos correspondentes às dimensões acima mencionadas. Mesmo no nível estrito de relações psicanalíticas, porém, bastaria lembrar as discussões epistemológicas suscitadas pela psicanálise para justificar importantes reservas quanto à expectativa de que o potencial de emancipação que se quer ligado ao intercâmbio psicanalítico possa pretender fundar-se em um método de conhecimento verdadeiramente peculiar.

Assim, como observa P. Gréco em texto incluído em *Logique et Connassaince Scientifique*, "é com efeito uma dualidade do sujeito e do objeto que constitui a pedra angular da epistemologia psicanalítica. Eu sou aquele que sou (S), mas é o analista P que sabe aquele que é. O epistemólogo E vai indagar então como ele o sabe. E já as perspectivas divergem".[102] Gréco mostra como se opõem a respeito os que pretendem que o sentido, bem como a estratégia terapêutica, "devem poder ser inferidos na lógica da teoria", incluindo o próprio Freud; os que, diferentemente, como Theodor Reik, destacam que o analista tem também um inconsciente, o que lhe faculta compreender identificando-se com o doente; ou os que, de acordo com a tendência atual, procuram rejeitar o debate como não estando em conformidade com a situação psicanalítica concreta: "...a psicanálise é *praxis*, *action-research*, como se diz, e não se pode fazer a epistemologia nocional dela. Ela prova o movimento caminhando. Mas ela não o explica".[103] Gréco acrescenta que, embora seja normal que o clínico se contente com isso, a reflexão do psicanalista não poderia deter-se aí. E mostra como Jacques Lacan, por exemplo, não obstante destacar que o sentido é veiculado no intercâmbio discursivo característico da interação psicanalítica,

não deixa de construir ou de descrever "estruturas" – e estruturas formalizadas, note-se (...). Pois o discurso tem suas regras, e esta é a razão pela qual a pesquisa de Lacan se orientou notadamente para as ciências da linguagem. Se os significantes de S não são mais que metáforas, metonímias..., o analista P não pode ele próprio ter acesso aos significados senão mediante o recurso a uma teoria não metafórica da metáfora. No plano mesmo da *praxis*, Lacan mostra a

[102] Pierre Gréco, "Épistémologie de la Psychologie", em Piaget, *Logique et Connaissance Scientifique*, p.943.
[103] Ibid., p.943.

> decadência de uma psicanálise que se contenta com a magia empírico-metafórica: "Não há limite para o desgaste da técnica como decorrência da recusa à conceitualização (*par sa déconceptualisation*)" (...).[104]

Isso não é tudo, porém, e Gréco destaca ainda a possibilidade, para o epistemólogo, de abordar a psicanálise por outra via.

> Com efeito, o freudismo fornece uma teoria genética da afetividade, e até da conduta em geral, da qual se pode mesmo dizer que ela justifica ou "explica" a possibilidade de uma lógica do sentido. Estamos aqui no plano das causas, ou, de maneira mais prudente, no plano do modelo da causalidade. A hipótese do inconsciente é, neste plano, inseparável de um princípio de conservação da libido (o "princípio de constância" que Freud toma de Fechner) e de uma teoria muito menos clara das fases através das quais se cumpre normalmente a aventura da libido e dos mecanismos que explicam essa aventura e seus ocasionais dissabores. Muito menos clara, dizemos, de vez que essas fases têm ora o estatuto de estádios, biologicamente determinados (e, nas perspectivas "neofreudianas", sobredeterminados pelo contexto sociocultural), que indicam as regiões ou os objetos para os quais devem se dirigir os investimentos da libido – e ora o estatuto de estruturas, já que a cada estádio corresponde uma organização típica da personalidade (...). Neste segundo caso, a teoria deveria estar capacitada para descrever tanto essas estruturas quanto seus elos de filiação interna, vale dizer, para construir um modelo estrutural – e ei-la então frente a frente com os problemas do "construtivismo"(...). Já no primeiro caso, ou se remetem as explicações causais à própria biologia, e eis-nos de cheio no reducionismo que a psicanálise recusa em princípio; ou se trata de dar da dinâmica propriamente psicológica uma representação distinta da representação metafórica ("o exército em marcha" de Freud, o "objeto substitutivo", etc.), o que redunda em definir leis de transformação – e eis-nos transportados uma vez mais à estrutura (o conjunto dessas leis) e ao construtivismo (a elaboração do modelo que assegura sua coerência e inteligibilidade). Esta é, por exemplo, a direção dos trabalhos de D. Rapaport, que empreende decidida crítica da energética freudiana (...) e se inclina para uma interpretação, se

[104] Ibid., p.944.

> não cognitivista, ao menos paralela, para não dizer isomorfa, aos modelos de uma psicologia cognitiva (...).[105]

Ademais, trabalhos de pesquisadores associados a Piaget, como ele mesmo indica em textos como "Inconsciente Afetivo e Inconsciente Cognitivo", permitem mostrar tanto o paralelismo entre o desenvolvimento cognitivo e o afetivo quanto a correspondência de certos mecanismos básicos próprios de cada dimensão.[106]

Pelo menos algumas dessas questões seriam, provavelmente, assimiladas por Habermas à leitura cientificista que, segundo ele, Freud fazia de sua própria obra.[107] É duvidoso, porém, que, levada ao extremo de suas consequências, tal tese não acabe por expor-se merecidamente à ironia que Gréco dirige, não à psicanálise, mas à psicologia fenomenológica à maneira de Sartre e Merleau-Ponty: "*À courir après l'authentique, on n'attrape que le confus*".[108]

Naturalmente, não se pode pretender que todos os problemas genuínos estejam resolvidos, e as polêmicas relativas à "ciência do sujeito" continuam a prosperar no âmbito da psicologia entendida amplamente. Por outro lado, se nos voltamos para o caso das ciências hermenêuticas e tomamos a historiografia como o exemplo por excelência, questões análogas, em certos aspectos fundamentais, nos envolvem na inesgotável polêmica sobre as relações entre "estrutura" e "evento", o nomológico e o fortuito, a causa e o sentido – questões sobre as quais o próprio Habermas se detém longamente em *Lógica das Ciências Sociais*. Não tomarei aqui essas questões com referência à história como disciplina, exceto para propor de passagem, ainda uma vez com apoio em Piaget, que, ao invés de a história propiciar uma forma privilegiada de explicação, como se pretende com frequência, o recurso à história é necessário, de certa maneira, precisamente pelo que ela tem de "não-explicativo" – vale dizer, por nos permitir abrir espaço para o fortuito e o (ainda?) desestruturado. Para formular o problema em termos paradoxais, a história só seria plenamente explicativa justamente se a realidade social fosse a-histórica, expressando uma lógica rigorosa. O privilégio usualmente concedido à explicação

[105] Ibid., pp.944-5.
[106] Veja-se *Problemas de Psicologia Genética.*
[107] Veja-se no 29 acima.
[108] *Logique et Connaissance Scientifique*, p.956.

histórica (nos termos de Piaget, à dimensão genética e diacrônica) empreende, sem se dar conta com clareza dos problemas envolvidos, a fusão desses dois aspectos, transpondo a lógica (a dimensão sincrônica) para o plano diacrônico. Isso não é somente legítimo: é necessário e inevitável. Mas é também certamente incompatível com as vulgares confusões em que a explicação "meramente formal" é frequentemente contraposta à verdadeira e cabal explicação histórica, "histórico-estrutural", "dialética".[109]

Como quer que seja, a atenção para o aspecto fatalmente institucionalizado do mundo sociopolítico (ainda que se trate necessariamente de uma institucionalização que se faz e refaz continuamente) cumpre algumas funções importantes no andamento de nossa discussão. Em primeiro lugar, ela sensibiliza para a relevância que adquire, de um ponto de vista *prático*, o desafio – visto afirmativamente – representado pelo plano institucional da convivência política. Com efeito, se a institucionalização, no sentido de Berger e Luckmann (ou no sentido em que Habermas a opõe ao modelo da comunicação pura), é um ingrediente necessário e constitutivo da vida em sociedade, o plano institucional não pode ser apenas alvo de um anseio que se *contrapõe* a ele na expectativa ilusória de dissolvê-lo numa transparência a um tempo impossível e anti-humana (pois a-histórica e desmemoriada), mas terá que ser *também* o objeto de um zelo construtivo, por assim dizer, já que mesmo o avanço do interesse emancipatório se dará por força num quadro de instituições que, ainda destruindo-se e renovando-se, se afirmam enquanto instituições. Essa relevância prática tem, naturalmente, consequência para a importância revestida pelo plano institucional como objeto de conhecimento e tema de estudo, diversamente do que tem caracterizado as disposições mais comumente encontradas entre os que pretendem filiar-se a uma tradição crítica.

Em segundo lugar, a atenção para o aspecto institucionalizado permite colocar em perspectiva mais matizada a questão do realismo e do

[109] Veja-se Jean Piaget, *Introduction à l'Épistémologie Génétique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1950, volume III, especialmente o capítulo "La Pensée Sociologique". Esse capítulo pode ser encontrado, sob o título "A Explicação em Sociologia", em Piaget, *Estudos Sociológicos*; veja-se especialmente parágrafo 3, "A Explicação em Sociologia. A. O Sincrônico e o Diacrônico", pp.44 e seguintes.

alcance de modelos baseados na contraposição demasiado cortante dos contextos do trabalho e da interação, na terminologia de Habermas. Tendo explorado certas formas de vinculação entre tais categorias nas quais elas são tomadas mais estritamente nos termos tendencialmente polarizados em que Habermas as elabora, deter-nos-emos em seguida sobre uma forma especial de articulação entre elas que tem grande importância para nosso problema geral e que, tendo sido mencionada de passagem anteriormente, foi até aqui posta de lado, apesar de que a discussão anterior nos será útil na apreciação dela. Refiro-me ao que Habermas designa como "ação estratégica".

6. A ação estratégica como intermediária entre trabalho e interação e a concepção de política: crítica a Arendt e Habermas. Instrumentalidade, comunicação e luta política. Autorreflexão, psicanálise e o papel do partido em Habermas

Vimos antes, ao considerarmos a distinção habermasiana básica entre trabalho e interação formulada em "Técnica e Ciência como 'Ideologia'", que Habermas justapõe, no contexto do trabalho ou da ação "racional-intencional", dois tipos de ação cujas relações não ficam de todo claras na passagem correspondente: a ação instrumental e a "escolha racional". Enquanto a primeira é referida à observância de "regras técnicas baseadas no saber empírico", implicando "prognósticos condicionais sobre acontecimentos observáveis, físicos ou sociais", a escolha racional é vista como regida por "estratégias baseadas no saber analítico", implicando "derivações a partir de regras de preferência (sistemas de valores) e de máximas de decisões". Em ambos os casos se trataria de realizar "objetivos definidos em condições dadas"; mas, "ao passo que a ação instrumental organiza os meios adequados ou inadequados segundo o critério de um controle eficaz da realidade, a ação estratégica só depende da avaliação correta das possíveis escolhas alternativas, que resulta do cálculo feito com o auxilio de valores e máximas".[110]

A primeira impressão que se extrai das indicações aí dadas é a de que o ponto fundamental da distinção consistiria no caráter de alguma forma "material" da ação instrumental, que corresponderia de maneira mais estrita

[110] *Toward a Rational Society*, pp.91-2.

à ideia de "fazer" ou "fabricar", enquanto a ação estratégica envolveria decisões que, embora orientadas por objetivos a serem realizados e seguidas de consequências relativamente a tais objetivos, não envolveriam a manipulação "real" ou "material" de objetos. O que parece haver de nítido nesse critério de separação se dilui, porém, quando se observa que Habermas inclui acontecimentos *sociais* como objetos possíveis da ação instrumental, afastando assim esta noção do sentido estrito de "fabricação" ao sugerir que o mundo social também pode ser alvo ou objeto de "manipulação" técnica. Há, por outro lado, a contraposição entre o "empírico" e o "analítico", mas esta tampouco parece resistir a exame mais atento como critério satisfatório de distinção. Assim, não se vê, em primeiro lugar, como o estabelecimento e a aplicação de "regras técnicas baseadas no saber empírico" poderiam prescindir dos procedimentos de cálculo e dedução próprios do pensamento analítico; ademais, sobretudo se a "manipulação" metafórica do meio social se qualifica como ação instrumental, é impossível deixar de ter presente o conteúdo *empírico* da definição, pelo agente, da situação em que uma decisão estratégica guiada por máximas se desdobrará em consequências – qualquer que seja o afastamento dessa ação com respeito à manipulação direta de instrumentos "materiais".

O ponto que escapa a Habermas nessa passagem, e que redunda em tais dificuldades, tem a ver com algo que ele próprio reconhece e afirma alhures (*Lógica das Ciências Sociais*), sendo um ponto de interesse crucial na presente discussão. Trata-se de que, embora seja possível conceber um tipo de ação *individual* que seja instrumental ou orientado por critérios de eficácia (buscando realizar "objetivos definidos em condições dadas"), a ação estratégica *é* a ação instrumental enquanto exercida no contexto social como tal – e é, portanto, simultaneamente também *interação*. Deixemos de lado a questão – que pareceria merecer decidida resposta negativa à luz da discussão anterior dos trabalhos de Piaget – de saber se o indivíduo isolado poderia aceder à racionalidade que a ação instrumental implica: é claro que o indivíduo *socializado* pode agir eficaz ou instrumentalmente em isolamento, caso em que, a menos que ampliemos o conceito de ação de maneira a incluir a contemplação inteiramente passiva, a ação necessariamente envolverá algum elemento de "fazer", correspondendo mais estritamente à ideia do "trabalho" individual e requerendo quando nada certos deslocamentos do corpo. É igualmente óbvio, por outro lado,

que uma pluralidade de agentes podem aplicar-se conjuntamente a atuar sobre determinado objeto material ou conjunto de objetos materiais para realizar determinado fim compartilhado, caso em que estaríamos inequivocamente no terreno da "co-operação", que corresponde a formas anteriormente examinadas de articulação entre trabalho e interação.

O que tem de peculiar a ação estratégica, porém, é o fato de que, sendo ação "racional-intencional", como o trabalho, é também interação e comunicação direta e imediatamente. Por outras palavras, assim como podemos ter uma pluralidade de agentes interagindo ao atuarem sobre determinado objeto material (e tendo o fim de sua ação ou cooperação no estado buscado relativamente àquele objeto), assim também, simetricamente, temos, na ação estratégica, que o fim visado por determinado agente, ainda que ele se valha de objetos materiais como meios em sua ação, diz respeito a um estado a ser alcançado relativamente a *outro agente* (ou *outros agentes*). Assim, diferindo do modelo do "puro" trabalho por ser eminentemente social, a ação ou interação estratégica difere do modelo da "pura" interação ou comunicação pelo fato de que, enquanto nesta última os participantes são todos *sujeitos*, naquela os participantes se tratam uns aos outros como *objetos* – sendo, porém, condição para a eficácia buscada na ação de cada um, enquanto ação instrumental que ela é, que ele seja capaz, num jogo de reciprocidades, de colocar-se no lugar do outro e de reconhecer neste precisamente sua condição de sujeito, bem como de ver-se a si próprio como objeto possível das "manipulações" do outro.

Podemos, sem dúvida, encontrar usos da ideia de ação estratégica que prescindem desse critério de distinção e tornam simplesmente "ação estratégica" sinônimo de "ação orientada por critérios de eficácia" – ou de ação instrumental. Contudo, isso é inaceitável no contexto de um exame das categorias de Habermas, em primeiro lugar, pela razão muito simples de que ele, bem ou mal, busca precisamente distinguir a ação instrumental e a ação estratégica (ademais de opô-las ambas à interação). Além disso, o critério sugerido parece claramente subjacente aos aspectos que Habermas destaca em sua tentativa de distinção na passagem citada. Assim, o exercício de algum tipo de operação "concreta" ou "material" (o que de mais forte ressalta da tentativa de caracterização da ação instrumental) é, como vimos, algo que estará necessariamente presente na ação (trabalho) do

indivíduo isolado. Por contraste, justamente quando o fim visado é algo que tem a ver com um estado de coisas a ser alcançado numa relação com outrem é que surge a possibilidade de eficácia *sem* o recurso a qualquer forma mais laboriosa de operação concreta: tomada a decisão, a simples *fala* pode ser instrumental – ou, em dados casos, o puro silêncio, com a comunicação que pode ocorrer através dele. Observemos de passagem que certamente não é casual, neste contexto, a correspondência que se pode apontar entre, de um lado, a conexão estabelecida por Habermas entre a ação estratégica e o cálculo ou a dedução meramente analítica, por contraste com o "saber empírico" da ação instrumental, e, de outro lado, a ideia piagetiana da lógica como transposição de operações concretas para um plano virtual ou simbólico caracterizado por *reciprocidade*.

O fato de que Habermas se mostre, na passagem examinada, pouco sensível à diferença aqui destacada e empenhado em assimilar ação estratégica e ação instrumental conjuntamente ao puro contexto do trabalho poderia ser avaliado como tendo psicologicamente a ver com a preocupação, no texto onde essa passagem ocorre, de analisar criticamente o problema da tecnocracia. Nessa análise, cumpre papel fundamental a contraposição entre um marco institucional referido inequivocamente à esfera da comunicação, de um lado, e sistemas de ação eficaz, de outro, e a coerência mesma da análise e da denúncia nela contida pareceria requerer que o contexto da ação eficaz não se visse, por assim dizer, "contaminado" de comunicação. Em outros textos, particularmente em *Teoria e Prática* e *Lógica das Ciências Sociais*, Habermas volta a ocupar-se da ação estratégica, e neste último, como se indicou acima, ele a considera expressamente como um caso especial ou limite de ação comunicacional.[111] Contudo, não extrai tampouco desses outros textos (que examinaremos adiante) as consequências que parecem decorrer para a perspectiva a se adotar no esforço analítico a que se dedica, e não há dúvida de que a categoria da ação estratégica recebe, em geral, atenção muito menor do que mereceria. Isso tem certamente raízes profundas nas características gerais da abordagem proposta por Habermas, das quais a análise do tecnocratismo que se encontra em "Técnica e Ciência como 'Ideologia'" aparece como manifestação ou aplicação, embora coubesse também ver ingredientes importantes dela como estando presentes já na motivação inicial do esforço

[111] As referências apropriadas serão fornecidas adiante.

de Habermas. Apesar de que se possa questionar o acerto de suas ênfases e omissões do ponto de vista de uma avaliação correta das consequências para o estudo concreto de questões como o papel da ciência e da técnica na sociedade contemporânea, as dificuldades indicadas nas relações que Habermas estabelece entre trabalho, interação e estratégia e na minimização do papel desta última têm a ver com: (a) as conexões por ele pretendidas entre teoria do conhecimento e teoria da sociedade; (b) a crítica do "cientificismo" e a tentativa de substituir a correspondente concepção de racionalidade por outra supostamente mais ampla e mais adequada à perspectiva crítica e emancipatória; e (c) como consequência, no plano "substantivo" de uma sociologia da mudança, a substituição de um conceito weberiano (ou "marxista-cientificista") de racionalização (afim à dominação tecnocrática) por outro em que a ideia de legitimação cumpre função importante, entendida em correspondência com a extensão da comunicação isenta de domínio. O ponto crucial reside, assim, na noção mesma de racionalidade, sendo decisivo para Habermas poder contrapor à concepção de racionalidade em termos de relações entre meios e fins (a concepção "técnica" de racionalidade) uma concepção "prática" de racionalidade capaz de servir ao contexto da interação. Ora, a ação estratégica é uma forma de ação orientada por relações entre meios e fins (ainda que eventualmente, em determinados casos, ela pudesse ser descrita como consistindo na mera escolha, analiticamente fundada, entre opções dadas). Daí não se ajustar aos desígnios de Habermas; dai também sua assimilação ao contexto do trabalho e a tendência a minimizar seu conteúdo de comunicação.

Habermas não se dedica em parte alguma, que eu saiba, a um confronto preciso entre a noção "técnica" e a noção "prática" de racionalidade em termos do conteúdo ou da natureza das "operações" do sujeito (ou dos sujeitos) do conhecimento que distinguiriam uma e outra. Talvez ele pretendesse que a formulação da questão nesses termos já revelaria, por si mesma, um postulado "cientificista" que traria implícita a concepção técnica de racionalidade – e que a única resposta adequada à exigência acima consistiria em contrapor o conteúdo operatório e técnico da primeira concepção ao *contexto* de comunicação em linguagem comum ou coloquial, de reciprocidade e transparência crescente da própria estrutura de comunicação que caracterizaria a segunda. Não se vê, porém, como tal argumento poderia prevalecer diante da constatação, com Piaget, de que a

característica de ser a um tempo operatória e comunicacional, intersubjetiva, "recíproca" e mesmo normativa é essencial para a constituição da lógica – a qual, além de ser o instrumento por excelência da racionalidade técnica e analítica, é também (precisamente por suas características de intersubjetividade, reciprocidade e normatividade relativamente à conservação dos enunciados e valores) a condição para qualquer comunicação efetiva que vá além dos níveis mais rudimentares – se se quiser, para qualquer comunicação "competente".[112]

Apesar das infindáveis contorções intelectuais de Habermas, como quer que seja, disponho-me a sustentar que se damos o devido relevo à categoria da ação estratégica, com o que tem de peculiar como categoria intermediária entre as de trabalho e interação, torna-se possível apreciar sob luz nova e mais esclarecedora o núcleo dos principais problemas metodológicos e substantivos a que sua análise se dirige, bem como a articulação entre esses dois níveis de problemas – e alcançar, ademais, uma concepção do processo político a um tempo realista e compatível com a preservação de uma orientação critica.

A proposição central da perspectiva que aqui se sustenta envolve simplesmente o reconhecimento de que Habermas *não* tem êxito na tentativa de propor uma concepção alternativa de racionalidade. É indicativo, aliás, que ele não procure de maneira expressa estabelecer uma nova concepção propriamente de *racionalidade*, apesar de pretender apresentar concepções diversas do processo de "racionalização" nas esferas do trabalho e da interação e de falar de um "saber" prático. De qualquer forma, proponho inequivocamente que não dispomos senão de *um* conceito

[112] Na verdade, em *Lógica das Ciências Sociais*, pode-se encontrar, tomada de Gadamer, uma especificação de aspectos particulares do saber prático que Aristóteles distingue da ciência e da técnica, alguns dos quais já deparamos em nossas discussões anteriores. Assim, o saber prático tem a forma "reflexiva", é um "saber-se", razão pela qual "experimentamos sobre nós mesmos os erros no campo do saber prático"; em segundo lugar, ele é "interiorizado", associando-se com impulsos e paixões, por contraste com o caráter "exterior" do saber técnico; finalmente, o saber prático é "global", não se referindo a fins particulares que possam ser determinados "independentemente dos meios de realização": ao contrário, "os fins que orientam a ação são (...) momentos da própria forma vital", a qual "é continuamente a forma social de vida que se configura mediante a ação comunicativa". (Veja-se Habermas, *Logica delle Scienze Sociali*, pp.246-7.) Contudo, o que isso tem de insatisfatório, tomado em si mesmo, como resposta ao argumento baseado em Piaget e exposto no texto parece bastante claro.

de racionalidade, e que este conceito tem a ver, em última análise, com relações entre meios e fins. Por outras palavras, a ideia de racionalidade tem necessariamente um conteúdo operatório, envolvendo sempre a ideia de ação orientada por considerações de eficácia, ou seja, a ideia de um sujeito (ou de sujeitos) que se propõe(m) fins e trata(m) de realizá-los através da "manipulação" das condições de seu ambiente. E isso vale – para registrá-lo expressamente e com clareza – também para o campo "prático" da "interação", de Habermas, ou da "ação", de Arendt: não apenas a interação é o contexto último da ação racional, mas não há razão para que não se veja a própria comunicação como ação orientada por fins e em relação à qual se coloca, portanto, um problema de eficácia – ainda que, naturalmente, ela seja, por aspectos relevantes, *distinta* da ação de fabricação que se exerce sobre um objeto material qualquer.

É bastante claro, ademais, que é precisamente o problema da eficácia da ação (ou interação) comunicativa que está envolvido, em última análise, na teoria da comunicação *competente* (note-se que se trata do mesmo termo usado para o comportamento referido a regras *técnicas*) de Habermas, e que supostamente teria solução na estrutura da "situação ideal de discurso" que este visualiza, caracterizada por ser isenta de poder, ideologia ou neurose – isto é, de fatores conscientes ou inconscientes que interfiram com a igualdade, a reciprocidade e o equilíbrio do intercâmbio intelectual. Lembremos, por um lado, que isso constitui como que uma definição da lógica mesma (essa "moral do pensamento", na expressão de Piaget, que naturalmente se associa à possibilidade de uma moral *tout court*). Por outro lado, torna-se oportuno realçar um aspecto grandemente sugestivo do contraste entre Habermas e Piaget quanto à questão do equilíbrio comunicacional e de possíveis concepções distintas de racionalidade.

Com efeito, Habermas pretende buscar a garantia dos requisitos da situação ideal de discurso num afastamento com respeito à ação (especialmente a ação "técnica", naturalmente) e no refúgio no puro reino da interação. Ora, o contexto da interação (e esta é a razão da ambiguidade que leva Habermas a ver aí também domínio, além de comunicação) é aquele onde se dá diretamente a presença dos possíveis agentes de dominação e manipulação ideológica, bem como das fontes por excelência de perturbações neuróticas – a saber, os outros. Por contraste, Piaget vê a principal garantia de equilíbrio e reciprocidade com respeito ao intercâmbio

intelectual característico do pensamento lógico (e das operações "descentradas" da razão) precisamente em seu caráter operatório – vale dizer, no fato de que sujeitos distintos possam chegar a coordenar seus pontos de vista com relação aos *objetos* de qualquer natureza que são alvo de suas operações reais ou virtuais. Isso aponta, naturalmente, para a afinidade que existe, afinal de contas, entre "intersubjetividade" e "objetividade"; e suscita reservas quanto à adesão sem qualificação à denúncia feita por Habermas – mesmo que se reconheça o ingrediente válido aí contido – da suposta autocompreensão erroneamente cientificista de um Marx ou um Freud, na medida em que tal denúncia envolve o convite a resistir à ideologia, por assim dizer, no próprio terreno da ideologia.[113]

[113] Especialmente interessante neste contexto é a discussão que faz Piaget do pensamento "sociocêntrico", tomado como o equivalente coletivo do egocentrismo individual, em "A Explicação em Sociologia" (*Estudos Sociológicos*, pp.78 e seguintes.). Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem, a propósito da maneira como se relacionam em Comte, Durkheim e Marx a ciência e a ideologia: "Estes três autores concordam quanto ao caráter sociocêntrico das ideologias, mas, enquanto Comte e Durkheim veem na ciência o prolongamento natural do pensamento sociomórfico, uma sociologia operatória como a de Marx reúne, pelo contrário, a ciência às técnicas e fornece, quanto às ideologias, um notável instrumento crítico que permite descobrir o elemento sociocêntrico até nos produtos mais refinados do pensamento metafísico contemporâneo: subordina assim a objetividade perseguida pelo pensamento científico a uma condição preliminar e necessária, que é a descentração dos conceitos em relação às ideologias superestruturais e seu relacionamento com as ações concretas sobre as quais repousa a vida social". (P.80; tradução ligeiramente reformulada por FWR.)

Vê-se que tal formulação sem dúvida sofreria objeções de Habermas, pois dá expressão inequívoca ao que este assinala como o ingrediente "cientificista" do pensamento de Marx, vinculando a própria possibilidade da *crítica da ideologia* ao componente "técnico" da atividade de conhecimento e à correspondência entre a ciência e as técnicas. Embora se possa pretender que Piaget formula a questão de maneira extremada, é bem claro o sentido em que a concepção envolvida representa, no fundamental, uma correção necessária a Habermas através da ligação estabelecida entre sociocentrismo e egocentrismo e do contraste de ambos com a "objetividade" das operações "descentradas" da razão: "... o trabalho coletivo que conduz à constituição das noções racionais e das regras lógicas é uma ação executada em comum antes de ser um pensamento comum: a razão não é somente comunicação, discurso e conjunto de conceitos; ela é primeiramente sistema de operações, e é a colaboração na ação que conduz à generalização operatória". Por outro lado, trata-se aí de um processo "heterogêneo em relação à opressão ideológica das tradições. (...) Não se poderia assimilar o 'universal' ao coletivo senão por referência a uma cooperação no trabalho material ou mental, isto é, a um fator de objetividade e de reciprocidade que implica a autonomia dos parceiros e permanece estranho à coação intelectual das representações

De qualquer forma, a atenção para a ação estratégica e suas relações com as categorias de trabalho e interação se articula de maneira importante com a noção de racionalidade entendida nos termos propostos, segundo os quais esta tem sempre a ver com fins e meios de sujeitos que agem. Pois pode-se perceber então que a questão decisiva para a análise sócio-política reside em que aquilo que é meio ou fim, aquilo que, *excluídos* os objetos materiais, será tomado como objeto ou sujeito, ou parcialmente como objeto *e* sujeito, não está dado socialmente a não ser como resultado provisório de um processo concreto e complexo de interação – que em qualquer momento envolve trabalho vivo e reificado, envolve tradição (com a ambiguidade anteriormente destacada), envolve luta e estratégia e envolve também ação "crítica" e emancipatória e comunicação no sentido estrito que a expressão adquire em Habermas. Isso contém, certamente, uma variedade de aspectos substantivos e metodológicos importantes, nos quais se esboça já com nitidez propriamente uma teoria da política. Explicitemos alguns desses aspectos.

1. Em primeiro lugar, a observação óbvia de que existe a possibilidade de se falar de *cadeias* de fins e meios, ou do que já se chamou de fins "autotélicos" e "heterotélicos". Essa observação, por óbvia que seja, é relevante na medida em que permite salientar que a adesão a uma concepção de racionalidade em que se destaque sua característica "operatória" ou "instrumental" não restringe de qualquer forma o alcance que se queira dar à discussão do processo de transformação social em termos de *racionalização*. Tomada no sentido da instauração de um processo de comunicação isento de domínio, em que seja possível a manifestação autêntica de identidades individuais por meio da assunção lúcida e livre de sua articulação tornada não alienante ou deformante com uma ou outra identidade coletiva em sua profundidade multigeneracional ou histórica, a racionalização supõe, naturalmente, além das condições sócio-psicológicas que permitam a esse ideal surgir como aspiração real de determinados sujeitos sociais, também aquelas condições estratégicas que assegurem viabilidade aos interesses correspondentes em sua confrontação com interesses de *dominação* existentes, sem falar das condições materiais que sirvam de substrato tanto a um quanto a outro desses dois conjuntos de

sociomórficas impostas pelo grupo inteiro ou por algumas de suas classes sociais". (P.82; tradução reformulada e corrigida em alguns pontos por FWR.).

condições. Há, assim, sem dúvida, problemas *instrumentais* em sentido estrito e problemas *estratégicos* envolvidos na atualização de qualquer processo concreto que tenha como *objetivo* a implantação de algo que se assemelhe em algum grau a um estado de comunicação desimpedida. De outro lado, descrever em termos de "racionalização" um processo de tal natureza supõe, por sua vez, a possibilidade de se estabelecer a conexão "instrumental" entre o estado de comunicação desimpedida buscado e objetivos mais "altos" (digamos, os que se expressam na ideia de "individuação" e de realização individual plena) aos quais serve esse estado. Pois nada impede que se concebam objetivos distintos para o processo de desenvolvimento sócio-político (por exemplo, o objetivo de uma sociedade plenamente solidária e orgânica em que tivéssemos a pura "administração das coisas") que não se ajustariam bem a um estado de comunicação que garanta irredutivelmente a autonomia radical de cada um, e a implantação desse estado não poderia ser descrita como "racionalização" à luz de tais objetivos. Visto o problema do ângulo oposto, de certa forma, disso decorre com bastante clareza que a mera vigência de um ideal de racionalidade em termos de fins e meios não é suficiente para fundar a denúncia de uma sociedade tecnocrática ou de ideologia tecnocrática, pois tal ideal não impede por si mesmo e em princípio a discussão dos fins da organização da atividade instrumental. O que não é incompatível com o reconhecimento da possibilidade de ocorrência empírica da síndrome em que a mentalidade "tecnocrática" concorra a compor uma ideologia "funcional" para certas formas de dominação.

2. Em segundo, lugar, temos o problema absolutamente crucial da definição do sujeito (ou dos sujeitos) cuja ação se trata de examinar e avaliar, envolvendo tanto a autodefinição por parte dos agentes no processo político quanto sua apreensão pelo estudioso. A concepção da ação instrumental ou do trabalho envolve a ideia de que o sujeito exerce sua atividade sobre a "natureza", enquanto a comunicação própria do contexto da interação se distingue, em última análise, pelo fato de que o sujeito se relaciona aí com outros sujeitos como tal. Ora, ocorre que outros sujeitos podem se apresentar como "natureza" aos olhos de determinado agente diante de tal ou qual objetivo por ele visado, e teríamos aí precisamente o reino por excelência da ação estratégica. Naturalmente, temos aqui lugar para toda uma gama de matizes. Estes iriam desde a total "objetificação" do outro, em situações caracterizadas pelo puro emprego da força bruta ou da

violência em circunstâncias, por exemplo, de tal assimetria ou desigualdade de recursos que caberia vê-las como destituídas de qualquer ingrediente de interação mesmo estratégica; incluiriam situações intermediárias que iriam da *luta* mais ou menos rude até situações que se aproximam da forma de um *jogo* disciplinado por regras, com a presença, em graus variados, dos ingredientes de comunicação correspondentes à ação estratégica;[114] passariam por situações ou aspectos em que considerações de ordem *estratégica* podem condicionar a busca de solidariedades e alianças, isto é, de *comunicação*; e chegariam, finalmente, a situações ou aspectos de pura comunicação, em que os "outros" relevantes são todos tomados como sujeitos, ou mesmo a casos de identificação plena com outros sujeitos e de amplo compartilhamento de fins ou objetivos. O que tem de absolutamente crucial este problema, e que se perde ou se dilui na contraposição simples de trabalho e interação e na assimilação da ação estratégica ao contexto do trabalho, reside no fato de que parte decisiva do drama sociopolítico se desenrola precisamente, em qualquer situação dada, em torno da mescla ou do balanço que se obtém de ingredientes de identificação e comunicação, de interação estratégica em sentido estrito e de violência e "objetificação". Por outras palavras, no seu aspecto sociopolítico ou "interacional" (enquanto distinto das relações propriamente com a natureza ou os objetos materiais), o drama gira precisamente em torno dos condicionamentos exercidos sobre com quem determinado sujeito individual irá se identificar ou se "comunicar" e diante de quem agirá "instrumentalmente" (com o reconhecimento de que ocorrem aqui variações em função de circunstâncias diversas ou de aspectos diversos dos objetivos ou intenções do sujeito); e de como, em conexão com isso, se constituirão sujeitos *coletivos* de natureza variada, a respeito dos quais defrontaremos de novo o mesmo tipo de questões quanto ao seu relacionamento entre si e com os próprios indivíduos tomados como tal. Destaque-se ainda que, na medida em que se coloque a questão de uma participação *consciente* de qualquer sujeito individual ou social no processo sociopolítico, o problema que se apresentará a ele como sujeito é um problema que cabe descrever com muita propriedade como um problema de decisão *estratégica*: ele se traduziria em termos de como – em decorrência de um esforço por situar-se

[114] Thomas C. Schelling, *The Strategy of Conflict* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1963) é certamente um dos estudos que merecem menção a esse respeito, pela exploração de aspectos diversos de casos que representam exemplos especiais de tais situações.

seletiva e criticamente (autorreflexivamente) diante de condicionamentos biográficos ou históricos que lhe foram impostos e que concorrem para definir-lhe a identidade e um correspondente ideal de autonomia – estabelecer fins para sua ação na situação que lhe toca viver, na multiplicidade de aspectos desta, com a consequente definição de seus parceiros e adversários, isto é, daqueles *em conjunto com os quais* procurará exercer poder (agir eficazmente) sobre o ambiente, incluindo a natureza, e daqueles *sobre os quais* procurará exercer poder, integrando-os de alguma forma à “natureza”.

3. Essa maneira de focalizar os problemas tem o grande mérito de permitir a síntese de perspectivas distintas e mesmo aparentemente antagônicas a respeito do fenômeno político, as quais, não obstante sua diversidade ou aparente antagonismo, com frequência apresentam, cada uma de per si, inegável plausibilidade. Considerem-se de novo, por exemplo, a concepção aristotélica-arendtiana da esfera política, com seus ingredientes igualitários e a ênfase nos aspectos de comunicação que Habermas retoma, e o contraste que esta concepção representa perante as definições da esfera política a serem encontradas nos manuais convencionais de ciência política de que falamos anteriormente, onde os aspectos salientados são precisamente os de poder e desigualdade. Ou tome-se, para observar o mesmo contraste, em vez da definição dos manuais contemporâneos, a clássica concepção da política formulada por Carl Schmitt, para quem “a específica distinção política, à qual é possível referir as ações e os motivos políticos, é a distinção entre *amigo e inimigo*”,[115] no conceito de inimigo entrando “a eventualidade, em termos reais, de uma luta”.[116] Na verdade, segundo Schmitt, a guerra aberta, se bem que não seja o escopo e meta ou o conteúdo da política, é “o pressuposto sempre presente como possibilidade, que determina de modo particular o pensamento e a ação do homem e provoca assim um específico comportamento político”.[117] “De fato, só na luta real se manifesta a consequência extrema do agrupamento político de amigo e inimigo. É desta

[115] Carl Schmitt, *Le Categorie del “Politico”*, Bolonha, Società Editrice Il Mulino, 1972, p.108.
[116] Ibid., p.115.
[117] Ibid., p.117.

possibilidade extrema que a vida do homem adquire a sua tensão especificamente política”.[118]

Aparentemente estamos aqui bastante longe da esfera da fala e da comunicação entre iguais, tão enfaticamente destacadas como características da esfera política nos textos de Hannah Arendt que examinamos anteriormente. Contudo, será este realmente o caso? Sim, sem dúvida, por certos aspectos importantes, e o contraste destacado no parágrafo anterior é bem real. Mas o que tem de escorregadio o terreno de que tratamos se torna patente, corroborando o interesse da síntese indicada, quando nos damos conta da ambivalência que caracteriza, sobre pontos tão essenciais, o pensamento da própria Arendt, bem como suas fontes gregas de inspiração.

Com efeito, a esfera da política é, para Arendt, não apenas a esfera da fala, mas também da *ação* – expressão esta que encerra aspectos percebidos como tão importantes que é mesmo a escolhida, em vez de “fala” ou “comunicação”, para designar a dimensão correspondente da “vida ativa”, por contraposição ao labor e ao trabalho. A simples escolha dessa expressão, por si só, já torna difícil evitar associações em que a esfera política surge marcada por elementos de natureza “estratégica” afins aos que se salientam na ênfase de Schmitt nas relações amigo-inimigo e no pressuposto da guerra ou luta real como possibilidade sempre presente. Arendt, contudo, por um lado nega expressa e reiteradamente que os aspectos de violência obviamente contidos em tais elementos estejam presentes na esfera da ação e da fala, vendo-os antes como próprios das atividades do fazer e do fabricar. Além da passagem antes citada, em que mando e sujeição aparecem como “pré-condições para o estabelecimento da esfera política precisamente por não fazerem parte de seu conteúdo”,[119] deparamos, nesse sentido, afirmações como as seguintes: “é da maior importância em nosso contexto (...) o fato de um elemento de violência ser inevitavelmente inerente a todas as atividades do fazer, do fabricar e do produzir, isto é, a todas as atividades pelas quais os homens se confrontam diretamente com a natureza, em contraste com atividades como a ação e a fala, as quais se dirigem basicamente para seres humanos”;[120] ou: “ser

[118] Ibid., p.118.
[119] Arendt, *Entre o Passado e o Futuro*, p.159.
[120] Ibid., p.151.

político, viver numa *polis*, significava que tudo era decidido através das palavras e da persuasão e não através da força e da violência. Na autocompreensão grega, forçar as pessoas pela violência, comandar em vez de persuadir, eram formas pré-políticas de lidar com elas, características da vida alheia à *polis* (...)".[121] Por outro lado, no entanto, o grande homem, aquele que se destaca na esfera pública e política, é (recorrendo a uma expressão de Homero na *Ilíada*, na versão inglesa que lhe dá Arendt) não apenas "the speaker of great words", mas também "the doer of great deeds".[122] Se houvesse margem para dúvidas sobre se esses "grandes feitos" incluiriam ou não ações guerreiras, bastaria ver o comentário que Arendt mesma faz à passagem mencionada da *Ilíada*, após esclarecer o lugar exato em que ela ocorre: "Ela se refere claramente à educação para a guerra e a *agora*, a praça pública, onde os homens podem se distinguir".[123] E, apesar de Arendt salientar que, na experiência da *polis*, "a ação e a fala se separaram e se tornaram cada vez mais atividades independentes" (o que, para começar, não impede que ela própria dê preferência a "ação" para designar a esfera da política), é ela mesma quem afirma, no mesmo trecho, que, "relativamente tarde na antiguidade, as artes da guerra e da fala (a *retórica*) surgiram como os dois principais temas políticos da educação".[124]

Assim, a esfera da ação, o âmbito próprio da política, é a esfera da fala, sem dúvida – mas é também, em maior ou menor grau, a esfera da guerra, e a política *como tal* se mostra também, na própria Arendt apegada à concepção idealizada da *polis* grega, a esfera da violência contra outros homens, ainda que de maneira residual, e consequentemente também da ação "instrumental" dirigida a um objeto humano, ou seja, da ação estratégica. Mas talvez se pudesse pretender que esse contraste de perspectivas igualmente plausíveis, que se revela mesmo como uma inconsistência interna do pensamento de Arendt quando examinado de perto, não seria, no caso de Arendt, senão precisamente mera inconsistência, produto de deficiências de ordem intelectual que nada teria a ver com a realidade mesma. E que o pensamento de Habermas, por exemplo (que, para começar, não contrapõe "ação" e "trabalho", mas

[121] Arendt, *Human Condition*, pp.26-7.
[122] Ibid., p.25.
[123] Ibid., p.25, nota 7.
[124] Ibid., p.26.

denomina "ação" tanto a atividade instrumental quanto a comunicativa), estaria talvez isento de contradições e ambiguidades análogas. Seria isso sustentável à luz dos textos de Habermas?

Duas passagens de *Teoria e Prática* são especialmente relevantes neste contexto, ambas referidas, de forma mais ou menos explícita, ao problema da interação estratégica e suas relações com a dimensão comunicacional. Na primeira delas Habermas se dedica a examinar criticamente "a crítica da ideologia praticada pelo positivismo" e o conceito de "racionalidade tecnológica" ou técnica, o qual (assentando-se numa "decisão", contrariamente à "pretensa neutralidade perante sistemas de valores arbitrários" que caracterizaria o positivismo) implicaria toda uma organização da sociedade em termos tecnocráticos.[125] Habermas propõe distinguir quatro estádios no processo de racionalização assim entendido, e o terceiro dos estádios propostos tem a ver com "situações estratégicas em que se calcula um comportamento racional em oposição a adversários que se comportam de maneira igualmente racional".[126] Nas palavras de Habermas, que merecem ser citadas extensamente pelo que tem de crucial este aspecto,

> As duas partes perseguem interesses concorrentes; no caso de uma situação fortemente competitiva, elas avaliam as mesmas consequências segundo ordens de preferências opostas, quer seus sistemas de valores concordem ou não. Tal situação requer uma racionalização mais avançada. Aquele que age não pretende apenas dispor de um poder técnico sobre uma categoria de eventos determinados através de previsões científicas; ele quer dispor do mesmo controle sobre situações indeterminadas do ponto de vista racional. Ele não pode, formulando hipóteses empíricas, informar-se sobre o comportamento do adversário da mesma maneira que se se tratasse de processos naturais; ele permanece incompletamente informado, e não se trata aqui de uma questão de grau de informação, mas de uma questão de princípio, pois o adversário é ele próprio capaz de escolher entre alternativas técnicas e portanto de ter reações que não podem ser determinadas sem ambiguidade. O que nos interessa, contudo, não é a dissolução do problema em proveito de uma teoria dos jogos, mas a coerção particular que este gênero de

[125] Habermas, *Théorie et Pratique*, volume II, p.101.
[126] Ibid., p.104.

> situações estratégicas exerce sobre os sistemas de valores. Na tarefa mesma da técnica intervém, ademais, um valor de base: o êxito da afirmação de si face ao adversário e a garantia de sobreviver. Este valor estratégico, que orienta o jogo ou o combate enquanto tais, torna relativos os valores investidos de início, isto é, os sistemas de valores dos quais não se ocupa inicialmente senão a teoria da decisão.
>
> A partir do momento em que a determinação de situações estratégicas por uma teoria dos jogos se generaliza a todas as situações de decisão torna-se possível analisar todos os processos de decisão em função de pressupostos políticos – o termo "político" sendo compreendido no sentido existencial de uma afirmação de si, tal como se impôs de Hobbes a Carl Schmitt. Basta então reduzir os sistemas de valores a um valor de base que se pode considerar biológico e colocar o problema da decisão sob a seguinte forma geral: como os sistemas que tomam decisões devem ser organizados – quer se trate de indivíduos ou de grupos, de instituições determinadas ou de sociedades inteiras – para satisfazer ao valor fundamental que é a sobrevivência e evitar os riscos? As funções finais que haviam estabelecido o programa em conexão com os valores investidos de início cedem lugar aqui a grandezas finais formalizadas, tais como a estabilidade ou a faculdade de adaptação, que não dizem mais respeito senão a uma necessidade fundamental quase biológica, a qual é inerente ao sistema e consiste em reproduzir a vida.[127]

Observe-se nessa passagem, em primeiro lugar, o que tem de artificial a assimilação das situações estratégicas tal como as define o próprio Habermas (definição na qual, de resto, o elemento de interação é fundamental, diversamente do que se dá na definição de "Técnica e Ciência como 'Ideologia'", comentada acima) ao "valor biológico de base" correspondente à sobrevivência. Por certo, todo processo de interação propriamente beligerante entre sujeitos racionais se ajusta às condições da interação estratégica tal como definida, e, na medida em que cada um dos sujeitos envolvidos visa à eliminação do outro, corresponde como que ao caso-limite de "objetificação" do outro. Mas, ainda que essa assimilação da beligerância à interação estratégica possa servir de fundamento à tentativa de crítica de uma abordagem à maneira de Hobbes ou Schmitt – que de fato

[127] Ibid., pp.104-5.

destacam a questão mesma da sobrevivência e da beligerância, seja efetiva ou como ameaça sempre presente –, não há razão para a *inversão* que Habermas realiza, pela qual toda interação estratégica é assimilada à beligerância e passa a envolver o problema da sobrevivência biológica: é óbvio que a questão do êxito de uma afirmação de si face ao adversário, isto é, a questão da interação estratégica, pode colocar-se na arena política – e efetivamente com frequência se coloca – em termos que ficam muito aquém daquele caso-limite. Como vimos há pouco, o próprio Schmitt, apesar de contemplar a luta aberta como pressuposto ou consequência *extrema* das relações amigo-inimigo de onde resultaria a tensão especificamente política, na verdade, como Arendt, pretende não ver aí o conteúdo mesmo da política, o que aumenta sem dúvida a relevância de suas concepções como ponto de referência eventual no estudo das condições concretas em que se desdobra o processo político. Percebe-se que a motivação de Habermas ao fazer a assimilação indicada é possibilitar a interpretação "cibernética" que se esboça, nas últimas linhas do trecho citado, como uma espécie de coroamento do processo de "racionalização" entendido em termos meramente tecnológicos, interpretação esta que Habermas de fato apresenta explicitamente, logo a seguir, como o quarto estádio do processo de racionalização. Esse desdobramento, porém, está longe de derivar necessariamente da adequada atenção aos aspectos estratégicos da interação por si mesmos.

Por outro lado, e isto é certamente de maior consequência, o foco privilegiado por Habermas em sua crítica deixa inteiramente na sombra a questão, que se destacou no item 2 acima, da dialética entre a constituição de sujeitos coletivos e a "opção" entre a comunicação ou a ação instrumental (estratégica) perante outros sujeitos efetivos ou potenciais – questão esta que corresponde, contudo, ao problema geral e básico do contexto da interação: como decidir, para retomar a indagação tal como formulada anteriormente, a quem tratar estrategicamente e a quem tratar em termos de comunicação?

Recorde-se mais uma vez, a propósito, como a própria caracterização feita por Habermas do contexto da interação oscila entre os ingredientes de "comunicação" e de "domínio". Mas a demonstração inequívoca dos embaraços que o problema – nos termos estritos em que é considerado presentemente – representa para o pensamento de Habermas se tem na

segunda das duas passagens mencionadas de *Teoria e Prática*. Trata-se aí, para Habermas, de analisar problemas ligados à "aplicação objetivante de teorias reflexivas" (de acordo com o título dado à seção correspondente), problemas estes que decorrem de que "uma teoria destinada à emancipação tem a particularidade de que sua verdade deve ser verificada em diversos níveis": o nível da "discussão científica", em primeiro lugar, onde a verdade de hipóteses derivadas pela teoria é confirmada ou refutada "segundo as formas habituais da argumentação científica"; e, em segundo lugar, o nível "de processos de emancipação coroados de êxito e que levam ao reconhecimento pelas pessoas interessadas, em total liberdade, das interpretações que podem ser derivadas em teoria".[128] Daí retira Habermas "uma reserva a respeito da aplicação das teorias reflexivas nas condições da luta política" que é o que particularmente interessa no presente contexto. Escreve ele:

> Os grupos que se concebem como teoricamente esclarecidos (e que Marx definiu como a vanguarda dos comunistas, ou seja, o Partido) devem sempre escolher, em função de seu adversário, entre estratégias diferentes de emancipação e de luta, entre a manutenção ou a ruptura da comunicação. Mesmo a luta, que é uma ação estratégica no sentido mais estrito do termo, tem de estar ligada a discussões no interior da vanguarda e dos grupos aos quais esta se dirige. Nessas discussões práticas, que servem de maneira imediata à organização da ação e não à emancipação, o adversário excluído pela ruptura da comunicação (compreendido aí o caso em que se trate de um aliado potencial) não pode, evidentemente, ser integrado senão virtualmente. Nesse contexto, torna-se interessante explicar a inaptidão temporária do adversário ao diálogo, vale dizer, a coerção ideológica que parece decorrer necessariamente dos interesses particulares aos quais se está ligado. Tal tarefa requer uma aplicação objetivante da teoria. Nas explicações deste gênero, a crítica da ideologia supõe, com efeito, relações naturais não interrompidas, dialéticas no sentido indicado acima, entre os adversários – relações que são na realidade artificiais. Fazemos abstração do fato de que o grupo ao qual se pertence tem de pretender haver captado, com a ajuda dessa mesma teoria, os elos puramente naturais em questão, bem como, por isso mesmo, já tê-los transcendido. Vemos aqui que

[128] Ibid., volume I, pp.64-5.

> uma teoria reflexiva só pode ser utilizada em condições de emancipação, e não nas condições de uma ação estratégica.[129]

Veem-se bem os embaraços de Habermas. Assim, mesmo se não se questiona o quadro concreto de referência em que seu pensamento se move aqui, e no qual se *supõe* a existência de certos figurantes cujas identidades *coletivas* são tomadas como não problemáticas (as massas ou as bases comunistas; o Partido, com letra maiúscula e nome próprio, que é a sua vanguarda; o adversário de tais massas e de tal Partido), vê-se que a *emancipação*, tanto quanto a luta, a manutenção da *comunicação*, tanto quanto a sua ruptura, são descritas como *estratégias*; que mesmo a luta, "uma ação estratégica no sentido mais estrito do termo", depende de comunicação e discussões internamente aos sujeitos coletivos que dela participam (e observe-se de passagem, com respeito a esta comunicação, como ela envolve necessária e diretamente um problema de eficácia); que se considera o caso de um *aliado* potencial tratado como *adversário*, caso este com respeito ao qual a mescla ou ambiguidade quanto aos ingredientes de ação instrumental e comunicativa é total, ilustrando vividamente o problema da própria definição das fronteiras (ou da identidade) dos sujeitos coletivos *interiormente* aos quais haverá comunicação e que agirão *face aos outros* em termos estratégicos ou de luta. Se se acrescenta, com a ruptura do quadro concreto de referência tomado gratuitamente como suposto por Habermas, que a efetiva transformação em comunistas (dos quais o Partido será a "vanguarda") de um conjunto de pessoas, quer compartilhem ou não certas condições objetivas, é algo que envolve de maneira inelutável precisamente os problemas em questão; que *também* estratégia, e não apenas comunicação, ocorre *internamente* a uma entidade como o Partido Comunista, bem como internamente a qualquer grupo ou classe social em seu processo mesmo de constituir-se e manter-se como efetivo sujeito coletivo, capaz de agir como tal – torna-se então francamente desfrutável que Habermas declare considerar "interessante", nesse contexto, "explicar a inaptidão temporária do adversário ao diálogo", e não admira que ele reconheça a necessidade de "uma aplicação objetivante da teoria". Mas pretender a aplicação objetivante de uma teoria reflexiva não é expô-la à contaminação "cientificista", "tingi-la de positivismo", privá-la de algo essencial à concepção que tem o próprio Habermas das ciências críticas

[129] Ibid., p.65.

caracterizadas pela autorreflexão? Na confusão, a admissão da necessidade da aplicação objetivante de uma teoria reflexiva se transforma, três frases adiante, na renúncia quanto a qualquer pretensão de relevância da teoria reflexiva em condições que envolvam ação estratégica.

Contudo, apesar de todas as reservas quanto à racionalidade técnica, Habermas não pode, naturalmente, deixar de estar consciente da importância crucial da luta política e da ação estratégica em qualquer sociologia da política que não se queira uma utopia inteiramente fútil: afinal, a própria emancipação depende delas. É fatal que se dê conta, assim, de que o preço da renúncia recém-mencionada é demasiado alto – e ei-lo, nas linhas que seguem imediatamente o trecho citado, de novo a admitir que "a utilização objetivante de uma teoria reflexiva não é ilegítima em todos os casos" e a procurar estabelecer algum tipo de relevância da teoria reflexiva para a ação estratégica, o que é feito por referência a um "fim buscado: o de um estado de emancipação universal e, além dele (*au-delà*), a possibilidade da formação pela discussão de uma vontade comum a todas as pessoas implicadas e não mais somente àquelas que se sentem afetadas (*concernées*). [As] interpretações [dos diversos aspectos da luta que ocorre na atualidade] são retrospectivas do ponto de vista desse estado que se antecipa. Elas abrem, assim, uma perspectiva à ação estratégica e às máximas pelas quais as decisões são justificadas nas discussões que precedem à ação".[130]

Deixemos de lado a nova contorção que ainda vem a seguir, segundo a qual "essas interpretações objetivantes não podem reivindicar, por si mesmas, função justificativa",[131] e "a ação estratégica daqueles que tomaram a decisão de lutar (...) não pode ser (...) *justificada* de maneira *satisfatória* por meio de uma teoria reflexiva".[132] Destaquemos ainda, porém, que é precisamente nas relações do partido com as "bases" que temos, no pensamento de Habermas, aparentemente o que melhor corresponde, no plano convencionalmente considerado como mais propriamente político, ao modelo das relações entre psicanalista e paciente. Isso se nota de modo especialmente explícito algumas páginas antes da passagem recém-examinada, onde, em resposta a críticas de H. G. Gadamer

[130] Ibid., p.66.
[131] Ibid., p.66.
[132] Ibid., p.67; grifos de Habermas.

e especialmente de H. J. Giegel (que destacam o contraste entre a luta revolucionária e a cura psicanalítica em termos que se referem à impossibilidade de diálogo entre classe oprimida e classe dominante), Habermas afirma que "esse modelo médico/paciente não é utilizável senão para estruturar de maneira normativa a relação entre o Partido Comunista e as massas que são esclarecidas sobre sua própria situação pelo Partido".[133] É oportuno salientar, portanto, as consequências que têm algumas das observações que acabamos de fazer, e outras que são ramificações delas, para a questão da acuidade do modelo psicanalítico como protótipo de uma interação efetivamente comunicacional, autorreflexiva e "emancipatória" no campo político.

Bastaria lembrar, para lançar grandes dúvidas sobre essa acuidade, o contraste que as duas situações apresentam quanto a um aspecto aparentemente simples, mas na verdade de implicações importantes. Refiro-me a que, na situação psicanalítica, a iniciativa, em sentido bem real, está com o paciente, que não apenas decide empreender ou suspender o tratamento, mas é também tipicamente quem tem o papel mais ativo no processo de comunicação: ao analista, mesmo equipado com uma teoria supostamente capaz de auxiliar o paciente, não compete, como diz o próprio Habermas, "dar diretivas de ação prospectivas: é o paciente que deve tirar por si mesmo as consequências com respeito a sua ação".[134] Naturalmente, isso está bem longe de corresponder ao caso das relações entre o Partido Comunista e as massas, onde a ideia mesma do partido como "vanguarda" das massas tem tido, no plano doutrinário e na prática, interpretações que redundam precisamente em outorgar ao partido o direito de *agir* em nome das massas. E as dificuldades não se resolvem se se toma ao pé da letra a proposição de Habermas, em que o modelo analista-paciente aparece como padrão *normativo* para as relações partido-massas (caso em que se poderia pretender, ainda que isto não estivesse isento de problemas, que a constatação empírica da ocorrência de certa orientação doutrinária e certas formas de atuação na história real dos partidos comunistas seria irrelevante). Pois a questão da "vanguarda" envolve mais do que o problema do diagnóstico da capacidade intelectual das massas para perceberem sua situação e agirem consequentemente: ela envolve também

[133] Ibid., pp.58-9; citação da p.59.
[134] Ibid., pp.66.

todo o complicado problema teórico *e* prático (na plenitude do sentido ético-político que esta palavra tem em Habermas) da *representação*, com suas óbvias implicações relativamente à indagação de quem é realmente o sujeito coletivo em cujo nome se trata de agir, ou mesmo com o qual se trata de dialogar "autorreflexivamente", e de se este sujeito, enquanto tal, pode ser legitimamente considerado como tendo, de alguma forma, dado procuração a tal ou qual ativista, intelectual, grupo ou partido para agir em seu nome – ou mesmo como o tendo constituído como interlocutor. As oscilações que se podem encontrar, no pensamento marxista mais ortodoxo, entre concepções de representação em termos de mandato livre ou mandato imperativo prendem-se, como se sabe, a tais questões[135] – e Habermas, com a ênfase que dá à ideia de *autenticidade* em conexão com um processo de emancipação autorreflexiva, é, por certo, quem menos poderia ignorar a questão da identidade do sujeito que se emancipa. A consequência, para Habermas, pareceria ser a necessidade paradoxal de adesão a um princípio espontaneísta que dificilmente se conciliaria com a mera ideia de um partido-vanguarda que orienta as massas. Acrescente-se, por fim, o claro aspecto estratégico presente, como anteriormente se indicou, no próprio processo de criação de comunicação e solidariedade e de *constituição* dos sujeitos coletivos como tal – aspecto este que, a meu ver, é precisamente o que permite romper o paradoxo em questão.

* * *

Anotemos, para concluir esta parte da discussão, três observações importantes. Em primeiro lugar, a de que a referência a um estado antecipado, em termos de alguma forma análogos ao que propõe Habermas em passagem reproduzida acima, me parece fundamental para a adequada discussão de problemas de mudança sociopolítica e para preservar o que há de válido na proposta de uma ciência social e política crítica. Ela é consentânea, por outro lado, com o princípio de tratar de recuperar a perspectiva dos agentes sociopolíticos como sujeitos e com o privilegiamento de um suposto de racionalidade como base para o desenvolvimento teórico no campo das ciências sociais.

[135] Veja-se, por exemplo, Hanna F. Pitkin, *The Concept of Representation*, Los Angeles, University of California Press, 1967, especialmente capítulo 7.

Em segundo lugar, assinale-se que se queremos, nos esforços correspondentes, escapar à utopia no sentido negativo da palavra, faz-se necessário reconhecer, em consonância com o que anteriormente se discutiu a propósito da sociedade antevista por Marx na *Ideologia Alemã*, que o estado ou ponto de referência que cabe "antecipar" com base numa teoria adequada da política *não* é o fim da política. E isso pela razão de que, suprimidos num processo continuamente renovado os fatores permanentes de adscrição e dominação, o estado resultante manteria sem dúvida a interação estratégica – certamente em forma mitigada e não-beligerante – como componente fatal da livre busca de realização individual mesmo em condições que se aproximassem tanto quanto possível do ideal de comunicação desimpedida, ou seja, como componente do resultado do processo de racionalização que o próprio Habermas vê como conduzindo à "individuação".[136]

Finalmente, a terceira observação envolve a retomada, que se torna oportuna aqui, dos quatro pontos por referência aos quais, em *Teoria e Prática*, Habermas procura situar sua postura metodológica perante "atitudes concorrentes". Recorde-se que as proposições de Habermas quanto a isso consistem em procurar opor seu ponto de vista a (a) "o objetivismo das ciências do comportamento"; (b) "o idealismo que caracteriza a hermenêutica das ciências sociais"; (c) "o universalismo de uma teoria global de sistemas"; e (d) "a herança dogmática da filosofia da história". O que pretendo assinalar a respeito situa-se em dois planos. Em primeiro lugar, *todos* esses pontos, tal como elaborados por Habermas,

[136] Habermas, *Toward a Rational Society*, pp.92-3. Habermas se dedicou posteriormente a elaborar aspectos relevantes dos processos correspondentes á ideia de "individuação" em diversos textos, os quais se encontram reunidos em inglês em Jurgen Habermas, *Communication and the Evolution of Society*, Boston, Beacon Press, 1979: vejam-se especialmente o capítulo 2 ("Moral Development and Ego Identity"), o capítulo 3 ("Historical Materialism and the Development of Normative Structures") e o capítulo 4 ("Toward a Reconstruction of Historical Materialism"). Seus esforços assumem aí, de maneira totalmente explícita, a feição de uma teoria da evolução social, e Habermas passa a valer-se na elaboração dela, com algum destaque, dos trabalhos de Piaget e do modelo de desenvolvimento cognitivo que deles resulta. Não há indícios, porém, de que se dê conta das objeções permitidas pelos trabalhos de Piaget a algumas de suas próprias propostas epistemológicas e teóricas básicas: a oposição entre *praxis* e *techne* continua a ser um suposto fundamental da "reconstrução do materialismo histórico" intentada, e os problemas suscitados na discussão que aqui se faz não são tratados.

podem ser reduzidos à questão do sujeito, em dois sentidos: (1) o de decidir *se* os agentes do processo sociopolítico devem ou não ser tomados como sujeitos (ponto *a*); (2) o de estabelecer *quais* são os sujeitos (coletivos) reais, os que contam, salientando-se que este é um problema aberto e de importância decisiva (pontos *b*, *c* e *d*).[137] Em segundo lugar, proponho que a questão do sujeito, nesses dois sentidos ou aspectos, poderá ter encaminhada adequadamente a sua solução – como as discussões acima indicaram com certa insistência e como espero demonstrar de vez na parte seguinte deste trabalho – precisamente se damos o devido destaque aos aspectos estratégicos do processo sociopolítico, em sua concatenação complexa com os aspectos "instrumentais" e "comunicacionais" em sentido estrito.

7. Pós-escrito para a segunda edição

O presente volume foi escrito em 1981, antes de que se tornasse acessível *A Teoria da Ação Comunicativa*, de Jurgen Habermas, publicado originalmente em alemão justamente naquele ano. Nessa obra, Habermas se dedica extensamente a temas de interesse central para a discussão acima, e cabe indagar se as reflexões que aí se encontram resultam em situar os problemas de maneira mais adequada, trazendo, eventualmente, respostas satisfatórias para as críticas aqui esboçadas. Merece destaque, em

[137] Deixando de lado a questão do objetivismo das ciências do comportamento, que já se retomou anteriormente no texto, é fácil demonstrar que é a questão da definição dos sujeitos coletivos que se encontra subjacente aos demais pontos. Assim, ao idealismo característico da hermenêutica das ciências sociais Habermas opõe, com a "sociologia crítica", a preocupação de evitar "reduzir as estruturas de sentido objetivadas nos sistemas sociais aos conteúdos de uma tradição cultural" e de poder assim questionar "o consenso de fato sobre o qual repousam sempre as tradições em vigor" e pesquisar "as relações de força que se introduzem subrepticiamente nas estruturas simbólicas dos sistemas linguísticos e pragmáticos" (*Théorie et pratique*, vol. 1, pp.42-3). À teoria global de sistemas, Habermas objeta que um conceito apropriado de sistema "deve ser desenvolvido em relação com uma teoria da comunicação pela linguagem corrente que tenha em conta as ligações (*rapports*) intersubjetivas e a relação entre a identidade do eu e a identidade do grupo" (p.44). E à herança dogmática da filosofia da história Habermas opõe a proibição de "empregar de maneira imprópria (*en les forçant*) os conceitos da filosofia reflexiva" – impropriedade da qual o único exemplo fornecido se refere aos sujeitos de diferentes níveis (indivíduos, classes) e às relações entre eles, particularmente à produção "por projeção" de sujeitos de uma dimensão ou nível superior (idem).

particular, o fato de que a antiga contraposição simples entre "trabalho" e "interação" é substituída por uma tipologia mais complexa de formas ou modelos de ação. Tais formas compreendem: (a) a ação "teleológica", que é aquela de feição mais claramente instrumental, no sentido em que acima se utilizou esta expressão, e na qual o ator "alcança um fim ou produz a ocorrência de um estado desejado através da escolha de meios que prometem êxito na situação dada e de sua aplicação de maneira adequada", com base numa "interpretação" da situação; (b) a ação "estratégica", a que recorrem as abordagens em termos de teoria de decisões ou teoria dos jogos na economia e outras ciências sociais e na qual se tem o modelo de ação teleológica "expandido" para os casos em que "entra no cálculo de sucesso do agente a antecipação de decisões por parte de pelo menos um ator adicional orientado por fins"; (c) a ação "normativamente regulada", modelo tomado à teoria dos papéis em sociologia e que corresponde ao comportamento de membros de um grupo social que se orientam por "valores comuns", com a observância de "normas que expressam um acordo prevalecente num grupo social"; (d) a ação "dramatúrgica", que se refere ao comportamento de participantes num processo de interação em que "cada um constitui-se como público para o outro" e o ator "desvenda sua subjetividade de maneira mais ou menos proposital", modelo este que seria usado primariamente em descrições fenomenologicamente orientadas da interação social; e, finalmente, (e) a ação "comunicativa", em que a linguagem tem lugar destacado e que diz respeito "à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de fala e ação que estabelecem relações interpessoais (quer por meios verbais ou extraverbais)", tratando de "alcançar um entendimento sobre a situação e seus planos de ação a fim de coordenar suas ações por meio do acordo".[138] Essa tipologia de formas de ação se articula com a concepção de três "mundos", o mundo "objetivo", o mundo "social" e o mundo "subjetivo", o primeiro vinculado à ideia de verdade e de eficácia (o mundo objetivo seria o conjunto "de todas as entidades sobre as quais enunciados verdadeiros são possíveis" ou "de todos os estados de coisas que ou existem ou poderiam surgir ou ser produzidos pela intervenção proposital"), o segundo à ideia de correção ou legitimidade em termos normativos e o terceiro à ideia de veracidade ou

[138] Cf. Jurgen Habermas, *The Theory of Communicative Action*, volume 1, Boston, Beacon Press, 1984, pp.85-6.

sinceridade na manifestação ou desvendamento de experiências subjetivas.[139]

Tomarei apenas, quanto a esse novo esforço, dois pontos relacionados, que acredito mostrarem com clareza que as mesmas dificuldades básicas continuam presentes. O primeiro diz respeito ao plano epistemológico. Apesar do empenho central em assegurar espaço para formas de ação que não se esgotem no caráter instrumental ou de fins e meios, próprio da ação teleológica, e em explorar as implicações em termos de racionalidade da conceitualização diversificada da ação, Habermas não pode deixar de reconhecer – e o faz explicitamente – que "a estrutura teleológica é fundamental para *todos* os conceitos de ação", sendo pressuposta "em todos os casos".[140] Daí decorre que a perseguição sinuosa dos meandros da problemática da racionalidade, feita, por exemplo, com a discussão minuciosa das várias escolas de sociologia interpretativa (fenomenológica, etnometodológica, hermenêutica), não escapa à consequência, repetidamente afirmada com maior ou menor clareza pelo próprio Habermas, de que, sendo a ação teleológica aquela que se desenvolve no "mundo objetivo" em que prevalecem critérios de verdade e eficácia, falar de racionalidade a propósito de qualquer forma de ação, sejam quais forem suas especificidades relativamente às conexões com os mundos "social" e "subjetivo", vai necessariamente remeter ao mesmo substrato instrumental e "operacional" que destacamos com Piaget – o que equivale a dizer que mesmo os mundos social e subjetivo têm a sua dimensão de "objetividade", a qual é a condição indispensável da possibilidade tanto de sua tematização discursiva e da operação da racionalidade a respeito deles quanto da superação social (comunicacional e intersubjetiva) do meramente subjetivo e de suas distorções (egocêntricas, neuróticas, social e ideologicamente condicionadas...), eventualmente permitindo a avaliação racionalmente informada da própria veracidade ou autenticidade da expressão subjetiva.

O segundo ponto se refere ao tratamento dado à ação estratégica, com a qual vimos Habermas debater-se na discussão acima. O aspecto mais claramente revelador é aqui o fato de que Habermas caracteriza categoricamente a ação estratégica como pressupondo (tal como a ação teleológica de que ela é um caso particular) exclusivamente "*um* mundo, a saber, o mundo objetivo".[141] Tomadas nesses termos, as ações de tipo estratégico acabam remetidas a uma espécie de "estado de natureza" onde não há normas ou o "social", com a consequência de que nem sequer as ações ou interações obviamente estratégicas próprias do *mercado* (que requer comunidade e normas, como mostrou Max Weber) seriam possíveis. Habermas fala também repetidamente, a propósito da ação estratégica, de "cálculos egocêntricos de utilidade" ou "cálculos egocêntricos de sucesso",[142] aos quais se contrapõe "a ação consensual [ou normativamente regulada] daqueles que simplesmente colocam em prática um acordo normativo já existente".[143] Mas nada diz de cálculos *solidários* ou *altruísticos* de utilidade ou de sucesso, onde se trataria da busca *coletiva* de fins compartilhados, resultando com frequência precisamente da operação de valores e normas comuns, e onde teríamos obviamente a mescla do teleológico ou instrumental e do comunicativo, do mundo objetivo e do social – sem falar do caso em que tal solidariedade ocorra no contexto da interação diretamente estratégica com competidores, adversários ou inimigos. Não admira que seja também omitido, de novo, o problema da *constituição* de sujeitos coletivos, com a mescla de aspectos comunicacionais ou sociais e estratégico-instrumentais nele envolvida e que qualquer sociologia realística da política deverá reconhecer – bem como qualquer preocupação de *viabilização* de um "estado antecipado" num eventual processo real de racionalização social.

[139] Ibid., especialmente pp.87 a 101; citações das pp.100 e 87.
[140] Ibid., p.101; grifo de Habermas.

[141] Ibid., pp.87-8; grifo de Habermas. Curiosamente, isso não o impede, adiante (p.285), de classificar a ação estratégica, com base em Weber, como ação *social* orientada para o sucesso, e de afirmar explicitamente que "as ações estratégicas são ações sociais por si mesmas".
[142] Ibid., pp.88, 94, 101 e 286, por exemplo.
[143] Ibid., p.95.

Segunda Parte

Para um Conceito de Política: A Teoria da *Public Choice,* o Estratégico e o Institucional

1. A abordagem da *public choice*. Racionalidade, utilitarismo e conflito de interesses

A interação estratégica, tal como discutida no capítulo anterior, é o objeto por excelência de análise, nos dias que correm, da teoria dos jogos. Os elementos fundamentais da abordagem, porém, são característicos do veio dominante da ciência econômica, remontando à economia clássica e distinguindo, ainda hoje, a forma típica da teoria econômica (especificamente no campo da chamada "microeconomia") do que tradicionalmente se designa como teoria em áreas tais como a sociologia, a antropologia e a ciência política, com o caráter mais proposicional que o postulado de racionalidade faculta à primeira. Fora da área estrita da ciência econômica, paralelos e afinidades com essa abordagem podem ser encontrados desde o século XVIII em certos ingredientes da tradição filosófica do utilitarismo, por exemplo. Contemporaneamente, por outro lado, verifica-se o empenho, por parte das demais ciências sociais, de reproduzir em seus próprios campos os aparentes êxitos obtidos pela ciência econômica, com a consequência de que vamos encontrar os postulados e instrumentos próprios da abordagem em questão crescentemente aplicados a problemas substantivos alheios ao domínio clássico da ciência econômica. Assim, à figura clássica do *homo economicus,* que aparece como resultado pioneiro da aplicação dos supostos da abordagem à área da economia, somam-se hoje as do *homo sociologicus* e do *homo politicus,* criados à imagem e semelhança do primeiro. Mas a afinidade histórica dessa abordagem com a ciência econômica continua a marcá-la em grande medida, de tal forma que ela é com frequência designada, em suas aplicações a estes novos campos, como a abordagem "econômica" dos problemas correspondentes.[1]

---

[1] Referências clássicas com respeito à teoria dos jogos são: John von Neumann e Oskar Morgenstern, *The Theory of Games and Economic Behavior,* Princeton, Princeton University Press, 1944, e R. Duncan Luce e Howard Raiffa, *Games and Decisions,* Nova Iorque, John Wiley, 1957. Vejam-se também, para extensões ou revisões de alguns aspectos das propostas iniciais da teoria, Thomas C. Schelling, *The Strategy of Conflict,* Nova Iorque, Oxford University Press, 1963 (publicado pela primeira vez em 1960); e Anatol Rapoport, *Fights, Games and Debates,* Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1960. De relevância para a questão geral de uma abordagem "econômica" dos fenômenos sociais, embora situando-se em perspectiva por diversos aspectos oposta à que aqui se destaca, é o clássico

No caso particular do estudo dos fenômenos políticos, dá-se o fato adicional de que boa parte do trabalho realizado na perspectiva destacada, que corresponde à corrente da *public choice* mencionada anteriormente, se deve a economistas de profissão que se mostram interessados em temas políticos.[2] A suposição principal de que partem, explicitada por um dos autores que mais se distinguiram nesse campo, é a de que a economia como disciplina científica não se ocuparia de uma espécie particular de bens ou transações caracterizadas por sua natureza intrínseca, mas antes de qualquer espécie de situação ou processo onde esteja envolvido um problema de escassez. Isso tornaria a teoria econômica equivalente a uma teoria do comportamento racional como tal, aplicável a qualquer arena (seja ela convencionalmente designada como "econômica", "política", "social") em

The Structure of Social Action, de Talcott Parsons (Glencoe, III., Free Press, 1937), onde se empreende a crítica do utilitarismo tal como floresce na Inglaterra do século XVIII e primeira metade do século XIX. Utilização recente e explícita da ideia do *homo sociologicus* tal como apresentada no texto pode ser encontrada, por exemplo, em Raymond Boudon, *Effets Pervers et Ordre Social,* Paris, Presses Universitaires de France, 1977; um exemplo menos recente da mesma perspectiva é Herbert A. Simon, *Models of Man,* Nova Iorque, John Wiley, 1957.

[2] Exemplo de aplicações iniciais da teoria dos jogos a temas políticos se tem em Martin Shubik (ed.,), *Readings in Game Theory and Political Behavior,* Garden City, Doubleday, 1954. Algumas das referências mais importantes na perspectiva da *public choice* são: Anthony Downs, *An Economic Theory of Democracy,* Nova Iorque, Harper & Row, 1957; James M. Buchanan e Gordon Tullock, *The Calculus of Consent,* Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1962; e Mancur Olson, Jr., *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups,* Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1965. William H. Riker e Peter C. Ordeshook, *An Introduction to Positive Political Theory,* Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1973, é uma útil condensação e sistematização de muito da literatura pertinente. Brian M.Barry, *Sociologists, Economists and Democraçy,* Londres, Collier-Macmillan, 1970, confronta criticamente, de maneira lúcida e interessante, a perspectiva mais convencional da sociologia política com algumas das contribuições mais importantes na perspectiva da *public choice.* Alguns exemplos notáveis de proveitosa aplicação da mesma perspectiva e do mesmo instrumental analítico por parte de um autor de inspiração marxista a temas que têm interessado sobretudo a estudiosos marxistas se encontram nos trabalhos recentes de Adam Przeworski: vejam-se, por exemplo, "Material Bases of Consent: Economics and Politics in a Hegemonic System", *Political Power and Social Theory,* vol. 1, 1980, pp.21-66; "Material Interests, Class Compromise, and the Transition to Socialism, *Politics & Society,* vol. 1, 1980, pp.125-53; "The Ethical Materialism of John Roemer", Universidade de Chicago, outubro de 1981, mimeografado; e Adam Przeworski e Michael Wallerstein, "The Structure of Class Conflict in Democratic Capitalist Societies", *The American Political Scence Review,* vol. 76, no. 2, junho de 1982, pp.215-38.

que tenhamos um problema de utilização de meios escassos para a realização de objetivos de qualquer natureza.[3] Assim, o *homo politicus,* não sendo senão o *homo economicus* transposto para certa arena especial de problemas, se caracterizaria pela busca de manipulação eficiente das condições que lhe oferece o ambiente de maneira a viabilizar a realização de seus objetivos.

Portanto, a perspectiva da *public choice* tem como recurso fundamental a noção de racionalidade, tomada em sentido preciso que remete inequivocamente à eficácia ou "instrumentalidade" de uma ação "intencional". Por outro lado, se nos referimos à discussão dos capítulos precedentes, não só não há a preocupação de estabelecer a relevância de qualquer distinção do tipo da que se encontra em Habermas entre ação mais estritamente instrumental e ação estratégica, como se pode mesmo dizer que a pertinência da perspectiva proposta do ponto de vista do estudo da política tem a ver com os problemas "estratégicos" que derivam do suposto de racionalidade "instrumental" aplicado a agentes diversos em interação. Isso não significa, porém, que o recurso aos supostos próprios da *public choice* não se mescle com confusões importantes mesmo entre aqueles que propalam os méritos da abordagem, e o exame de algumas dessas confusões permitirá introduzir de maneira adequada o esclarecimento dos principais problemas substantivos e metodológicos suscitados pela discussão anterior.

Tomemos, por exemplo, as questões que surgem nas relações entre a abordagem da *public choice* e o estudo de políticas públicas.[4] Esta é uma aproximação natural, pois o florescimento do estudo de políticas públicas entre os cientistas políticos frequentemente se associa com a esperança, por parte destes, de virem a ser capazes de emular os economistas quanto a rigor e precisão, surgindo daí o que parece corresponder a um ponto de afinidade óbvio com os esforços no campo da *public choice.* Dois aspectos ou características dos estudos de políticas públicas mostram conexões com tal expectativa de rigor. Em primeiro lugar, o fato de que a área de políticas

[3] Mancur Olson, Jr., "As Relações entre a Economia e as Outras Ciências Sociais: A Esfera de um 'Relatório Social'", em Seymour M. Lipset (org.), *Política e Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

[4] Veja-se a respeito Fábio W. Reis, "Política e Políticas: A Ciência Política e o Estudo de Políticas Públicas", *Cadernos DCP,* no. 4, agosto de 1977, pp.167-86, de onde são tomados alguns dos parágrafos que seguem.

públicas tem sido amplamente receptiva a certas técnicas aparentemente rigorosas, tais como a análise de sistemas, a análise de custo-benefício, o *program-budgeting* etc. Em segundo lugar, o interesse pelo estudo de políticas públicas tem sido vinculado ao objetivo de se alcançar novo equilíbrio no volume de esforços dedicados respectivamente ao lado do *input* e ao do *output* do processo político: tendo a ciência política – sustenta-se – se ocupado tradicionalmente sobretudo dos aspectos da vida política relacionados ao *input,* teria chegado a hora de inclinar-se a balança em favor do estudo do *output* ou das decisões governamentais – e estas seriam, presume-se, mais diretamente suscetíveis de avaliação rigorosa e *racional* do que as lutas e tensas formas de interação entre "demandas" e "apoios" (para usar a linguagem de David Easton) que constituem o lado dos *inputs* do processo político.

Por aí começam a introduzir-se algumas das confusões mencionadas, que redundam, no caso em questão, em pretender a existência de afinidade especial entre a perspectiva da *public choice* e a análise de políticas públicas com base na ênfase em considerações de eficiência e racionalidade. Ilustração bem clara se tem em artigo de William Mitchell publicado há alguns anos, onde se procura contrastar a ciência política ou a sociologia política "convencionais" com a abordagem da *public choice*. É sugestivo observar que as questões básicas a serem tratadas por esta última são aí formuladas, em grande parte, precisamente em termos de problemas que têm merecido especial atenção dos especialistas em políticas públicas, incluindo o volume e a composição dos orçamentos públicos, a magnitude dos bens e serviços públicos produzidos etc.[5]

Dois supostos relacionados se revelam associados a essa aproximação entre o estudo de políticas públicas e a teoria da *public choice.* Em primeiro lugar, observa-se a tendência a considerar os problemas que têm tradicionalmente sido tratados pela ciência política ou pela sociologia política convencionais como o *locus* da irracionalidade na vida social e política, como a região da mesma em que forças e comportamentos não-racionais se manifestam. Em segundo lugar, esse traço de irracionalidade tende a ser vinculado aos elementos de tensão e de conflito na vida política que recebem ênfase em longa e importante tradição de pensamento político,

[5] William C. Mitchell, "A Forma da Teoria Política Vindoura: Da Sociologia Política à Economia Política", em Lipset, *Política e Ciências Sociais*, p.153.

enquanto a mesma correspondência se estabelece entre a racionalidade, de um lado, e os elementos de consenso e coesão social, de outro. Isso se nota claramente, por exemplo, no artigo de Mitchell acima mencionado, onde a sociologia política e a abordagem da *public choice*, com a ênfase desta na racionalidade, são explicitamente vistas como ligadas pelo fato de que, "mais recentemente, a sociologia política seguiu a liderança de Lipset, Parsons e Kornhauser na ênfase dada ao consenso", por contraposição à visão da política como o produto de "forças não-racionais" a ser encontrada no realce dado por autores tais como "Mosca, Marx, Pareto, Weber e Michels" aos aspectos de desigualdade, luta, subordinação, divergência de interesses e "todos os aspectos mais ásperos e desagradáveis" da vida política.[6] Em um contexto de interesse mais direto por problemas de políticas públicas, a mesma tendência pode igualmente ilustrar-se com um trabalho de Vernon Van Dyke, no qual, depois de passar em revista diversas tentativas de apreender "a natureza do político", o autor chega às seguintes definições:

> ...Chamamos uma política ou decisão de não-política quando ela é adotada (...) através da aplicação racional do conhecimento pertinente sobre a base de valores ou princípios consensuais; e chamamos uma política ou decisão de política quando ela resulta de barganha, ou luta, ou desejo ou opinião arbitrária...[7]

Podem perceber-se facilmente as razões de tal tendência a vincular o racional com o consensual do ponto de vista do especialista em políticas públicas. A possibilidade de se tratar uma decisão ou política em termos de eficácia ou racionalidade requer a adoção do ponto de vista de determinado ator, de maneira que se possam estabelecer com clareza os objetivos da política em questão para se discutirem em seguida os problemas relativos às condições de sua adequada realização num ambiente dado. A perspectiva característica dos estudos de políticas públicas tende inevitavelmente a dar ênfase à eficácia *global* das políticas ou decisões, mesmo quando se tem em mente a diversidade de categorias sociais ou de focos de interesses para os quais tais decisões podem ser relevantes. Assim, se se tem de considerar

[6] Ibid., pp.156-7.
[7] Vernon Van Dyke, "Process and Policy as Focal Concepts ln Political Research", em Austrin Ranney (ed.), *Political Science and Public Policy*, Chicago, Markham, 1968, pp.33-4.

problemas de racionalidade do ponto de vista da sociedade como um todo, tende-se naturalmente a salientar aqueles fatores que permitem ver as relações entre as diferentes categorias ou focos de interesses como sendo relações do tipo "soma variável", em que todos têm a possibilidade de realizar ganhos simultâneos, bastando para isso que se tomem as decisões corretas (racionais). É-se levado, portanto, a eleger o ponto de vista daquele ator que pode ser considerado como expressando o objetivo comum de maximização geral. O estado, ou alguma agência particular do mesmo em dados casos, surge como o candidato óbvio, manifestando-se a propensão a favorecer aquelas dimensões da estrutura e do comportamento do estado que permitem vê-lo como o instrumento de objetivos compartilhados, em detrimento dos traços mediante os quais ele se mostra antes como o resultado ou a expressão da luta entre interesses opostos.

O que temos, assim, é que muito do que se faz no estudo de políticas públicas pode ser diretamente vinculado a uma tradição utilitária de pensamento, à qual se é mais naturalmente levado, como sugerido por John Rawls, pelo procedimento de adotar "para a sociedade como um todo o princípio da escolha racional efetuada pelo indivíduo tomado isoladamente"[8] O estado, devidamente assistido pelo analista de políticas, assume o lugar do espectador imparcial e capaz de identificação simpática "ao levar avante a necessária organização das aspirações de todos em um sistema coerente de aspirações".[9] Nessa concepção da sociedade, diz Rawls,

> os diferentes indivíduos são considerados apenas como diversas linhas ao longo das quais os direitos e deveres serão distribuídos e os meios escassos de satisfação serão assignados de acordo com regras destinadas a assegurar o maior grau de atendimento dos desejos. A natureza da decisão tomada pelo legislador ideal não é, portanto, significativamente diferente da do empresário ao decidir como maximizar seu lucro pela produção desta ou daquela mercadoria, ou da do consumidor ao decidir como maximizar sua satisfação pela aquisição deste ou daquele conjunto de bens. Em cada um dos casos há uma única pessoa cujo sistema de desejos determina a melhor

[8] John Rawls, *A Theory of Justice,* Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971, pp.26-7.
[9] Ibid., p.27.

> distribuição de recursos limitados. A decisão correta é essencialmente uma questão de administração eficiente.[10]

É possível que o utilitarismo e a perspectiva de eficiência global sejam precisamente o que se faz necessário para assegurar a peculiaridade da análise de políticas públicas como campo de estudos, e podemos encontrar na literatura tentativas de defini-la que se orientam expressamente nessa direção. É o caso, por exemplo, da abordagem de Yehezkel Dror, onde a análise de políticas é explicitamente entendida como "um instrumento prescritivo e heurístico destinado à identificação de políticas preferíveis".[11] O preço que essa solução exige, contudo, é claramente a despolitização do estudo de políticas públicas, impondo a opção entre fazer análise de políticas ou fazer ciência política. Observe-se de passagem que a análise de políticas públicas assim entendida corresponde plenamente ao modelo cibernético da análise global de sistemas que encontramos, no capítulo anterior, como objeto das denúncias de Habermas.

Importará a proposição recém-enunciada em reivindicar os direitos do irracional, ou em aceitar a visão que faz da irracionalidade a marca distintiva do político? Longe disso. Pois, diversamente do que sugere Mitchell, não há qualquer afinidade especial entre o privilégio concedido ao consenso, por um lado, e, por outro o recurso à suposição de racionalidade ao se tratar de construir uma teoria abstrata e proposicional da política, como se dá no campo da *public choice.* Ao contrário, os supostos em que se baseiam os esforços teóricos desta última, como sustentam expressamente vários dos que a ela se filiam, têm suas raízes precisamente na tradição contratualista do pensamento político, que postula a *divergência* de interesses entre agentes capazes de racionalidade como seu ponto de partida[12] Suspendendo, por ora, a avaliação dos méritos de tais raízes

[10] Ibid., p.27.
[11] Yehezkel Dror, *Design for Policy Sciences,* Nova Iorque, American Elsevier Publishing Co., 1971, p.55, nota.
[12] Para a elaboração explícita das raízes contratualistas da teoria da *public choice* em um dos trabalhos importantes no campo, bem como o rechaço explícito da visão orgânica (utilitária) do estado, veja-se Buchanan e Tullock, *The Calculus of Consent*, pp.11 e seguintes, e especialmente o Apêndice 1 ao volume, sob o titulo "Marginal Notes on Reading Political Philosophy", de autoria de James M. Buchanan. Para o contraste entre contratualismo e utilitarismo no que se refere a suas implicações para concepções da justiça social, veja-se Rawls, *A Theory of Justice*. É de notar-se, neste contexto, certa ambiguidade no uso da

contratualistas a outros respeitos, o objetivo de preservar ou recuperar a dimensão propriamente política, como quer que seja, não acarreta de forma alguma a proposição de que faríamos melhor atendo-nos aos antigos e "frouxos" esquemas conceituais da ciência política ou da sociologia política e abandonando o objetivo de erigir uma teoria mais afirmativa e proposicional da política, a qual parece requerer a suposição de racionalidade de sorte a poder alcançar a forma lógica que permite predições teóricas rigorosas. Para dizê-lo sem rodeios, minha inclinação pessoal (com as qualificações relativas à consideração do *contexto* institucional e sociológico que surgirão adiante) é de grande simpatia à abordagem "econômica" do prob1ema da teoria política, apesar do sabor de "imperialismo" de parte dos economistas, já que me parece que a referência à escassez – e, portanto, à racionalidade – provê efetivamente uma chave unificadora para a ciência social em geral.

O ponto a ser destacado, contudo, é que o que caracteriza a política enquanto distinta do objeto da ciência econômica (ou do campo geral da ciência econômica, para. ser consequente com o que acabo de dizer acima) é o fato de que a escassez política, a forma politicamente relevante da escassez, tem a ver com a interferência dos objetivos (ou preferências, ou interesses) de uma *pluralidade* de indivíduos ou grupos entre si, o que nos transpõe para o plano da racionalidade propriamente estratégica. Assim, enquanto podemos com propriedade falar de um aspecto econômico do comportamento do solitário Robinson Crusoé em sua ilha (que teria a ver, para usar a linguagem de Hannah Arendt, com sua atividade como "labor" e "trabalho"), somente temos um problema político quando Sexta-feira entra em cena, e na medida em que os interesses ou objetivos de cada qual têm agora, de alguma forma, que levar em conta os do outro. Para usar as

própria expressão "utilitarismo", que ora indica a maximização do bem-estar coletivo, permitindo o paralelismo aqui estabelecido entre utilitarismo e "organicismo", ora (para utilizar a formulação de Boudon em *Effets Pervers et Ordre Social*, p.271, nota 15) a axiomática do indíviduo calculador que procura realizar da melhor forma possível suas preferências. Vê-se que o problema substantivo que se considera no texto é precisamente o da definição dos agentes aos quais se atribuirá tal cálculo – e a denúncia do utilitarismo feita por Rawls, como fica claro na passagem que se acaba de citar, tem a ver justamente com a transição mecânica ou ingênua do nível do agente individual para o da sociedade como um todo tomada como agente ou sujeito.

palavras de uma tentativa recente de consolidação e sistematização da teoria que se tem desenvolvido no campo da *public choice*:

> Começamos com as pessoas, que, para nossos propósitos, são feixes de opiniões sobre a natureza e de preferências sobre as alternativas que a natureza lhes oferece (...) Algumas das preferências em cada feixe dizem respeito a coisas essencialmente privadas (...). Tais preferências privadas são em geral de pouca relevância para a política, embora de relevância crucial para a ciência econômica. (...) Outras preferências, porém, são essencialmente públicas, no sentido de que sua realização diz respeito não apenas aos que têm tais preferências, mas também a outras pessoas. Neste caso, a realização da preferência de um pode depender crucialmente da negação a outro da possibilidade de realizar a sua própria. (...) As preferências cuja realização envolve outras pessoas, e especialmente aquelas que só se realizam através da cooperação com outros ou da negação da possibilidade de que outros realizem as suas preferências, constituem a matéria-prima da política.[13]

Como sugerido pela referência à cooperação no texto citado, essa abordagem, que leva a questões relativas às implicações para a realização (racional) dos objetivos de certo agente que derivam da existência de outros agentes com objetivos possivelmente incompatíveis (ou seja, questões relativas ao que se poderia designar como "a economia da coexistência", isto é, a política), aponta fatalmente para um problema de coordenação e organização se se pode supor que os agentes em questão não quererão viver num estado de "guerra de todos contra todos". Em outras palavras, há sempre um problema *constitucional* – um problema de minimizar as "externalidades" que o comportamento de uns acarreta para os outros e de se alcançar, pelo menos neste sentido, o bem coletivo – a ser enfrentado, em diferentes níveis, por qualquer conjunto de "feixes de preferências" que devam coexistir – ou, o que é crucial, por qualquer conjunto de tais conjuntos. Mas este é um problema importante – na verdade, *o* problema básico da política e da ciência política – precisamente porque, para recorrer a uma redundância talvez sugestiva, a existência e a ubiquidade do desacordo e de interesses divergentes fazem dele algo essencialmente *problemático,* um problema cuja solução não sobrevém "naturalmente" ou "espontaneamente". Se se pretende fazer ciência política, portanto, seria

[13] Riker e Ordeshook, *An Introduction to Positive Political Theory*, pp.1-2.

totalmente impróprio pretender resolver tal problema por hipótese, isto é, pela simples adoção do que se caracterizou previamente como a abordagem utilitária no estudo de políticas públicas.

Posta a questão noutros termos, vê-se que o que falta a Mitchell no artigo acima citado é precisamente a noção da ação ou interação estratégica – ou seja, da ação racional e “instrumental” desenvolvendo-se no contexto da interação, num contexto que os outros se fazem presentes em princípio como sujeitos autônomos. Note-se o que há de sugestivo no ponto de contato que essa carência acarreta entre as ideias que Mitchell expõe nesse artigo e o pensamento de Habermas: também em Habermas – que minimiza, como vimos, o lugar da ação estratégica e pretende contrapor à racionalidade que lhe é própria uma concepção distinta de racionalidade referida à pura comunicação – o verdadeiro racional corresponde, como em Mitchell, ao consensual. É claro que seria impróprio exagerar a significação desse ponto de contato, pois em Habermas se trata de um consenso a ser obtido através do irredutível compromisso com a autonomia de cada participante no processo de comunicação, enquanto em Mitchell, e no pensamento conservador em geral, se trata de um consenso postulado, ou resultante de um processo de autorregulação cibernética ao nível global de um sistema concebido organicamente, e no qual se ignora por completo a possibilidade do “falso consenso” que reside no centro das preocupações de Habermas enquanto expressão precisamente de domínio. Contudo, tal ponto de contato não deixa de ser expressivo das dificuldades de uma conceitualização adequada da política que resultam da falha em apreciar de maneira apropriada a *articulação* entre os contextos da ação instrumental e da interação, e sobretudo o papel cumprido nessa articulação pela categoria da ação ou interação estratégica.

2. O problema “constitucional”. Ação coletiva, “externalidades” e “efeitos compostos”

Temos, pois, o problema “constitucional” entendido como o problema de minimizar as externalidades que o comportamento de uns acarreta para os outros e envolvendo por definição aspectos de cooperação (comunicação) em jogo com aspectos de luta e divergência de interesses, ou aspectos estratégicos em sentido estrito. Este é, como se disse, o problema central. Na apreensão de certas dimensões essenciais desse problema reside

o que é provavelmente a contribuição fundamental da perspectiva da *public choice* até o momento, e buscar-se-á agora avançar no esclarecimento de algumas de nossas principais questões substantivas e metodológicas pelo esforço de complementar a discussão da primeira parte com o exame crítico da maneira pela qual aquela corrente se tem situado perante as ramificações dele.

O lugar de especial relevo ocupado por Mancur Olson Jr. na literatura da *public choice,* com seu clássico sobre *A Lógica da Ação Coletiva*, deve-se precisamente ao fato de o volume dirigir-se a alguns importantes aspectos de tal problema e perseguir suas consequências para a teoria social e política.[14] Como se sabe, Olson critica, nesse volume, um postulado consagrado da sociologia tradicional (ou das ciências sociais em geral), postulado este segundo o qual as coletividades agem para a promoção de seus interesses grupais ou coletivos. Dado um conjunto de indivíduos cuja situação objetiva os leva a terem em comum determinado interesse, o postulado conduz à suposição de que tais indivíduos agirão, espontânea e naturalmente, de forma a procurar assegurar a realização de seu interesse comum. De acordo com Olson, a vigência de tal postulado estaria baseada em sua suposta congruência com a premissa do comportamento egoístico e racional por parte dos *indivíduos*: dado que se presume que os indivíduos são egoístas e racionais, e dado que o interesse comum corresponde ao interesse de todos, caberia presumir igualmente que os grupos compostos de tais indivíduos agirão na defesa de seus interesses. Olson revela o que há de logicamente inconsistente na extrapolação para o plano coletivo da premissa relativa ao comportamento individual, sustentando que, na medida em que sejam egoisticamente motivados e racionais, os indivíduos *não* agirão naturalmente para a promoção do interesse comum. Isso se deve a que se trata, com o interesse comum, de um *bem público* ou *bem coletivo,* o qual, por sua própria natureza, se assegurado para uma parcela qualquer de uma categoria de indivíduos em relação à qual ele se apresenta como tal, estará necessariamente assegurado para os demais. Daí que o bem público não represente por si mesmo, para indivíduos egoístas e racionais, um estímulo suficiente ao dispêndio de energia ou recursos necessário para sua consecução. Em consequência, a presunção deve ser que a ação coletiva não se realizará, a menos que haja coerção ou o que Olson denomina

[14] Olson, *The Logic of Collective Action.*

"incentivos separados", que atuem seletivamente em termos individuais e correspondam a ganhos ou benefícios individuais, derivados da participação na ação coletiva mas independentes da realização do próprio bem coletivo como tal.

O problema assim posto, que redunda no conflito entre interesses particulares e interesse comum para o caso da conduta racionalmente orientada, tem formulação a um tempo dramática e esquematizada no que se tornou conhecido na literatura dedicada à teoria dos jogos como o "dilema do prisioneiro", expressão que veio a se transformar numa espécie de designação genérica para as situações em que o problema em questão se acha envolvido. Aí, dois indivíduos que têm a possibilidade de ganho conjunto através da adoção de determinada linha de ação inscrita entre as alternativas que deparam são levados, dados os estímulos existentes à ação guiada pelo interesse particular, a adotar *racionalmente* estratégias que redundam em desastre para ambos. Um ponto adicional de interesse evidenciado pelo jogo do dilema do prisioneiro é o de que, ainda que a forma usual de apresentar a situação em que os agentes se veem envolvidos suponha a impossibilidade de comunicação entre eles, a possibilidade de que se comuniquem e cheguem eventualmente ao estabelecimento de um pacto de ação condizente com o interesse comum não virá senão a significar, dada a estrutura da situação, que cada qual terá motivos adicionais para agir de forma a promover seu interesse pessoal e a frustrar o interesse coletivo, e o pacto estabelecido estará destinado a não ser observado, a menos que os agentes venham a ser coagidos a observá-lo.

Apesar da elaboração e formalização que lhe é dada na literatura contemporânea da *public choice* e da teoria do jogos, a formulação em si do problema e não é de hoje. Ele pode ser encontrado, por exemplo, como subjacente a algumas das dificuldades que marcam a teoria hobbesiana da obrigação no contexto da passagem do estado de natureza para a sociedade civil, dificuldades que são objeto de intenso debate ainda em nossos dias[15]. Além disso, como assinalou recentemente Raymond Boudon, ele se encontra formulado de maneira perfeitamente clara, e com plena

[15] Vejam-se, por exemplo, Howard Warrender, *The Political Philosophy of Hobbes,* Oxford, Oxford University Press, 1957; John Plamenatz, "Mr. Warrender's Hobbes", *Political Studies,* vol. V, no. 3, outubro de 1957; e A. E. Taylor, "The Ethical Doctrine of Hobbes", em Keith Brown, (ed.), *Hobbes Studies,* Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1965.

consciência das implicações, no *Discurso sobre a Origem da Desigualdade,* de Rousseau, cumprindo papel essencial na teoria política deste autor.[16] Por outro lado, discussões recentes, como as realizadas pelo próprio Boudon em *Effets Pervers et Ordre Social,* procuram situar o "dilema do prisioneiro" como caso especial do problema geral dos "efeitos perversos" (ou "efeitos agregados", ou "efeitos compostos"). Tal problema foi tratado de maneira pioneira, contemporaneamente, em um clássico artigo de Robert K. Merton, tendo, porém, na sua forma genérica, antecedentes em autores tais como Mandeville, Adam Smith e mesmo Marx, além de Rousseau. Ele se caracterizaria, nessa forma genérica, por envolver "efeitos coletivos e individuais que resultam da justaposição de comportamentos individuais sem estarem incluídos nos objetivos buscados pelos atores".[17]

Seja como for, do ponto de vista do que aqui nos interessa, o importante é que se trata sempre de situações em que temos como aspecto saliente as consequências que derivam para cada participante, e para os interesses ou objetivos por ele buscados, do fato de que há outros participantes atuando com vistas à realização de seus próprios interesses ou objetivos, supondo-se, ademais, que a ação destinada à realização dos interesses que a motivam se guia por considerações de eficácia – ou seja, é uma ação passível de ser tratada em termos de racionalidade. Naturalmente, podem considerar-se toda uma série de situações diversas, nas quais o grau de complexidade resultante da interdependência das ações pode variar enormemente, indo desde os casos que corresponderiam mais estritamente ao modelo da interação estratégica na forma simplificada da interação entre dois indivíduos (que pode ainda variar conforme se trate de interação disciplinada por regras estabelecidas, cujo protótipo seria o de um jogo de estratégia, ou de indivíduos que se confrontem num suposto "estado de natureza") até o da interação entre grande número de indivíduos e de agentes coletivos de natureza variada, e envolvendo uma trama grandemente complicada de conjecturas de parte de cada qual sobre os prováveis efeitos das ações dos demais e um grau elevado de incerteza. O próprio Olson estabelece algumas distinções importantes nesse sentido,

[16] Boudon, *Effets Pervers et Ordre Social*, pp.20-21, por exemplo.
[17] Ibid., pp.7 e seguintes*.,* citação da p.10. O artigo de Merton mencionado é "The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action", *American Sociological Review,* 1936, vol.1, pp.894-904. Com respeito a Marx, como sustenta Boudon no volume citado, o uso feito da ideia de "contradição" corresponde claramente à noção de efeitos perversos.

como a que se dá entre os grupos pequenos e os grupos ou categorias de grandes dimensões, denominados grupos "latentes", derivando da distinção proposições em que se afirma a existência de probabilidades diversas de obtenção do interesse comum em cada caso. Parece bastante claro, porém, que o caso de situações em que tenhamos "efeitos perversos" em sentido mais estrito, resultantes da agregação ou composição da ação de numerosos indivíduos, pode ser tratado como um caso particular das "externalidades" que derivam das ações de uns para os objetivos de outros, as quais incluiriam *também* o caso de situações em que tais externalidades se dão nas interações entre grupos menos numerosos de agentes ou mesmo entre apenas dois agentes, e em que a interferência dos objetivos de uns com os de outros resultam, de maneira mais ou menos "casual", da simples "co-presença"; e que ambos os casos acima podem ser reunidos aos casos especiais em que, independentemente do número de participantes, os resultados positivos ou negativos para uns que advêm das ações dos outros não são consequências inadvertidas ou casuais de um efeito de composição ou da simples co-presença, mas são antes efeitos *deliberadamente buscados* em tais ações. O crucial, portanto, do ponto de vista do objetivo de marcar o domínio da política – pois é disso que se trata –, é que tenhamos a interferência recíproca dos objetivos de uns com os objetivos de outros, sendo secundário, apesar da importância do reconhecimento do caráter sempre "intencional" das ações, o fato de que certos efeitos sejam buscados *como tais* ou não.

Isso permite explorar de maneira esclarecedora alguns aspectos usualmente destacados em conexão com a problemática própria da política. Um deles é a ligação frequentemente estabelecida entre política e "territorialidade", que encontra expressão mais clara na literatura de inspiração jurídica, com a ênfase que aí se costuma dar ao território como um dos elementos a comporem a própria definição do estado.[18] Sem entrar a discutir o mérito último de abordagens que destaquem de maneira especial esse aspecto, é inegável a relevância de que efetivamente se reveste a dimensão territorial para a política, concorrendo de maneira decisiva para delimitar o âmbito ou alcance das unidades mais abrangentes que se

[18] Herman Heller, *Teoria do Estado,* São Paulo, Mestre Jou, 1968, é um exemplo um tanto especial, combinando a tradição jurídica com uma abordagem mais sociológica na noção de "cooperação social-territorial".

impõem como pontos de referência, usualmente, no exame de qualquer processo político concreto – aquilo que em inglês se designa como a *polity.* O que pretendo salientar, na ótica fornecida pelos parágrafos anteriores, é que a relevância da dimensão territorial tem a ver com o fato de que a ocupação em comum de determinado território constitui a forma mais óbvia de se produzir a "co-presença" (o que é mesmo um enunciado tautológico) de interesses ou objetivos diversos e, consequentemente, a interferência necessária de uns com os outros. Naturalmente, fatores de natureza variada (geográfica, ecológica, econômica, tecnológica, militar ou, se se quiser, "sociológica" em sentido amplo) contribuem para emprestar caráter relativo a essa ideia de co-presença ou co-territorialidade e para configurar em cada caso o âmbito efetivamente relevante de uma contiguidade territorial que, vista de certa forma, pode ser percebida como estendendo-se à escala planetária e como sofrendo soluções de continuidade meramente "artificiais". Essa reserva não afeta, porém, o ponto básico contido naquela proposição.

Outro aspecto tem a ver com a evidência de que certos tipos de grupos, tais como as classes sociais (tomada a expressão em sentido amplo) e os grupos étnicos (independentemente de contarem ou não com uma base territorial determinada), se mostram relevantes para a vida política de maneira peculiar, que os reveste de singular importância. Com efeito, tais grupos não apenas fornecem com grande frequência o substrato ou o ponto de referência para a ação política, como também costumam ser objeto de formas de ação política caracterizadas por envolvimento especialmente intenso dos participantes. Pois bem: constata-se que esses dois tipos de grupos compartilham certas características entre si e com as coletividades de base territorial que têm consequências importantes do ponto de vista da questão da interferência recíproca dos interesses uns com os outros. Isso se torna claro quando os confrontamos com os grupos que certa literatura teórica no campo da sociologia tem designado como grupos "funcionais", os quais são grupos dedicados a objetivos específicos e caracterizados pela participação voluntária e segmentar de seus membros. Por contraste, os grupos étnicos e as classes sociais são grupos "multifuncionais" de objetivos difusos (na medida em que caiba realmente falar de "objetivos" com respeito a tais grupos), caracterizando-se ainda pelo fato de que a participação dos indivíduos não é objeto de decisão voluntária (sendo de natureza "adscrita", para usar a terminologia introduzida na primeira parte)

e assume tipicamente a forma de uma "inserção" total de seus membros: trata-se aqui de "microcosmos" ou subculturas capazes de condicionar as orientações e as ações dos indivíduos de maneira abrangente e complexa.

Ora, vê-se que as características de adscrição, inserção envolvente e multifuncionalidade (formando, claramente, uma síndrome de traços cuja associação não é acidental) distinguem também as coletividades de base territorial, que podem mesmo ser vistas, de certa forma, como o caso por excelência de agrupamento multifuncional – um certo elemento de "territorialidade" estando *tendencialmente* presente nos outros dois tipos de grupos multifuncionais considerados. Daí o significado político especial de grupos como as classes e etnias, a participação nos quais não pode ser objeto de uma "segmentarização" ou compartimentalização de objetivos, donde a consequência de que serão naturalmente focos ou fatores de interferência recíproca ou confronto de objetivos diversos, e particularmente de "competição" com as demandas provenientes da coletividade territorial politicamente organizada em que se integrem.[19] Daí também algo que ajuda e esclarecer a relevância política da própria dimensão territorial, salientando na multifuncionalidade que é inerente às coletividades territoriais os aspectos que as tornam por si mesmas propensas a engendrar o entrechoque de interesses ou objetivos e que fazem da ocupação em comum de determinado território a condição, por assim dizer, em que não se escapa dos outros – ou, por outras palavras, em que fatalmente se produzem "externalidades".

3. Sujeitos coletivos versus individualismo metodológico: crítica a M. Olson. Interesses e solidariedade, o estratégico e o organizacional.

Outra dimensão ou ramificação importante do que se descreveu acima como o problema "constitucional" é a que tem a ver com o jogo entre aspectos de cooperação e luta, comunicação (interação "pura") e estratégia. Naturalmente, este é, no fundo, o mesmo problemas das externalidades (e de sua "internalização") abordado acima, e é só o interesse do

[19] Quanto às classes, se partimos, com Marx, da suposição de afinidade entre a forma assumida pelas relações entre classes e as ideias dominantes na sociedade como um todo, o que se diz no texto se aplicaria, naturalmente, às classes subordinadas.

esclarecimento analítico dos problemas que permite (e requer) sua decomposição em dimensões – observação que se aplica, de resto, a outros aspectos a serem considerados.

Percebe-se que o que se encontra envolvido na concatenação dos aspectos de cooperação e luta é, em última análise, a questão do sujeito, no segundo dos sentidos que se fixaram para essa questão ao final da primeira parte, ou seja, o de *quais* são os sujeitos coletivos reais do processo político, o que equivale a indagar como se constituem como sujeitos – e eventualmente como *deixam* de sê-lo. Se se examina a questão do ponto de vista da literatura da *public choice* e do instrumental analítico a que recorre usualmente, dois itens relacionados merecem provavelmente destaque a respeito: o de "egoísmo" versus "altruísmo" nos supostos que caracterizam a abordagem e o do "individualismo metodológico" também aí encontrado.

O individualismo metodológico, isto é, a postura metodológica que consiste em considerar os indivíduos como ponto de partida e como os únicos verdadeiros agentes (ou verdadeiros *sujeitos)* no processo sócio-político, é sem dúvida um suposto explícito e crucial na literatura da *public choice.* Ele pode ser ilustrado com *The Calculus of Consent,* de J. Buchanan e G. Tullock, onde se contrapõe uma concepção orgânica do estado a outra individualista e contratualista e se argumenta em favor desta última; ou com *Effets Pervers et Ordre Social,* de Boudon, onde o individualismo metodológico é posto em correspondência com as próprias vantagens que o autor enxerga numa abordagem "interacionista" às ciências sociais capaz de atentar para os aspectos *intencionais* da ação, por contraste com o determinismo estrutural próprio da abordagem denominada "sociologismo".[20] O individualismo metodológico tem o mérito inegável de recusar-se a resolver por hipótese, em qualquer nível (vale dizer, no nível de grupos parciais de qualquer tipo, bem como no da sociedade global), aquilo que é precisamente o problema decisivo de quais vêm a ser os sujeitos coletivos do processo sócio-político. As posturas alternativas, com efeito, tendem a bifurcar-se entre, de um lado, a postulação de um caráter orgânico no plano da sociedade global como um todo, omitindo ou minimizando os elementos de tensão e luta entre unidades coletivas parciais; e, de outro, a ênfase na importância de tais unidades parciais e da

[20] Buchanan e Tullock, *The Calculus of Consent*, partes citadas na nota 12 acima; Boudon, *Effets Pervers et Ordre Social*, pp.12-15 e especialmente p.57.

tensão entre elas, mas frequentemente sem maior sensibilidade para o que há de problemático, não apenas na constituição de um consenso "orgânico" ao nível global, que se nega de partida, mas também na constituição das próprias unidades parciais como tal, ou seja, como sujeitos capazes de agir coletivamente em uníssono. O interesse central da obra de Olson acima mencionada *(The Logic of Collective Action)* reside exatamente na força com que adverte para esse caráter problemático, que ocorreria, de resto, não somente no caso da passagem do estritamente individual para o coletivo, mas, em geral, em qualquer caso de passagem do particular para o comum ou compartilhado, embora com variedade de matizes. Note-se, ademais, o ponto de contato entre o privilégio metodológico concedido ao indivíduo na análise, de um lado, e, de outro, a necessidade, que deparamos anteriormente a propósito de Habermas, Arendt e Marx, de se tomar o indivíduo como ponto de referência na perspectiva orientada por um "interesse emancipatório" comprometido com a eliminação da dominação.

Ocorre, porém, quanto à adesão ao individualismo metodológico no campo da *public choice,* que ela evidencia algo que se poderia descrever como o defeito de sua virtude. De fato, o elemento saudável de cautela contra a simples postulação da existência de certas entidades como correspondendo a sujeitos coletivos reais se transforma com frequência praticamente em vedar a possibilidade de se atribuir a grupos ou coletividades a capacidade de ação intencional, ou seja, de se constituírem em sujeitos. Tal proibição aparece, por exemplo, como implicação direta da assimilação feita por Boudon entre o individualismo metodológico e a consideração dos aspectos intencionais da ação. Embora de maneira mais nebulosa, também em Olson a contribuição inestimável contida na análise do caráter problemático da ação coletiva se faz acompanhar de inconvenientes análogos, trazendo como contrapeso a negação quase total da relevância analítica dos aspectos de qualquer natureza que possam ser vistos como produtores de *solidariedade* e, consequentemente, de ação em comum que não seja o resultado direto da simples coerção ou da remuneração ao interesse individual como tal (os incentivos "separados" ou "seletivos"). Este é um ponto de grande importância, pois permite transitar para a questão de egoísmo ou altruísmo e para o esclarecimento do alcance da ligação acima assinalada entre o individualismo metodológico e uma perspectiva "crítica" que tenha a autonomia individual como referência.

Com efeito, a indagação óbvia que as proposições de Olson sugerem é a do papel eventualmente desempenhado na ação coletiva por motivos de ordem moral, afetiva ou ideológica que sejam capazes de engendrar solidariedade e *ação solidária* – em síntese, vistas as coisas em certa ótica, por motivos de natureza *altruística.* Claramente, a sugestão básica de Olson pode ser válida como crítica à extrapolação, para o caso da ação coletiva, de princípios que supostamente regeriam a ação estritamente individual em certas esferas sem que isso determine a resposta a ser dada à questão de como se desenvolve a ação coletiva. Esta poderia dar-se, se deixamos de lado o caso da coerção pura e simples, seja através de incentivos seletivos ao *interesse* individual para o caso da adoção de formas de conduta compatíveis com o bem coletivo, seja pela presença de motivos como os que acabamos de mencionar. Seria essa uma distinção relevante? Não a julgar pelo que diz Olson, que se desembaraça do problema da motivação moral ou ideológica em simples nota de pé de página, com base na possibilidade de interpretá-la como correspondendo a condicionantes da ação que variariam individualmente e proveriam estímulos distintos dos representados pela própria realização do bem coletivo, podendo ser descritos em termos do objetivo de alcançar determinados estados psicológicos (estar em paz consigo mesmo, sentir-se solidário) e subsumidos, em consequência, sob o rótulo de "incentivos seletivos" ou "incentivos separados". Dito de outra forma, não seria em si o benefício associado à realização do bem coletivo que levaria à ação conducente ao mesmo, mas a obtenção de um objetivo que seria ainda interpretável como individual.

Contudo, essa interpretação corresponde precisamente a negar o caráter inexorável do dilema de Olson, pois ela implica a admissão de que existe a possibilidade de compatibilizar objetivos coletivos e individuais. Admitida essa possibilidade – ou seja, admitido que, por motivos de ordem moral ou ideológica, os indivíduos podem ser levados a se prescreverem objetivos que remetem à realização do interesse coletivo –, a natureza do problema básico se modifica. Naturalmente, Olson poderia contestar que o objetivo de sua análise seria precisamente revelar as condições de conciliação entre interesses individuais e interesses coletivos e que a noção de incentivos seletivos seria aquela através da qual se poderia enunciar genericamente tais condições, que encontraríamos não apenas no caso da ação compatível com o bem coletivo moral ou ideologicamente motivada,

mas também no caso em que essa ação é motivada por expectativas de ganho ou pelo estrito interesse individual. O ponto importante, porém, consiste em salientar a diferença entre esses dois casos, diferença que a colocação de ambos sob a rubrica de "incentivos seletivos" deixa na sombra: no segundo caso temos o indivíduo atuando em prol do interesse coletivo em função de uma barganha em que este lhe é alheio, enquanto no primeiro o vemos atuando em função de uma norma interior que lhe prescreve o interesse coletivo como objetivo manifesto de sua ação, ainda que o cumprimento das ações correspondentes possa ter – para traduzir em termos de Robert Merton o que Olson sustenta a respeito – "funções latentes" para o indivíduo em questão.

A importância da diversidade de implicações desses dois casos é bastante clara. O caso em que o indivíduo age em função de uma norma interior que lhe prescreve o interesse coletivo corresponde, em terminologia weberiana, à ação comunal ou comunitária, fundada em sentimentos de solidariedade. E a introdução da ideia de solidariedade e da ação nela inspirada é que altera os termos do problema discutido por Olson, permitindo situar fenômenos que a estrita perspectiva de interesses individuais tende a obscurecer. Basicamente, o problema se transpõe então para o nível de algumas questões empíricas: (1) Existem ou não efetivamente, nesta ou naquela categoria de indivíduos que represente uma coletividade potencial, laços ou sentimentos reais de solidariedade? (2) Tais sentimentos são de molde, dados sua intensidade e outros aspectos da situação (tais como os que têm a ver com a distinção de Olson entre grupos pequenos ou "privilegiados" e grupos "latentes"; ou, para tornar o contraste mais extremado, os que distinguem um grupo "latente", no sentido de Olson, de uma família harmoniosa e coesa), a produzir ação condizente com os objetivos comuns (solidários) de maneira natural e automática? (3) Em qualquer caso, quais são os elementos de natureza *organizacional* – portanto, voluntária e instrumental, e mesclando componentes estratégicos e comunicacionais ou de deliberação coletiva – que se superpõem ou procuram superpor-se à base de solidariedade potencial ou real com vistas a assegurar os objetivos comuns? Naturalmente, um enfoque como este supõe, por parte do analista, não apenas a possibilidade de diagnosticar a existência de bases "potenciais" de solidariedade (o que não envolveria qualquer problema relativamente a Olson, pois aqui se incluiriam precisamente seus grupos latentes, bem como qualquer outro caso em que

seja possível apontar o compartilhamento "objetivo" de certa condição), mas também a de apreender de alguma forma o grau em que essas "bases" se traduzem na existência de coletividades ou grupos sociais efetivos, com objetivos compartilhados e aptidão a mobilizar-se em função deles, eventualmente em correspondência com o compartilhamento de atitudes, "visões do mundo" comuns e elos afetivos reais (que é o que Olson se recusa a enxergar ou salientar).

Tudo isso já fornece certas pistas com respeito à questão de egoísmo-altruísmo. Mas boa via de acesso ao melhor esclarecimento dessa questão, que nos permitirá tocá-la em conexão com outros aspectos do problema geral, consiste em tomar a maneira pela qual ela surge no texto do próprio Olson. Com efeito, apesar de Olson ter em mente em geral o caso do comportamento egoísta ou *self-interested,* justamente o exame do caso dos grupos latentes, que correspondem ao caso mais típico do dilema olsoniano, introduz um matiz importante. Trata-se de que, neste caso, conforme Olson afirma expressamente,[21] as dificuldades para a realização do interesse comum derivam não tanto da oposição entre interesses coletivos e interesses particulares de indivíduos egoístas, mas antes do problema de coordenação que resulta, dadas as dimensões do grupo, da *irrelevância* da ação de qualquer indivíduo considerado isoladamente para a realização do interesse comum, uma vez que a contribuição que as ações de cada indivíduo aportam para o efeito global é infinitesimal: isso levaria, supõe Olson, mesmo indivíduos altruisticamente motivados, se racionais, a não investirem recursos ou esforços para a obtenção do interesse comum. O suposto crucial de Olson na caracterização do problema da ação coletiva de que se ocupa não consistiria, portanto, na motivação egoística das ações, mas antes na racionalidade.

Essa análise contém a particularidade curiosa de negar-se a si mesma. Pois, se ela é correta, o racional para o altruísta é agir altruisticamente, isto é, de maneira condizente com a realização do interesse comum, sob pena de reduzir por suas próprias ações as chances de realização de seus objetivos (altruístas). A análise só seria válida na suposição de que o analista (Olson, no caso) pode alcançar um grau superior de racionalidade no diagnóstico dos aspectos relevantes da situação que estaria vedado aos próprios agentes

---

[21] *The Logic of Collective Action*, pp.64-5.

do processo social. O que ela tem de problemático fica particularmente evidente se a transpomos para a estrutura simplificada da historieta que normalmente acompanha a descrição do jogo do dilema do prisioneiro, em que temos apenas dois indivíduos a decidirem, cada um procurando levar em conta a provável decisão do outro: todo o interesse do jogo consiste, como vimos, em mostrar como, *em decorrência de se orientarem as decisões por motivos egoísticos de parte a parte,* o resultado, ainda que deva ser tratado como advindo de comportamentos racionais em termos de objetivos individuais e egoísticos, é claramente o fruto de uma *irracionalidade* em termos de objetivos passíveis de serem tomados como *comuns* e que a estrutura da situação define com clareza. Se transpomos para este nível a proposição de Olson reproduzida no parágrafo anterior, vê-se que ela equivale a supor que prisioneiros que fossem por definição solidários e altruístas continuassem a agir *como se* tivessem objetivos individualistas e egoísticos, o que seria, naturalmente, rombuda irracionalidade – contrariando frontalmente o próprio suposto de comportamento racional que se alega ser o postulado fundamental da análise.

Por certo, a consideração do problema no nível das categorias sociais numerosas que correspondem aos grupos latentes altera os seus termos justamente ao introduzir os efeitos resultantes do grande número e do caráter infinitesimal (em casos extremos, naturalmente) da contribuição de cada um. Mas o que aqui importa estabelecer é que tais efeitos *são,* se Olson tem razão, inequivocamente um fator de *irracionalidade* no comportamento dos agentes se supomos objetivos solidários e motivação altruística – e fica bastante claro que Olson não é inteiramente consequente com o que afirma tomar como postulado no que se refere a egoísmo-altruísmo, de um lado, e a racionalidade, de outro. Registremos de passagem a observação interessante, no contexto da referência polêmica a Habermas no correr do presente trabalho, de que esta é precisamente uma das variantes do sentido em que cabe falar de irracionalidade de determinada sociedade (capitalista, tecnocrática): o de objetivos *reais* que se frustram. Na variante em questão, tal frustração decorreria da própria maneira como se desenvolvem as atividades que visam a realizar os objetivos, correspondendo estritamente à ideia dos “efeitos perversos”, de Boudon, e à “contradição” de Marx.

Que dizer, nessa perspectiva, do problema geral do caráter egoísta ou altruísta da motivação dos agentes e de seu papel na análise? Esse problema desperta tradicionalmente grande celeuma, associando-se com disputas em torno do maior ou menor “realismo” de concepções supostamente propensas a salientar seja os elementos de conflito (“interesses”, “luta”, “coerção”), seja os elementos de consenso (“valores”, “normas”, “equilíbrio”) na realidade social e política.[22] A celeuma não é maior, porém, do que as confusões de que se carrega. Destaquemos apenas, como exemplo mais sugestivo, em nosso contexto, dos equívocos envolvidos, a ênfase simultânea, por parte da literatura que melhor corresponderia à perspectiva “conflitual”, nos elementos “realísticos” de interesse e luta, por um lado, e, por outro, nos elementos de coesão necessários seja para dar conta das solidariedades *parciais* (que são um requisito para o conflito se cristalizar e se tornar efetivo), seja para propor a meta de uma sociedade “racional”, não-conflitual ou não-contraditória – em síntese, o problema mesmo das relações complexas entre o “comunicacional” e o “estratégico” a respeito do qual vimos antes as vacilações de Habermas. Diante dos matizes de tal problema, qual seria a motivação adequada a se postular, egoísta ou altruísta?

Formular a indagação nesse contexto é evidenciar o que ela tem de impróprio. Pois torna-se bastante claro que a caracterização de determinado motivo ou ação como sendo egoísta ou altruísta é algo que depende inteiramente do ponto de vista que se adote. Assim, quando atuo em benefício dos interesses de *minha* família, de *meu* partido, de *minha* classe, de *meu* país, sou egoísta ou altruísta? Ou “egoísmo” aplica-se apenas à atuação motivada por interesses estritamente individuais? Neste caso, como avaliar, digamos, o burguês que atue em prol dos interesses de sua classe? Ainda que por hipótese essa ação vise *deliberadamente* a consolidar ou aumentar a exploração de outra classe mais numerosa e se traduza diretamente na defesa de seus interesses pessoais, ela é um exemplo de altruísmo tanto quanto de egoísmo. E o proletário que trate de promover os seus próprios interesses através da ação coletiva de classe, ao se tornar “consciente” e perceber a identificação de seus interesses com os de sua classe, é um exemplo de egoísmo tanto quanto de altruísmo. Vê-se, para

[22] Veja-se especialmente Ralf Dahrendorf, *Class and Class Conflict in Industrial Society,* Stanford, Cal., Stanford University Press, 1959.

evitar elaborar excessivamente algo perfeitamente óbvio, que a questão do caráter egoísta ou altruísta da motivação como tal é simplesmente irrelevante, e o que importa é a existência real na sociedade de "propostas" – para expressá-lo assim – de definição de fins coletivos (ou individuais, naturalmente) e de ação em função deles, bem como o grau de viabilidade ou as chances de êxito efetivo de tais propostas, chances estas condicionadas pelas respostas às indagações empíricas acima formuladas a respeito do papel dos fatores de solidariedade em Olson. Do ponto de vista da questão da racionalidade, que é aquela onde o problema da motivação egoísta ou altruísta surge reiteradamente de maneira explícita, o que importa é de fato, como sustenta Olson, a adequação da ação a fins "dados" de qualquer natureza – contanto que não se jogue, precisamente, com respeito à natureza dos fins, descrevendo como "racional" uma ação *egoísta* num contexto em que se postulam fins *altruístas.*

Mas, apesar de mal posta e irrelevante em sua colocação tradicional em termos do realismo, em geral, da suposição relativa ao caráter egoísta ou altruísta da motivação como tal, a questão de egoísmo-altruísmo toca, por certo aspecto, no cerne mesmo da questão mais básica da política. Pois ela remete ao problema do maior ou menor alcance ou abrangência coletiva dos fins que se perseguem em qualquer ação dada, ou seja, do grau em que tais fins são efetivamente compartilhados por um conjunto mais ou menos extenso de membros de determinada coletividade territorial (ou mesmo, naturalmente, de mais de uma coletividade territorial). Não são casuais, certamente, as ressonâncias que a contraposição altruísmo-egoísmo contém em comum com outras que temos aqui considerado em sua relevância para a temática política, tais como a dicotomia amigo-inimigo de Schmitt, ou cooperação-luta e comunicação-estratégia. Desse ponto de vista, o importante é captar em termos sociológicos a dialética que se exprime em abstrato, de certa maneira, na contraposição e no jogo de egoísmo e altruísmo na área da motivação.

A intuição talvez mais perceptiva dessa dialética, que permite situar em sua fluidez o que anteriormente se denominou o problema do sujeito no que tem de relevante especificamente para a esfera da política, surge na descrição fornecida por Alessandro Pizzorno das relações entre "sistemas

de solidariedade" e "sistemas de interesse".[23] Como sugere Pizzorno, o interesse de um ator significa "a ação pela qual ele se distingue de outros atores, visando a melhorar sua posição relativa no confronto com estes. (...) Para que tal ação seja possível é necessário que seus resultados sejam mensuráveis – isto é, passíveis de serem avaliados em termos de *melhor* ou *pior*, de *mais* ou *menos* – e que o critério de mensuração seja comum ao ator e àqueles com respeito aos quais o ator pretende melhorar sua posição. (...) Um sistema de interesses comporta, portanto, um sistema de avaliações comuns que servem a um conjunto de atores..."[24] – ou seja, ele requer um sistema de *solidariedade* subjacente, ainda que os objetivos que em tal sistema se compartilham correspondam apenas às condições que permitem aos atores empenhar-se no jogo de vantagens comparativas. Por outro lado, contudo, a constituição de um sistema de solidariedade se dá pela referência aos valores de um sistema de interesses, através do processo de formação do que Pizzorno denomina "áreas de igualdade". Com efeito, "aqueles que participam numa coletividade solidária colocam-se, enquanto membros da mesma, como iguais perante os valores de um determinado sistema de interesses". Em outras palavras, um sistema de solidariedade se constitui pela negação, ainda que numa área mínima, das desigualdades correspondentes a determinado sistema de interesses.[25]

Temos, pois, clara relação de implicação mútua entre os dois conceitos, à qual corresponde, no plano real, um jogo dialético de crucial importância. Tal como no caso do exame feito há pouco das relações entre egoísmo e altruísmo, aqui também, por contraste com a simplória oposição usual entre "interesses" e "solidariedade" ou conceitos correlatos a ser encontrada em certo tipo de confronto de orientações nas ciências sociais, é importante notar que a distinção entre ação "interessada" e ação "solidária" não diz respeito senão ao ângulo a partir do qual focalizemos a ação em questão. Em certo sentido, não há diferença entre os conceitos de solidariedade e interesse, proposição esta que se esclarece pela observação de Pizzorno, em citação de Leopardi, de que um sistema de solidariedade corresponde à condição em que "o *amor próprio* dilata o quanto pode o seu

---

[23] Alessandro Pizzorno, "Introduzione allo Studio della Partecipazione Politica", *Quaderni di Sociologia,* vol. 15, nos. 3-4, julho-dezembro de 1966, pp.235-288.
[24] Ibid., pp.252-3.
[25] Ibid., p.256.

objeto".[26] Tudo depende, para um dado ator, da maneira pela qual ele define o sistema de interesses relevante para sua ação, o que equivale a definir o âmbito de sua solidariedade relativamente aos interesses de que se trata. De outro ponto de vista, constatar a existência de uma coletividade *solidária* de qualquer tipo é definir um foco coletivo de *interesse*. Assim, enquanto "interesse" diz respeito a qualquer fim ou objetivo próprio ("próprio" referindo-se seja a atores individuais, seja a atores coletivos), "solidariedade" refere-se ao *compartilhamento* de objetivos ou interesses (que pode dar-se, igualmente, em diferentes escalas).[27]

Um ponto crucial, porém, para o argumento que aqui se desenvolve, ponto este que não é destacado por Pizzorno, é o de que sempre que uma coletividade ou categoria de qualquer natureza adquire os traços que permitem vê-la como um sistema de solidariedade – tornando-se uma "área de igualdade" com respeito a alguma questão relevante – ,ela se torna *ipso facto* um sistema de *interesses* do ponto de vista das relações *internas* entre os seus membros. Estes serão levados, em tal condição, a competir ou se confrontar uns com os outros em termos de formas mais restritas de

[26] Ibid., p.252.

[27]Poder-se-ia objetar que as relações descritas entre solidariedade e interesses derivam precisamente da definição "especial", e talvez imprópria, da noção de "interesse", na qual ela é reduzida a qualquer objetivo de um agente, independentemente de sua natureza. Não seria possível definir "interesse" de maneira a sustentar a relevância da oposição entre interesses e solidariedade nos termos do confronto de orientações mencionado no texto? Os critérios óbvios que ocorrem teriam a ver com a natureza "material" ou "econômica" dos objetivos, ou com as possíveis vantagens de se tomar a noção de interesse numa acepção em que ela venha a corresponder a objetivos materiais ou econômicos. Se tomamos objetivos "econômicos", de duas, uma: ou se aceita a posição, apresentada anteriormente no texto, que se recusa a identificar o econômico com qualquer tipo de bens ou valores distinguidos. por sua natureza intrínseca, caso em que falar de "objetivo econômico" não altera os termos do problema; ou, ao contrário, se recusa aquela posição, ligando-se a ideia de interesse econômico precisamente à de objetivo *material* de algum tipo. Mas falar de "objetivos materiais" como critério com base no qual estabelecer a distinção entre solidariedade e interesses exigiria, naturalmente, que o compartilhamento de objetivos materiais não pudesse servir de fundamento para relações solidárias, o que seria, claramente, impor uma restrição imprópria ao significado de "solidariedade". De outro lado, nada há que permita sustentar que não se possa agir de maneira egoísta ou "interessada" com respeito a objetivos não-materiais. Parece claro, portanto, que o único critério aceitável é o do grau em que se dá o empenho de distinguir-se ou afirmar-se perante os outros ou de identificar-se com os outros, qualquer que seja a natureza intrínseca dos objetivos em jogo quanto aos demais aspectos da ação.

solidariedade, ou, num limite logicamente concebível, de objetivos ou interesses estritamente individuais. Tal competição ou confrontação se dará seja em torno de novas questões, inteiramente à parte daquela em torno da qual se constituiu originariamente a "área de igualdade" e o sistema de solidariedade; seja em torno do grau em que os membros têm acesso a recompensas de qualquer natureza associadas a sua contribuição diferencial para os próprios objetivos comuns – isto é, aqueles objetivos mesmos em termos dos quais a coletividade em questão pode ser vista como um sistema de solidariedade, e com respeito aos quais se impõe, naturalmente, um problema de *eficácia* na atuação da coletividade relativamente ao sistema de interesses que constitui seu *ambiente*. O processo *interno* de confrontação ou competição pode assumir, por certo, formas mais intensas ou mitigadas de acordo com variados fatores, entre os quais adquire relevo o da própria intensidade que assume a luta – ou, mais genericamente, o relacionamento *estratégico* – da coletividade com as outras (os outros mas de solidariedade) que ajudam a compor o ambiente (o sistema de interesses abrangente) em que todas atuam. É fácil perceber a afinidade dessas proposições com a intuição básica contida na famosa "lei de ferro da oligarquia", de Robert Michels. E a explicitação dessa afinidade oferece a oportunidade para se destacar também explicitamente que a ideia de sistemas de solidariedade envolvidos num processo de configurar-se como tal e atuar no âmbito de sistemas de interesses em que objetivos variados se entrecruzam em choques e alianças, se, por um lado, coloca por definição um problema de relações estratégicas *entre* sistemas de solidariedade, coloca também fatalmente um problema estratégico *internamente* a tais sistemas. Por outras palavras, o problema da constituição plena de um sistema de solidariedade capaz de desempenhar-se com êxito perante os interesses em função dos quais ele se diferencia e individualiza no bojo de um sistema geral de interesses é, em ampla medida, um problema de *organização* – e tal problema de organização envolve, concomitantemente com ingredientes de comunicação e na medida mesma em que visa ao êxito e à "afirmação de si" correspondente à definição do interesse como o "distinguir-se", a presença importante de ingredientes estratégicos tanto externa quanto internamente. A perspectiva da *public choice,* em alguns de seus produtos (dos quais *The Logic of Collective Action* seria o exemplo por excelência), destaca este aspecto estratégico, organizacional e de interesses

– a um certo custo. Tal custo não seria, porém, inerente ao recurso aos instrumentos da abordagem por si mesmo.

Voltemos a Olson. Diversos aspectos das proposições recém-formuladas (a implicação recíproca entre interesses e solidariedade e certa diluição do contraste entre essas duas noções, a ênfase de há pouco nos aspectos estratégicos e de interesses) pareceriam opor-se à ênfase anterior, contra Olson, na relevância da ideia de solidariedade como fator de emergência da ação coletiva sob a forma de ação comunal. O ponto que importa destacar, contudo, contra Olson (ou, mais cautelosamente, como complemento a Olson), é o de que, assim como seria enganoso falar de ação solidária sem ter em mente o que há nela de ação interessada, assim também é impróprio falar de interesses e de ação interessada sem ter presente que tendem a corresponder a "focos" ou núcleos *coletivos* mais ou menos amplos e a implicar, portanto, a ocorrência de solidariedade. Uso deliberadamente a expressão "*tendem* a corresponder" para reservar espaço para a consideração de dois matizes. De um lado, o fato simples de que, afinal de contas, existe também a possibilidade de se falar de interesses estritamente individuais. De outro, as questões, anteriormente destacadas, que giram em torno da diferença entre o caso do simples compartilhamento de uma condição objetiva de qualquer tipo e o caso em que temos a existência de algo que corresponde à definição de um *grupo social* propriamente, envolvendo a presença e o compartilhamento, em alguma medida, de elementos de natureza subjetiva, e muito especialmente de fins ou objetivos comuns *reais.* O núcleo da análise de Olson se dirige, com os "grupos latentes", a situações que se ajustam antes ao primeiro desses dois casos, com respeito às quais a comunalidade de fins é antes imputada do que real e só cabe falar de "interesses" num sentido em que essa noção se aproxima da problemática ideia de "interesses objetivos". Noutros termos, Olson, como vimos, na verdade não coloca o problema da comunalidade real de fins como um problema *empírico,* presumindo que se trata de um problema que pode ser posto e solucionado no nível meramente analítico. Essa presunção deriva claramente de que Olson *parte* de supostos em que se eliminam os grupos sociais como entidades reais, e o dilema mesmo por ele situado tem a ver diretamente com isso: temos apenas indivíduos (ou entidades *particulares* movidas sempre por objetivos próprios, mesmo quando se pretende que um "interesse objetivo" compartilhado com outros seria o motivo "altruístico" ou solidário de sua ação), sendo necessário

coagi-los ou remunerá-los enquanto tal para que o resultado de sua ação não seja o caos – e aqueles elementos que entram na própria *definição* dos grupos sociais (ou de entidades coletivas em qualquer escala) são transformados, numa simples nota de pé de página, em remuneração particular ou "separada".

Ora, assim como àqueles que *postulam* a transformação "automática" ou "natural" de certas categorias que compartilham condições objetivas em grupos sociais reais, também a Olson, se bem que pelas razões opostas, cabe lembrar que o problema da formação de sujeitos coletivos, capazes de agirem como tal, é o *problema* – e que tudo aquilo que anteriormente consideramos através das referências ao aspecto *institucionalizado* da sociedade humana é também pertinente em seu estudo. Olson contribui para esclarecer certos aspectos importantes desse problema em determinado tipo de situações, e não há dúvida de que sua análise se ajusta empiricamente a casos de falha na obtenção de interesses comuns, como alguns que ele próprio examina em seu livro. A relevância de sua análise, além disso, aumenta em decorrência do fato de que alguns dos grupos de especial importância política – os grupos étnicos, as classes sociais e os agrupamentos de base territorial de que se tratou antes – correspondem em geral, por suas dimensões, à condição de "grupos latentes". Mas, ao esclarecer determinados aspectos do problema, Olson escamoteia ou distorce outros aspectos relevantes, e tampouco há dúvida de que sua análise não tem condições de lidar adequadamente com situações empíricas tais como o êxito, por todos os aspectos improvável à luz de sua teoria, de um movimento revolucionário como o de Fidel Castro na Cuba de Batista, ou com um Irã de nossos dias. E parece claro que o lado falho que se pode assim apontar em sua análise se associa ao apego intransigente ao individualismo metodológico.

Retomemos agora o ponto de contato acima indicado entre o individualismo metodológico, nos termos em que é encontrado na teoria da *public choice,* e o indivíduo como referência necessária na concepção de um "estado antecipado" isento de dominação, na linha de Marx e Habermas, e procuremos avaliar desse ponto de vista o contraste entre o enfoque de um Olson e o que vai aqui emergindo como proposta. Quanto a Olson, é possível dizer que ele, feitas as contas, tem a suposição de indivíduos isolados como suposição *imediata* (tomada como se

correspondesse a algo descritivo da própria realidade dada a ser analisada) sobre a qual construir a análise, indagando a partir daí a respeito das condições para que tais indivíduos venham a agir em conjunto. Para recorrer à sugestão contida na inspiração contratualista expressamente reivindicada por alguns dos representantes da abordagem da *public choice,* postula-se, ao menos implicitamente, um "estado de natureza" em que não há instituições, não há história, não há vínculos intergeneracionais, não há lealdades, mas apenas indivíduos capazes de calcular em função de interesses individuais que interferem uns com os outros. (Aliás, a inspiração contratualista e o postulado do "estado de natureza" servem explicitamente a Boudon como fundamento para a elaboração de uma tipologia de "paradigmas" de análise sociológica.)[28] Estamos, por outras palavras, no puro reino da estratégia.

Por contraste, na perspectiva que aqui se propugna, trata-se sem dúvida, por um lado, de ter em conta e de *incorporar* o aspecto institucional, histórico ou sociológico, refugando o "estado de natureza" e o individualismo consequente como supostos descritivos suficientes ou adequados à análise de situações reais. Ao contrário, o suposto "imediato" é o da existência de múltiplos processos mais ou menos consolidados ou bem-sucedidos de conformação de identidades coletivas e de definição de focos de solidariedade e interesses em coexistência, e coloca-se como problema analítico o de apreender precisamente a *imbricação* entre aspectos estratégicos ou de cálculo de interesses e aspectos sociológicos de natureza variada para dar conta de tais processos e de suas consequências no plano global. De maneira específica, para mencionar algo que toca diretamente em pontos destacados na discussão das teses de Olson, trata-se entre outras coisas de examinar como os aspectos "sociológicos" em questão servem de substrato favorável ou desfavorável aos aspectos estratégico-organizacionais da constituição de sujeitos coletivos (de sistemas de solidariedade) e da deflagração de ação coletiva.

Por outro lado, contudo, a perspectiva que aqui se propõe tem presente, em termos de Habermas, a ambivalência de comunicação e domínio que é própria da dimensão institucionalizada da interação. Ela se recusa a desconhecer o aspecto estratégico – expressão daquela

[28] *Effets Pervers et Ordre Social*, capítulo VII, "Déterminismes Sociaux et Liberté Individuelle".

ambivalência – que está sempre contido nas relações estabelecidas entre os membros de qualquer coletividade, seja consolidada ou em formação, seja em escala microssociológica ou macrossociológica, como decorrência de que se encontram, de alguma maneira, na presença uns dos outros. Dito de outro modo, supor a presença do elemento estratégico significa supor agentes cujos interesses ou objetivos *contam,* isto é, de agentes que são pelo menos potencialmente *autônomos.* Daí que a própria definição do problema *analítico* fundamental da política não possa senão remeter fatalmente à concepção de um estado ou condição em que os indivíduos, como unidades irredutíveis do processo de interação social e política, se tornam o ponto de referência *necessário.* Evitando supor exclusivamente o interesse, suposição cujo limite lógico é a violência ou a beligerância de todos contra todos; ou a solidariedade automática, cujo limite lógico é a concepção orgânica ou cibernética da sociedade como um todo – a abordagem proposta é assim levada a conceber aquele estado como equivalendo ao ponto em que a dialética entre sistemas de solidariedade e sistemas de interesses se resolve no limite lógico da expansão máxima do âmbito da solidariedade e igualdade e da correspondente instauração de um sistema de interesses de igual amplitude, no qual (superadas mesmo as formas de domínio e de definição automática de identidades coletivas correspondentes à esfera familiar e privada, no sentido da temática de Arendt) se confrontarão estrategicamente interesses puramente individuais (com a transformação de cada indivíduo num "monarca" aristotélico). Tal estado, por outro lado, equivale também, como parece claro, ao problema *constitucional* anteriormente mencionada – e situa, assim, não apenas o problema *analítico* fundamental, mas também o problema *prático* fundamental; não apenas, como se disse anteriormente, o problema principal da *ciência política*, mas também o problema principal da *política*.

Não há aqui, portanto, o suposto individualista nos termos do individualismo metodológico da *public choice,* adotado como algo que permitisse ignorar o contexto institucional e sociológico da interação estratégica. Mas propõe-se que a definição mesma do objeto da ciência política não tem como evitar a concepção de um estado "antecipado" (ou "construído") de autonomia individual, e aí reside a intuição básica comum à concepção aristotélica-arendtiana da *polis,* a Marx na *Ideologia Alemã,* a Habermas com o anseio de "individuação" – contanto que não se omita, precisamente, o caráter estratégico que subsiste nas relações de tal estado e

que está presente em todos esses autores por implicação (ainda que nenhum se mostre totalmente explícito e consequente a respeito, havendo, ao contrário, inconsistências e hesitações sobre este ponto). E a referência a tal estado tem forçosamente consequências para a análise, não somente trazendo um foco analítico para o exame da política em sua dimensão institucionalizada e "sociológica", mas, o que é decisivo, impregnando por si mesma a análise de um conteúdo ou interesse *prático* (ou crítico). O institucional aparece, assim, por um lado, em contraste com individualismo abstrato que caracteriza em geral a *public choice,* como o *contexto* inelutável em que se desenvolve a interação entre os agentes ou sujeitos e que condiciona sempre as formas de que se revestirá essa interação. Mas aparece também, por outro lado, como *objeto* sobre o qual se exerce a ação dos agentes, traduzindo-se num esforço permanente – e frequentemente às apalpadelas nas condições do jogo de comunicação e estratégia – de *organização* e *construção institucional.* E se o estado antecipado em que se resolve a dialética entre sistemas de solidariedade e de interesses escapa às condições do "estado de natureza" dos representantes da *public choice* é porque se presume que ele seja precisamente o resultado de um processo de organização e construção institucional que – sem cegar-se para o que há de inerentemente opaco na dimensão institucionalizada da vida sociopolítica e de propensão ao domínio ou poder na "afirmação de si" inerente à interação estratégica, e empenhando-se continuamente no esforço de minimização das consequências de tais aspectos – busque assegurar as condições para a vigência simultânea da solidariedade ampliada e da autonomia individual.

Do ponto de vista do problema do sujeito, finalmente, é a ênfase na articulação do esforço estratégico-organizacional, em diversos níveis ou escalas, com os condicionamentos sociológicos desse esforço e de suas possibilidades de êxito que permite escapar aos equívocos e "automatismos*"* que têm frequentemente marcado as perspectivas perante o problema. Ela repudia, assim, o indivíduo isolado da ficção contratualista, permitindo tomar como sujeito real a entidade coletiva que resulta do processo de organização em diferentes níveis e impondo ter em conta, mesmo nos casos em que o indivíduo como tal é o sujeito, o papel complexo do coletivo e do institucional no condicionamento de sua ação – papel este que inclui a contribuição decisiva para a definição de sua própria identidade individual. Repudia também (precisamente em conexão com a ênfase no aspecto estratégico da interação do qual Habermas teme que

decorra o "universalismo de uma teoria global de sistemas" e uma abordagem cibernética) o foco "natural" na sociedade como um todo enquanto sujeito, como no utilitarismo e na visão orgânica que lhe seria própria. E observe-se que, assim fazendo, ela se coloca também em condições de, com Habermas, questionar *"*o consenso de fato sobre o qual repousam sempre as tradições em vigor" e pesquisar "as relações de força que se introduzem subrepticiamente nas estruturas simbólicas" – pontos estes em que reside o foco da denúncia habermasiana do idealismo característico da hermenêutica das ciências sociais. Mas a ênfase na articulação mencionada rechaça também, finalmente, o automatismo que postula a transição espontânea e inevitável de categorias "parciais" como as classes sociais do estado correspondente à comunalidade de certas condições objetivas para o compartilhamento real de fins ou objetivos e a capacidade de ação concertada, da condição "em si" para a condição "para si". Essa transição, ademais, Marx mesmo viu como problemática, apesar de suas hesitações sobre a noção de consciência de classe, e em tal caráter problemático, precisamente, está o último ponto das preocupações de Habermas nas notas metodológicas anteriormente destacadas, no qual ele adverte sobre a herança dogmática da filosofia da história e a correspondente obrigação de *"*pensar o mundo social como um conjunto constituído*"* – frequentemente negligenciando-se, como se daria com o próprio Marx, que "os atributos que distinguem as classes sociais (...) são antes maneiras de designar algo que não pode ser produzido senão no concerto intersubjetivo de indivíduos que vivem em comum".[29] Assim, sem cair no individualismo abstrato, evita-se, através da ênfase no aspecto organizacional, tratar em termos metafísicos a questão dos sujeitos coletivos do processo político, destacando-se, precisamente, o que tem sempre de problemático a constituição dos agentes coletivos como sujeitos naquele processo.

4 Intencionalidade da ação e racionalidade. Reavaliação da ação estratégica: intencionalidade "abstrata", interação e política

Restaria considerar com mais vagar os aspectos mais diretamente relacionados ao "se" da questão do sujeito tal como formulada ao final da

[29] Habermas, *Théorie et Pratique*, vol. I, pp.42-4.

primeira parte, com base exatamente nas notas metodológicas de Habermas que se acaba de mencionar. Essa questão refere-se, como vimos, ao problema do sentido e do caráter *intencional* de que se carrega a ação, redundando, em última análise, na questão do caráter dos agentes sociopolíticos enquanto sujeitos, por oposição ao objetivismo de um "behaviorismo" estreito. Se bem que a discussão anterior torne supérfluo retomar tal questão no que diz respeito à indagação mais básica envolvida, o problema da intencionalidade apresenta ramificações em duas direções cuja exploração se recomenda: de um lado, permite apreciar certa conexão especial entre o estratégico e o comunicacional, a qual ganha particular interesse ao surgir em outra passagem, até aqui não discutida, que o próprio Habermas dedica à ação estratégica; de outro lado, ela se conecta com o problema da racionalidade e de seu papel numa perspectiva interessada em valer-se dos recursos da *public choice.* Essas ramificações ajudam a esclarecer aspectos ou implicações das proposições do capítulo anterior.

Partamos das ligações entre intencionalidade e racionalidade. Prescindirei aqui do debate que se pode estabelecer conforme a ideia de intencionalidade se vincule seja ao fato de que a ação persegue *fins,* seja ao fato de que ela se reveste de um *sentido* tomado em acepção supostamente mais complexa: por um lado, tal debate retomaria forçosamente certos problemas já discutidos a propósito das relações entre o operatório e o intersubjetivo e da distinção, proposta por Habermas, entre o conhecimento empírico-analítico, o hermenêutico e o crítico; por outro lado, certas sugestões pertinentes surgirão no exame mesmo das outras proposições de Habermas sobre a ação estratégica recém-mencionadas.

Se tomamos a intencionalidade da ação como indicando que os agentes sociopolíticos devem ser considerados como sujeitos por se colocarem fins e agirem em busca de sua realização, a observação que se impõe desde logo é a de que falar de intencionalidade, ou do agente como sujeito, implica, por si mesmo, falar de racionalidade. Pois supor que possa haver busca de fins ou objetivos sem racionalidade, ou seja, sem a avaliação autônoma das conexões entre os fins buscados e os meios existentes nas condições ambientais, seria reduzir a ação às condições próprias do simples comportamento estimulado ou condicionado (determinado), nas quais desaparece justamente o sujeito como tal. Essa observação se liga de maneira curiosa e intrincada a certas discussões a respeito da distinção,

proposta por Hayek, entre "racionalidade absoluta" e "racionalidade limitada". A distinção, que é retomada, por exemplo, por Boudon na obra citada,[30] refere-se ao grau de informação de que dispõe o agente: a racionalidade absoluta supõe informação plena, enquanto a racionalidade limitada supõe atuação em função de informação limitada e em situação de incerteza. A distinção serve a Boudon como fundamento para sustentar a possibilidade de se falar de uma racionalidade limitada em conexão com a intencionalidade sempre presente nas ações do sujeito (intencionalidade esta que seria condição para tomá-lo como sujeito); mas seria necessário, em contrapartida, prescindir do suposto de racionalidade absoluta.

O ponto nebuloso a respeito é que, se a observação acima (segundo a qual intencionalidade implica racionalidade) é correta, então a definição de racionalidade em termos de intencionalidade não é mais do que uma tautologia – e pretender distinguir racionalidade absoluta e relativa seria algo sem sentido. Com efeito, muitos trabalhos no campo da teoria dos jogos e da *public choice* tratam de resolver os problemas associados com a questão da racionalidade mediante o procedimento de defini-la em termos tais que ela se vê reduzida a uma tautologia referida à própria noção de ação intencional: dada a situação em que exista a possibilidade de optar entre mais de um curso de ação, será racional a ação em que se escolha o curso que leve ao resultado preferido pelo agente, o que equivale a identificar a ação racional com aquela em que o agente persegue seus objetivos (preferências). [31] Apesar do despojamento que a definição de racionalidade alcança em tal formulação, essa definição parece claramente compatível com a concepção operatória de racionalidade que examinamos anteriormente com Piaget. Assim, o caso do neurótico, por exemplo (ainda que caiba evitar com respeito a ele a solução "behaviorista" que encontramos em Riker e Ordeshook, onde o comportamento neurótico é tomado como um simples caso de falta de correspondência entre o que as pessoas dizem ser os seus fins e o que elas *fazem,* propondo-se então que é preciso ver os fins implícitos no que elas fazem como seus *verdadeiros* fins),[32] pode ser tratado adequadamente como um caso de irracionalidade

[30]*Effets Pervers et Ordre Social,* p.14.
[31]Essa é a posição de Luce e Raiffa *(Games and Decisions*), adotada e elaborada por William H. Riker em *The Theory* of *Political Coalitions,* New Haven, Yale University Press, 1962, pp.16 e seguintes.
[32] Riker e Ordeshook, *An Introduction to Positive Political Theory*, pp.20 e seguintes.

por confusão ou falta de conhecimento dos objetivos e de sua relação "instrumental" com certos aspectos da ação por parte do sujeito, que *perde* precisamente a condição de sujeito autônomo (a qual, não casualmente, é requisito, em Piaget, do equilíbrio próprio da ação operatória eficaz) *na medida em que* deve ser visto como presa de motivos subconscientes ou inconscientes – deixando de lado o problema de como o analista chega a conhecer tais motivos. O caso da criança, por outro lado, pode ser tratado seja como um simples caso de "comportamento estimulado", nas etapas mais primitivas da "inteligência" sensório-motriz; seja como um caso análogo ao do neurótico por certos aspectos, ainda que aí possivelmente a ênfase devesse com maior frequência estar no nível do desconhecimento das conexões "instrumentais" antes que propriamente no dos fins. Finalmente, um caso como o do altruísta de Olson, nos termos em que se discutiu antes, encerraria irracionalidade (ao contrário da racionalidade que Olson alega tomar como suposto) por envolver também confusão ou contradição de fins (ou entre fins e "cursos de ação" ou meios adotados), ocorrendo ação conforme com fins individualistas quando se supõe que os fins em vigor são solidários ou altruístas.

Contudo, a consideração dos aspectos de informação que têm a ver com a distinção entre racionalidade absoluta e relativa introduz um elemento cuja relação com a noção mesma de racionalidade é ambígua. Ela traz, por um lado, um "conteúdo" que pareceria como tal irrelevante para a racionalidade entendida em termos da relação formal entre fins e meios. Assim, pode-se imaginar um agente que se conduza de maneira perfeitamente ("absolutamente") racional *em condições de incerteza,* o que se daria precisamente pela incorporação do elemento de incerteza ao seu processo de tomada de decisão, através, por exemplo, do recurso ao cálculo de probabilidades ou, em dados casos, do próprio procedimento de tornar aleatória a decisão. Por outro lado, entretanto, se se dá ênfase à ideia de eficácia contida na relação de fins e meios, não há como escapar ao fato de que a limitação na informação introduz limitações correspondentes na probabilidade real de eficácia da ação. Além disso, a própria definição de racionalidade em termos "formais" de relação entre fins e meios supõe a possibilidade de avaliar tal relação e portanto de conhecê-la – ou seja, supõe *informação.* Assim, ainda que não haja razões para negar a conexão necessária entre racionalidade e intencionalidade, cabe admitir a existência de *graus* de racionalidade em correspondência com o volume de

informações disponível a respeito do ambiente ou da situação em que se desenvolve a ação. E um agente atuando em situação que encerre, por hipótese, inerente ou inevitavelmente um componente de incerteza será tanto mais racional quanto mais incorpore a sua ação o conhecimento dos fatores que produzem tal incerteza e dos efeitos desses fatores quanto à natureza dos próprios aspectos de incerteza da situação – por outras palavras, quanto mais esteja *informado* a respeito da própria incerteza.

Não pretendo, com essas observações, estar elucidando de vez os complexos problemas que aí se enraízam, nem elas são aqui um passo que se encadeie rigorosamente com o exame subsequente das proposições mencionadas de Habermas sobre a ação estratégica. Há, porém, um ponto de contato sugestivo em que as observações acima, vinculando intencionalidade e racionalidade, apontam ao mesmo tempo para os matizes variados que resultam de se considerar a ação seja na forma "abstrata" de um relacionamento entre meios e fins que lhe define o caráter racional em geral, seja em termos do conteúdo mais "concreto" da situação ou do contexto em que se desenvolve e com base em cujo conhecimento mais ou menos preciso pelo agente se pode falar em graus de racionalidade. Ora, as proposições de Habermas redundam precisamente em ressaltar, relativamente à ação estratégica, como que uma "intencionalidade abstrata" que pode ser contraposta a conteúdos concretos de que a intencionalidade se revista. E as ideias fundamentais contidas em tais proposições, além de representarem uma reviravolta significativa, por certos aspectos, perante outras proposições do mesmo autor anteriormente examinadas, mostram-se pertinentes do ponto de vista de algumas das principais posições aqui sustentadas.

A passagem em questão ocorre, como se indicou antes, em *Lógica das Ciências Sociais.* O contexto é, de novo, o das relações entre a "ação intencional" e o "comportamento estimulado". Após indicar rapidamente contribuições tais como as de Max Weber e W. I. Thomas ao problema, com a ênfase no sentido ou significado atribuído pelo próprio agente a sua ação, Habermas formula a conclusão provisória de que "se não quisermos, nas ciências sociais, renunciar a considerar as ações intencionais como dados, o sistema de experiência no qual esses dados são acessíveis é a

comunicação linguística, e não a observação desprovida de comunicação”.[33] Em seguida, escreve:

> Existe, contudo, um caso-limite de ação intencional, a saber, a ação estratégica, em que o sentido subjetivamente captado não é necessariamente alcançado sobre a base de uma tradição cultural, nem tem que ser esclarecido e compreendido como sentido concreto na comunicação e, portanto, “experimentado”. O sentido pelo qual se orienta a ação estratégica pode-se sempre definir univocamente como norma para obter valores máximos ou ótimos a partir de grandezas mensuráveis ou pelo menos definíveis comparativamente. A univocidade é aqui garantida pela forma da asserção, a qual estabelece uma máxima para a ação racional com respeito ao fim, e não pela universalidade do significado, o qual constitui o conteúdo semântico do fim a que se tende. A ação estratégica, com efeito, tem sempre em vista categorias tais como riqueza ou poder, que naturalmente podem operar de vários modos de acordo com o quadro institucional. A riqueza pode medir-se em preços ou em bens, ou seja, o potencial de satisfação das necessidades; o poder pode medir-se em votos ou em armas, ou seja, o potencial de legitimação do domínio ou de aniquilação física. O conteúdo significativo dos predicados usados para a formulação das máximas da ação, isto é, o significado de riqueza ou de poder, sem dúvida exprime experiências antropologicamente bem enraizadas e portanto universalmente difundidas, de forma que tais expressões não necessitam ser explicadas em cada caso, nem esclarecidas em comunicações com os próprios sujeitos que atuam ou com tradições que tornam compreensível sua ação. O caso-limite da ação estratégica tem a vantagem de que o significado subjetivo pode ser estabelecido monologicamente: ele resulta “univocamente” claro, vale dizer, acessível sem esforço hermenêutico. A base de experiência da compreensão liberta-se quase totalmente, neste campo, do sistema de referência da comunicação linguística ordinária, a tal ponto que pode ser apreendida de forma aparentemente “introspectiva”; mas mesmo o sentido “unívoco” da ação estratégica é suscetível de ser “entendido” somente porque tem sempre a ver com a comunicação e pode, portanto, ser interpolado por outro sujeito, mediante interpretação simbólica, no comportamento observável do agente.

[33] Habermas, *Logica delle Scienze Sociali*, p.84.

> A ação estratégica é apenas o caso-limite de uma ação social que normalmente se orienta por um sentido comunicacional.[34]

O interesse dessa passagem parece bastante claro. A ação estratégica, sendo vista como comunicação e interação e como tendo nisso a razão última de que possa ser compreendida em seu significado subjetivo, é considerada como caracterizando-se por estar carregada de um sentido ou intencionalidade univocamente claro, apreensível monológica ou introspectivamente, capaz de prescindir (“quase”) da comunicação ordinária, correspondendo a experiências antropologicamente enraizadas e universais – em outras palavras, por estar carregada do que se pode chamar uma intencionalidade abstrata que *independe* do contexto institucional (comunicacional) particular em que a ação se desenvolve para tornar-se inteligível como tal e para que a própria ação seja inteligível em sua intencionalidade. Assim, enquanto tais proposições nos situam categórica e enfaticamente no contexto da interação, elas destacam um *aspecto* da intencionalidade das ações que aí ocorrem, que é esse aspecto abstrato e universal e como que imediatamente inteligível próprio das ações estratégicas.

Habermas faz seguir o trecho transcrito de algumas frases nas quais retoma suas denúncias contra o positivismo (que “prefere uma abordagem teórica que torne supérfluo o princípio da interpretação subjetiva dos fatos sociais”),[35] deixando claro que sua intenção principal na passagem citada é mostrar aos positivistas que *mesmo* a ação estratégica é comunicacional. Do ponto de vista da presente discussão, porém, importa ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, o fato óbvio, mas de interesse no confronto com outros enunciados de Habermas sobre a ação estratégica anteriormente discutidos, de que mostrar – e com ênfase – o aspecto comunicacional da ação estratégica é propor a *síntese* dos “contextos” instrumental e comunicacional cuja necessidade me empenhei em destacar antes. Em segundo lugar, e isto é mais importante, a afirmação, que me disponho a sustentar, de que essa síntese, tal como proposta no trecho em exame, corresponde pura e simplesmente, no fundo, à esfera da política tal como

[34] Ibid., pp.85-6.
[35] Ibid., pp.86-7.

procurei delimitá-la em formulações anteriores, e as proposições de Habermas na passagem citada equivalem praticamente a uma definição da política.

Note-se, como ponto de partida na elaboração disso, a maneira pela qual o que diz Habermas sobre a ação estratégica, nessa passagem, corresponde quase literalmente ao que propõe Pizzorno sobre as noções de interesse e de sistema de interesses – e como, ao vincular-se o estratégico com o comunicacional, o que se tem, expresso de outra forma, é a dialética entre interesses e solidariedade que se elaborou anteriormente com base em Pizzorno. Com efeito, a ação estratégica entendida como orientada à maximização ou à obtenção de valores ótimos "a partir de grandezas mensuráveis ou pelo menos definíveis comparativamente" outra coisa não é senão o que Pizzorno descreve como "a ação pela qual [o ator] se *distingue* de outros atores, visando a melhorar sua posição relativa no confronto com estes", ação esta que supõe expressamente, também para Pizzorno, "que seus resultados sejam mensuráveis – isto é, passíveis de serem avaliados em termos de *melhor* ou *pior,* de *mais* ou *menos".* De outro lado, a ideia de Pizzorno de que a possibilidade de tal ação requer que o critério de mensuração seja comum ao ator e aos demais e de que haja, portanto, um sistema de avaliações comuns – ou seja, de que haja um sistema de solidariedade subjacente, ainda que reduzido aos ingredientes essenciais à comunicação envolvida no jogo comparativo – corresponde justamente, percebe-se, não apenas ao que faz que Habermas veja na ação estratégica uma ação também comunicacional, mas, mais que isso, ao que o faz ver nela o "caso-limite" da ação comunicacional – de sentido universal, "univocamente claro" etc. É natural, assim, que Habermas encontre os exemplos dessa intencionalidade abstrata que envolve comparação e, mais amplamente, o "distinguir-se" e a "afirmação de si" (a qual, de passagem, não é aqui levada por Habermas ao extremo da sobrevivência biológica, como em *Teoria e Prática*) na área da *riqueza* e do *poder* – ou seja, na área dos temas convencionalmente centrais à ciência política e à ciência econômica, disciplinas estas que, se se mostram consequentes os reclamos dos adeptos da racionalidade como categoria básica das ciências humanas, viriam de certa forma a fundir-se precisamente em torno da aplicação ao plano propriamente estratégico da concepção instrumental de racionalidade.

Mas justamente esse ponto permite um desdobramento importante. Habermas trata aqui de um aspecto da intencionalidade da ação que é abstrato e independente do quadro institucional concreto, sem deixar de ser comunicacional ou interacional. Ora, no plano em que se situa a análise na passagem em discussão, a alusão conjunta a riqueza e poder, apesar de certas sugestões nela contidas, torna-se enganadora se estas expressões são tomadas num sentido corrente que permite antes *contrastar* riqueza e poder. Por outras palavras: ou a expressão "poder" é aí tomada no sentido específico de poder "político" ou "político-institucional", de forma a justificar-se a menção conjunta a poder *e* riqueza como exemplos de relações em áreas supostamente distintas que apresentariam ambas a propriedade de permitirem comparações e a apreensão daquela intencionalidade abstrata; ou, diferentemente, "poder" é tomado em sentido amplo que teria *na própria riqueza* uma forma de manifestar-se. O ponto relevante a observar é o de que, se se pretende tomar a expressão no sentido restrito indicado em primeiro lugar, é óbvio que as esferas do "poder" e da "riqueza" não são as únicas que caberia ver como podendo servir de substrato e referência à ação estratégica com sua intencionalidade abstrata: que dizer das relações "comparativas" e estratégicas, de "distinguir-se" e "afirmação de si", que podem dar-se em torno de questões como raça, cor, origem étnica, sexo, geração ou idade, maior ou menor liberdade de praticar a própria religião, honra ou prestígio, competência e assim por diante? Dir-se-á, talvez, que em todos esses casos se trata sempre de poder? Mas isso significa transitar da primeira acepção de poder para a segunda, a acepção ampla. E este é precisamente o cerne do desdobramento mencionado: a independência do caráter intencional da ação estratégica com respeito a qualquer contexto "institucional" dado, aquilo que traz o caráter "abstrato" (unívoco etc.) à intencionalidade própria dela, tem a ver exatamente com o fato de que *qualquer* contexto ou área substantiva de problemas, independentemente da natureza intrínseca destes, pode servir de substrato ou ponto de referência para o surgimento de *interesses* ou para o estabelecimento de relações *estratégicas* – relações que envolverão sempre, com o "distinguir-se" e o "afirmar-se" que as *define,* um problema de conflito potencial ou atual e um problema de *poder* em acepção ampla e envolvente.

Assim, estratégia, interesse e poder constituem conjuntamente, e em conjugação com outras categorias com as quais se articulam por relações de

implicação, certo aspecto *abstrato* de qualquer processo concreto de interação num contexto sociológico dado. E, desde que se tenha em conta que *interesse* pode corresponder tanto a agentes individuais quanto coletivos (focos ou sistemas de solidariedade); que, consequentemente, o problema do poder se põe não apenas em termos de distribuição e exercício de poder *entre* agentes, mas também, considerando-se os agentes coletivos, *internamente* a tais agentes, em termos tanto da *produção* de poder para exercício externo quanto da articulação desse aspecto com a própria *distribuição interna* de poder; que isso envolve, por sua vez, uma questão de *estratégia* em diversos níveis; pode-se então dizer que se tem aí o que é específico e distintivo da política, ou, se se quiser, o *conteúdo* da política em geral, que se distingue paradoxalmente, no sentido que acabamos de fixar com a ajuda de Habermas, por *não* ter conteúdo, na medida em que quaisquer questões substantivas, ou *fins* de qualquer natureza, podem dar origem à interação estratégica. Isso tem algo a ver, naturalmente, com a tendência antes assinalada, na literatura da *public choice,* de tomar com frequência a interação como se desenvolvendo numa espécie de "estado de natureza", prescindindo-se de qualquer consideração de seu contexto sociológico. Assimilar ou identificar as proposições relativas a um e outro caso, porém, significaria confundir dois tipos de abstração: um em que se toma um aspecto particular das interações concretas, qualquer que seja a natureza dos agentes envolvidos; e outro em que se dissolve a sociedade como tal e sobram meros indivíduos calculadores. O que fornece uma ponte para a retomada da questão do duplo papel do institucional sob nova luz e certamente com proveito para o esclarecimento dos problemas.

5. O institucional como contexto e como objeto. Instituições políticas e a questão da "autonomia do político"

Com efeito, vimos antes que o aspecto institucional, em sentido amplo, aparece por um lado como o *contexto* da ação ou interação, por outro como *objeto* dessa ação. Tomada num sentido sociológico geral, essa dupla proposição não faria mais do que remeter de volta ao problema da institucionalização tal como o encontramos discutido em Berger e Luckmann, com os três "momentos" que aí se distinguem: assim, o institucional como contexto teria a ver com os momentos da sociedade como realidade objetiva e do homem como produto social, enquanto o

institucional como objeto corresponderia ao momento da sociedade como produto humano. A correspondência assim estabelecida é no geral adequada, e o é especialmente, quanto ao que aqui nos importa, no que concerne ao institucional como contexto; pois trata-se, a este respeito, precisamente de salientar o que tem de real a sociedade em seu aspecto cristalizado e opaco, e de como essa realidade molda e condiciona o sujeito da ação ou da interação em seu aspecto estratégico.

Mas a consideração da questão do institucional a partir de um ângulo mais propriamente político, em que se tenham em conta certos matizes da ligação do caráter "abstrato" da interação estratégica com a própria definição da esfera política, possibilita explorar algumas ramificações novas e de interesse. O ponto central consiste em que, se o caráter político da ação ou interação está dado por seu caráter "abstratamente" estratégico, independentemente da área substantiva de problemas de que se trate ou da feição específica assumida pelos fins em jogo, não apenas *qualquer* confrontação ou conflito de objetivos de qualquer natureza corresponde à esfera do político ou da política (sejam tais objetivos "econômicos", no sentido de "materiais", religiosos, generacionais, étnicos, de classe, de região ou de qualquer outro tipo); mas também, o que é de grande importância para os propósitos desta discussão, surge espaço para certo tipo ou conjunto particular de *instituições,* ou certa esfera institucional, que corresponde especificamente à política e às quais cabe designar como instituições políticas. Tais instituições, entretanto, têm como especificidade o fato de se ocuparem *genericamente* do conflito, isto é, do conflito de qualquer natureza, buscando seja sua eliminação, seja seu enquadramento e regulação (isto é, sua transformação numa forma de interação estratégica "mitigada", não-beligerante e disciplinada por regras), seja, finalmente, a participação no próprio conflito (caso em que se tratará de instituição política na medida em que temos a *organização* de certo foco de interesses com vistas a sua atuação estratégica eficaz). Contudo, ao passo que qualquer conflito, como interação estratégica, corresponde por sua natureza à esfera do político, ele não necessariamente alcançará repercussão na área das *instituições* políticas, o que dependerá do vulto, da saliência ou importância que venha a adquirir. Por outro lado, desse vulto mesmo poderá decorrer que a esfera das instituições políticas venha a ser afetada não apenas no sentido de ser chamada a eliminar ou regular o conflito, ou de forçosamente participar dele, mas também no sentido de ser o próprio

quadro político-institucional geral comprometido e eventualmente rompido e substituído em decorrência dele – na medida, precisamente, em que não se mostre capaz de regulá-lo. Por certo, e este é um ponto que merece destaque, desde que constituída uma esfera de instituições políticas, as próprias ações e interações que se dão no âmbito mesmo dessas instituições podem ser e *tenderão* a ser – já que se trata de instituições por definição dirigidas ao conflito – ações e interações conflituais e marcadas pelo elemento estratégico.

Dois tópicos gerais merecem destaque a partir de tudo isso. O primeiro tem a ver com a complexidade que a consideração das instituições especificamente políticas introduz na discussão das relações entre o estratégico e o institucional em geral. Pelo aspecto que permite falar do institucional como *objeto* de ação, a esfera das instituições políticas pode ser vista como correspondendo à área por excelência em que se exerceria a ação *deliberada* e voluntária dos homens no sentido precisamente de *compensar* a opacidade e "objetividade" da realidade social. Por outras palavras, se a sociedade é *também* um produto humano, ela o seria antes de tudo na medida da relevância que adquira a esfera política como esfera de construção institucional deliberada, em consonância com a concepção da especial dignidade da esfera política que cumpriu papel de tanto destaque na discussão anterior e que podemos complementar, agora, pelo reconhecimento do fatal ingrediente estratégico presente *no próprio esforço de construção* mencionado. Contudo, impõe-se contrabalançar a ênfase nesse aspecto, em que a vontade e a construção deliberada têm posição saliente, com o reconhecimento igualmente de que: (1) por um lado, as próprias instituições políticas como tal representam geralmente, em medida importante, a consequência de um "jogo" estratégico mais complexo e mais profundo, no qual se introduz o duplo elemento de opacidade e irracionalidade que tem a ver seja com desígnios conscientes de *dominação* envolvidos nesse jogo, seja com os "efeitos perversos" resultantes da mera composição e co-presença de interesses numerosos em confronto; (2) por outro lado, e de maneira evidentemente relacionada com o ponto anterior, as instituições políticas, longe de integrarem apenas a dimensão em que o mundo institucional se mostra como objeto passível de manipulação e construção deliberada, são elas próprias parte integrante do aspecto de *contexto* em que a realidade social institucionalizada em geral se mostra objetivada e opaca e propícia ao estabelecimento e manutenção de relações

de dominação. De qualquer forma, seja qual for a medida em que a violência ou luta aberta se imponha, em dada situação concreta, como forma de superar as relações de dominação prevalecentes; e apesar de cumprir admitir o que há de dilema e paradoxo, de como que puxar-se pelos próprios cabelos, no esforço de construção institucional em circunstâncias em que a dimensão institucional mesma corporifica o que há de alienante, contraditório e favorável à dominação nas relações humanas; não há como escapar, em todo caso, à constatação de que a emancipação e a racionalização passam, em última análise, pela criação de instituições políticas adequadas – vale dizer, capazes de enquadrar o jogo estratégico em condições compatíveis a um tempo com a autonomia individual e com a coesão esclarecida.

O segundo tópico tem a ver com a célebre questão da "autonomia do político", cuja breve exploração permitirá esclarecer pontos substantivos importantes. Interessa ressaltar, a respeito, a grande variedade de sentidos em que a ideia de autonomia do político pode ser tomada. Diante das formas assumidas usualmente pelo debate em torno do assunto, é possível distinguir como exemplos de questões diversas que se costumam mesclar em tal debate: (a) a questão da maior ou menor autonomia ou "neutralidade" do aparelho do estado relativamente a classes ou forças sociais antagônicas; (b) a questão da maior ou menor "presença" ou "iniciativa" estatal perante a sociedade em geral (o que se costuma designar como *stateness* na literatura de língua inglesa); (c) a questão do grau de consolidação das "regras do jogo" ou de "institucionalização política", que pode em princípio variar independentemente do grau de *stateness* ou de "neutralidade" e que é com frequência descrita em termos de "autonomia da arena política";[36] e (d) a questão da autonomia a ser atribuída à esfera política – seja como for que se defina – em termos de suas relações *causais* com outras esferas em diferentes modelos analíticos.

Tendo em vista tais distinções, a discussão anterior permite formular algumas proposições. Partindo da questão de modelos analíticos e relações causais, é bastante claro que a maneira de conceber o político proposta acima transforma em falsos problemas muito do que se discute a respeito. Pois a "esfera" do político, enquanto relacionada a uma "dimensão"

[36] Veja-se, por exemplo, Samuel P.Huntington, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1968, especialmente capítulos I e IV.

estratégica que pode marcar as relações sociais qualquer que seja a natureza dos fins ou interesses em jogo em uma ou outra circunstância concreta, não corresponde propriamente a uma "esfera" ou "nível" que possa ser *causada* ou *determinada* por outra em qualquer sentido inteligível. Isso não quer dizer, por certo, que seja ininteligível ou desprovida de significado a contraposição entre algo que aparece como um *substrato* ("base", "infraestrutura") e algo que de alguma forma se apoia ou se enraíza nele. Mas os termos em que se traduz adequadamente essa antinomia contrapõem o substrato dos conflitos reais ou potenciais de qualquer natureza, bem como dos focos reais ou potenciais de solidariedade e aglutinação que lhes correspondem, ao plano em que se busca sua *organização.* Por outras palavras, o plano da "base social" (para chamá-lo de alguma forma) dos conflitos, plano este que é ele próprio político na medida em que envolve sempre, por definição, a dimensão estratégica; e o plano da *institucionalização* dos conflitos ou da institucionalização política. Naturalmente, subsiste aqui a ambiguidade da terminologia: há a organização ou institucionalização do conflito em geral – o nível constitucional, onde se trata do aparato político-institucional enquanto destinado à regulação do conflito e à busca de estabelecer as regras do jogo estratégico, isto é, de fixar a "arena política", ou o "contexto" em sentido mais estritamente político; e há a organização enquanto relacionada com a possibilidade de que determinado foco de interesses, como tal, se envolva eficazmente no jogo estratégico, seja em formas beligerantes ou mitigadas, isto é, em formas compatíveis ou não com os parâmetros institucionais gerais ou "constitucionais". Do ponto de vista substantivo, porém, cabe sugerir que os esforços organizacionais neste segundo nível (digamos, o nível *operacional* da coexistência política, por contraste com o constitucional, tal como as duas categorias são utilizadas por Buchanan e Tullock em *The Calculus of Consent*) sejam considerados como integrando, em princípio, o plano da "base social" dos conflitos. A ambiguidade terminológica, no entanto, é expressiva de uma dificuldade substantiva, que tem a ver com o fato de que há aqui uma "zona cinzenta" ou um jogo dialético em que interesses que se generalizam ou se difundem e organizações ou procedimentos "operacionais" correspondentes redefinem gradual ou abruptamente aspectos mais ou menos cruciais do quadro "constitucional" de instituições políticas.

Como quer que seja, no que se refere à questão da autonomia do político vista do ângulo das relações causais entre "esferas" distintas, o problema real é o de como se relacionam o nível das instituições políticas e o da base social dos conflitos de qualquer tipo. E não parece caber dúvida quanto a que, nesses termos, a questão comporta a resposta de que há uma determinação ou condicionamento geral das formas encontradas no nível das instituições políticas por parte da base social dos conflitos – sobretudo se se destaca o elemento "voluntário" ou de "construção" presente nas instituições políticas, por contraste com o caráter "institucionalizado", no sentido sociológico amplo, das relações sociais em geral, onde os conflitos têm suas raízes e que representam igualmente o "contexto" das próprias instituições políticas em seu aspecto "constitucional". Isso redunda, pura e simplesmente, em ver as próprias instituições políticas (o próprio *estado*) como parte, afinal de contas, da sociedade – e não é de maneira alguma incompatível com o reconhecimento, eventualmente, de um grande grau de "iniciativa" ou "presença" estatal junto à "sociedade", características estas que terão elas próprias, naturalmente, que encontrar explicação no plano das relações sociais ou da base social dos conflitos.

Já a questão da "neutralidade" do aparelho estatal e a da institucionalização política entendida como a consolidação das regras do jogo se articulam de maneira interessante. A primeira diz respeito, em última análise, ao problema de até que ponto as instituições políticas (o estado) são elas próprias *instrumentos* de um processo de interação estratégica ou de domínio. A segunda coloca a questão de em que medida determinada sociedade terá logrado estabelecer parâmetros institucionais estáveis, *sem* cogitar de saber se o sucesso eventualmente obtido nisso é a consequência de uma efetiva "neutralização" do aparelho estatal (que passasse assim propriamente a fornecer apenas certos "parâmetros" para o jogo estratégico) ou, ao contrário, precisamente da implantação bem sucedida de relações de dominação de certos interesses sobre outros, implantação esta cujo êxito chegasse ao ponto de tornar "opaco" o caráter de dominação presente em tais relações e viesse a obter para elas aquiescência e legitimação.

Cabe observar, em primeiro lugar, que ambas essas questões – bem como, naturalmente, a de *stateness* ou "presença" estatal – são questões de natureza eminentemente empírica, não havendo razão teórico-

metodológica, ao contrário do que se passa com a questão das relações causais tal como acima examinada, para *presumir* que elas mereçam determinada resposta genérica. Isso é bem claro no que se refere ao problema da institucionalização política: não creio que alguém se disponha a contestar que esta, nos termos propostos, pode variar enormemente. Mas mesmo no caso da autonomia como "neutralidade" do estado, ainda que caiba e se imponha presumir, como se indicou anteriormente, que as instituições políticas são elas próprias fruto de processos de natureza estratégica (o que se liga à concepção mesma de política adotada aqui), não há razão para supor de antemão que tais processos devam resultar de uma vez por todas e em todos os casos em determinado *grau* de sujeição do estado a certas forças. Nesse sentido, portanto, o estado será mais ou menos "autônomo" em função do caráter menos ou mais cabal do triunfo de certas forças sociais sobre outras.

Em segundo lugar, vê-se que o problema prático, o problema político por excelência, tem a ver com algo que se dá na *junção* das duas questões, a saber: como obter institucionalização política, no sentido de "regras do jogo" estáveis que permitam interação estratégica não-beligerante, sem que tais regras redundem em consagrar relações de dominação abertas ou veladas. Em outros termos, como fazer das instituições políticas ou do estado um conjunto de agências e regras não somente, por um lado, não-instrumentais para a dominação, mas capazes mesmo de atuar no sentido de neutralizar a propensão do jogo estratégico ao estabelecimento de relações de dominação; e, por outro lado, capazes de se manterem elas próprias – qualquer que seja o grau de "presença ou expansão estatal, que pode eventualmente ver-se incrementada em função daquela incumbência mesma – "porosas" e abertas à pluralidade de interesses em jogo, de maneira a evitar que o estado se torne, não mais o instrumento, mas o próprio *sujeito* da dominação. E vê-se que as diversas indagações analíticas e empíricas de interesse que se associam às duas questões acima prendem-se sempre à referência pelo menos implícita a essa articulação entre elas – que não é senão, registremo-lo de novo *en passant*, outra maneira de remeter ao "estado antecipado" em que se resolve a dialética solidariedade-interesses.

Um último ponto. Apesar de que a definição do político pelo estratégico em sua "intencionalidade abstrata" torne a rigor necessário considerar como políticas, em última análise, as relações estratégicas onde

quer que elas ocorram (destacando a afinidade entre o que pode haver de estratégia nas relações do âmbito familiar, de um lado, e no das relações entre partidos ou mesmo entre as facções de uma guerra civil, de outro), é impossível deixar de reconhecer, além de ser conforme com o uso corrente da expressão "política", que o interesse e a relevância das relações conflituais e estratégicas se dão sobretudo a partir do momento em que ultrapassem certo "limiar", acima sugerido, em termos de vulto ou saliência. Tal limiar, também de acordo com o que se indicou anteriormente, corresponderia ao ponto em que os conflitos em questão obtenham algum tipo de repercussão na área das instituições políticas, seja traduzindo-se em organizações ou instituições de tipo "operacional" capazes de figurarem no jogo estratégico visando à promoção de determinados interesses, seja determinando de alguma forma a mobilização das agências e normas correspondentes ao nível "constitucional" das instituições políticas e eventualmente acomodações ou modificações nesse nível. Com isso pretendo sugerir que, independentemente do que há de analítica e teoricamente fecundo no exame do aspecto estratégico da interação em geral, a esfera do político pode, com frequência, ser tomada como correspondendo à esfera das *instituições* políticas. O indispensável é que se tenha claro que instituições políticas são aquelas que têm a ver com o conflito ou as relações estratégicas como tal em uma de duas maneiras possíveis, ou constituindo-se como instituições ou organizações para *participarem* como agentes de uma relação desse tipo ou buscando *regular* tais relações. Isso evita a circularidade em que certas análises incorrem, remetendo a esfera institucional à política enquanto *definem* ao menos implicitamente, sem mais, o político pelo institucional – circularidade esta presente, creio, em muito das discussões de alguma forma relacionadas à questão da "autonomia do político", frequentemente de maneira independente da propensão a afirmar ou negar tal autonomia. Observe-se, finalmente, que a perspectiva proposta, com a ênfase no plano das instituições políticas, não acarreta o negligenciamento daquilo que certa literatura tem designado como a questão dos *non-issues* ou "não-decisões", ou seja, de problemas que não chegam a figurar como questões reais na agenda política de uma sociedade. Pois o que se encontra aí envolvido é precisamente o problema seja das condições de êxito dos processos de mobilização e organização "operacionais" quanto a determinadas questões, seja da sensibilidade revelada pelas instituições "constitucionais" aos

interesses "latentes" ou reais correspondentes – e um aspecto, naturalmente, se liga ao outro de mais de uma forma. Como quer que seja, porém, há a necessidade, para que se tenha aí um problema analítico e prático autêntico, de que *algum* agente tenha condições de propor a questão de que se trate como tema político.

No apêndice procurarei ilustrar, por meio do exame crítico de alguns trabalhos brasileiros recentes, como a perspectiva apresentada permite dissipar confusões importantes e renitentemente repetidas.

6. Observações finais. Mudança política e questões de método

Toda a discussão anterior me parece desaguar naturalmente numa teoria de desenvolvimento político que supera as carências, as canduras e o etnocentrismo de certa literatura recente dedicada ao tema – ou *conter* o fundamental de tal teoria. Não me dedicarei aqui a explicitar os desdobramentos dessa teoria, pela simples razão de que isso já foi feito em texto publicado anteriormente, com relação ao qual a presente discussão surge, por assim dizer, como uma reflexão dirigida "para trás".[37] Limitar-me-ei à breve indicação de dois pontos gerais, um de natureza substantiva e o outro de natureza metodológica.

1. O núcleo conceitual "substantivo" dessa teoria tem a ver com o recurso à noção de "mercado político", que corresponde a transpor para o nível do ideal ou da prescrição prática certos aspectos dos *supostos* analíticos dominantes na perspectiva da *public choice.* É crucial a intuição de que a ideia de mercado representa a *síntese* de interesse e solidariedade, descrevendo uma condição que se caracteriza essencialmente pela busca dos interesses (a interação estratégica) em circunstâncias, como sugeriu Weber, que implicam a existência de *comunidade* entre os agentes envolvidos, com a ausência da beligerância e com a presença de normas cuja observância assegura a continuidade do intercâmbio e da interação. Por outras palavras, o "mercado político" corresponderia à condição em que se está além da violência pré-política de Arendt sem cair num consensualismo automático e orgânico, isto é, sem cair num "pós-político" que não poderia

[37] Fábio W. Reis, "So1idariedade, Interesses e Desenvolvimento Político", *Cadernos DCP,* no. 1, março de 1974; republicado em Fábio W. Reis, *Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira*, São Paulo, EDUSP, 2000.

ser senão a máscara da política totalitária. Trata-se com o "mercado político", assim, do "estado antecipado" de individuação igualitária com comunicação em que se resolveria a dialética entre sistemas de solidariedade e sistemas de interesses. Tomar esse "estado antecipado" como ponto de referência permite conceber o processo de mudança política em termos capazes de incorporar coerentemente as dimensões "estrutural", institucional e sócio-psicológica (ou ideológica) geralmente consideradas de maneira fragmentária na literatura mencionada.

Um problema analiticamente irrelevante a este respeito, mas que pode, não obstante, condicionar a aceitabilidade de proposições formuladas em tais termos, seria o de se eliminarem as associações negativas de que se carrega predominantemente a ideia de mercado. Para ilustrar isso com Hannah Arendt, cujas ideias forneceram o ponto de partida desta discussão, tais associações surgem na contraposição feita por ela entre a *agora* e o mercado, o qual (por contraste com a dignidade daquela, onde se mostraria o *zoon politikon)* surge como a mera esfera pública do *homo faber,* onde este exibe seus produtos.[38] Ora, se temos em conta as dificuldades e ambiguidades do pensamento de Arendt quanto à política como esfera da fala *e* da ação (com os equívocos ingredientes estratégicos e mesmo de beligerância que encontramos aqui), por que não considerar a ideia de um "mercado político" como descrição apta da *agora* (ou, em todo caso, da esfera pública) própria do *zoon politikon* não apenas "comunicativo" e loquaz, mas também "estratégico" – e eventualmente propenso, por isso mesmo, ao cochicho de pé-de-ouvido e ao silêncio ocasional, mas quando nada inibido de recorrer às armas?

2. O decisivo problema de ordem metodológica que se coloca a uma teoria de desenvolvimento político inspirada na perspectiva que brota da discussão anterior diz respeito ao contraste e às relações entre as dimensões descritiva ou empírica e normativa ou prescritiva que a ela se associam. Tal problema se liga, obviamente, ao problema do contraste, em Habermas, entre o "prático" e o "crítico", de um lado, e o "técnico" ou o empírico-analítico, de outro – apesar do que têm de insatisfatório as tentativas de solução por parte de Habermas. Ressaltemos aqui apenas, com respaldo na discussão relativamente extensa que se fez das concepções de Piaget sobre a

[38] Arendt, *Human Condition*, pp.159 e seguintes.

racionalidade operatória, como o *analítico* se interpõe (diferentemente das pretensões explícitas de Habermas, apesar de suas dificuldades e vacilações) entre o descritivo ou empírico e o normativo. Do ponto de vista específico do problema de elaborar uma teoria de desenvolvimento político que não seja a mera expressão de uma volição, mas que pretenda, ao contrário, fundar-se objetivamente (intersubjetivamente), do anterior resulta, através de certas mediações, a possibilidade de demonstrar como a própria definição do problema que constitui o objeto da análise política contém a referência *necessária* a determinada condição ou estado que lhe traz, por si mesma, um conteúdo *normativo,* ou um "interesse prático" como ponto de referência.

Pode-se pretender colocar em outros termos a questão, termos estes que representam, aliás, uma ramificação natural do problema das relações descritivo-analítico-normativo no campo das ciências humanas. Refiro-me ao problema da historicidade que fatalmente se apresenta a uma análise voltada para mudança e desenvolvimento, e em conexão com o qual emerge todo o complicado tema, mencionado anteriormente, das relações estrutura-evento, determinismo-liberdade – e portanto descritivo-normativo. Se bem que a pretensão de considerar todos os desdobramentos do problema represente um desafio impossível de enfrentar nos limites da presente discussão, assinale-se que a questão fundamental envolvida tem a ver com a própria ideia de determinismo ou necessidade, que, *pelo menos* em sua aplicação no campo das ciências humanas, apresenta uma ambiguidade fundamental: pertencendo indiscutivelmente ao campo do analítico e implicativo (afinal, a ideia de necessidade se refere a uma relação de implicação lógica), sua utilização com respeito a problemas genéticos ou de mudança tende a envolver a ideia de um desdobramento de potencialidades de alguma forma *já presentes* em determinado estado ou condição de um objeto – ideia esta que por um lado é *distinta* da simples implicação ou subsunção lógica, enquanto, por outro lado, encerra precisamente a noção do caráter de necessidade lógica daquele desdobramento. Tudo isso sem falar de que as próprias normas podem ser objeto de relações de implicação (como no campo do direito), além de criarem no mundo social um tipo de "determinação" que nada tem a ver com esse aspecto de implicação.

Como quer que seja, não parece haver saída fora dos limites de algo que se sugeriu anteriormente: a incorporação da história ao campo do

conhecimento envolve de alguma forma a "estruturação" da história mesma – e portanto do próprio fortuito e da própria liberdade. Nesse sentido, a solução proposta acima para a questão das relações descritivo-normativo numa teoria de desenvolvimento político representa uma saída – *a* saída, eu diria – na medida em que, sem acarretar a discutível suposição de algum tipo de conexão "mecânica" ou "orgânica" operando de sorte a produzir o desdobramento "necessário" de potencialidades de que falei acima (o que corresponderia a uma abordagem "descritiva" da mudança afim à de certas filosofias da história), permite, contudo, que se conceba analiticamente certo tipo de "vecção" com respeito ao processo sociopolítico e que se apreenda, por assim dizer, a *lógica* em jogo. Essa perspectiva, lançando uma ponte entre o descritivo e o normativo e compartilhando algo do método weberiano dos tipos ideais, encontra igualmente importante correspondência nos estudos de Piaget no campo do desenvolvimento intelectual do indivíduo, onde a ideia de uma "vecção" ou de um processo "tendente" (analiticamente ou em princípio) a formas "superiores" de equilíbrio permite apreender os mecanismos de equilibração em fases mais "primitivas" do processo – bem como os fatores que aí se *opõem* a tal equilibração.

APÊNDICE

O "Econômico", o "Institucional" e o "Político" na Literatura Brasileira Recente

Este apêndice visa a permitir uma avaliação da acuidade da perspectiva proposta na discussão anterior, com os diversos elementos que aí se mesclam, através do rápido exame crítico de alguns trabalhos brasileiros recentes no campo da ciência política. Tomarei especificamente os seguintes textos: Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1976); Olavo Brasil de Lima Júnior, *The Brazilian Multi-Party System. A Case for Contextual Rationality* (tese de doutorado, Universidade de Michigan, 1980); e Wanderley Guilherme dos Santos, *The Calculus of Conflict: Impasse in Brazilian Politics and the Crisis of 1964* (tese de doutorado, Universidade de Stanford, 1979). Tais trabalhos têm em comum alguns traços que os tornam especialmente pertinentes.

Em primeiro lugar, todos têm sua motivação mais ou menos direta em procurar esclarecer o que se pode chamar o problema político-institucional brasileiro tal como se apresentava sob o regime de 1964, dirigindo-se a seus antecedentes e origens e, em um dos casos, explorando aspectos de sua dinâmica. Em segundo lugar, todos eles privilegiam o plano institucional como fator *explicativo* na análise dos problemas de que se ocupam, e em todos eles esse privilégio concedido ao plano institucional é posto em termos de se dar a ênfase apropriada aos fatores ou variáveis *políticos* na explicação da história brasileira recente, por contraposição à dimensão estrutural, aos processos sociais, socioeconômicos, sócio-psicológicos ou ideológicos etc. Parte da contribuição que cada um deles pretende estar trazendo (com maiores ou menores qualificações ou reservas relativamente à articulação dos diferentes planos que se podem assim distinguir) tem a ver precisamente com a proposta de uma postura metodológica que se apresenta como alternativa um tanto especial pela ênfase dada ao "político". Finalmente, dois dos três trabalhos, os de Wanderley Guilherme dos Santos e Olavo Brasil de Lima Júnior, têm como característica saliente o fato de se procurarem valer do instrumental analítico próprio da perspectiva da *public choice.* Os trabalhos considerados apresentam, assim, pontos de contato bastante nítidos com a proposta contida na análise anterior.

Isso torna ocioso destacar que minha avaliação básica do que tais trabalhos *procuram* fazer é positiva. Assim, vejo com olhos favoráveis a preocupação de superar o economicismo mecânico e estreito que marca muito dos estudos dedicados à temática política brasileira e latino-americana, e acho legítimo e oportuno, em conexão com isto, o esforço no sentido de esclarecer adequadamente as relações entre diversos aspectos em princípio relevantes daquela temática. Contudo, apesar do que obviamente contém de positivo tal esforço quando colocado nesses termos, os textos mencionados ilustram também algumas dificuldades importantes. Basicamente, tais dificuldades derivam de que os trabalhos em questão tomam por evidente aquilo de que se trata quando se fala do "político" em contraste com qualquer outra dimensão ("econômica", "sociológica") vista como "de base". Acabam, assim, por compartilhar com as abordagens economicistas ou "sociologizantes" que buscam criticar uma certa forma de estruturar o campo analítico na qual o político é tomado simplesmente como equivalendo ao institucional – e o desafio se torna o de dar a "devida ênfase" ao político (institucional), mostrar como o plano institucional pode ser por si mesmo determinante ou como pode bastar para a explicação de certos fenômenos etc.

Com isso se associam muitas confusões que procurarei mostrar, em seguida, mediante o procedimento de tomar os problemas à medida que surjam de uma referência direta aos textos. O que se disse acima deixa claro, creio, que a crítica dirigida aos trabalhos a serem examinados é também uma crítica aos supostos antagonistas de seus autores quanto à questão do papel do político. Lateralmente, a discussão a seguir oferecerá ainda a oportunidade de apontar, a propósito de um dos textos, alguns resultados negativos da leitura deficiente de certos aspectos básicos da perspectiva da *public choice.* No conjunto, os comentários abaixo permitirão ilustrar e aclarar, por referência a problemas "concretos", diversas categorias analíticas e proposições que foram objeto de exame em abstrato nos capítulos precedentes. Como se trata de apenas três trabalhos, evitarei sobrecarregar o leitor com notas de rodapé, indicando no próprio texto as páginas onde ocorrem enunciados discutidos.

* * *

Tomando em primeiro lugar o livro de Maria do Carmo Campello de Souza, gostaria de principiar assinalando minha concordância com muitos

dos aspectos fatuais da discussão nele contida, incluindo certas proposições básicas relacionadas à dinâmica dos partidos e aos indícios de realinhamento e eventual fortalecimento do sistema partidário entre 1945 e 1964. Creio mesmo ser possível estender isso no sentido de ver o que se passa naquele período como gradual, embora limitada, afirmação da "sociedade" perante o estado – naturalmente no sentido da afirmação de certos setores ou estratos previamente marginais ao processo político. Tratar-se-ia, por outras palavras, de aspectos de um processo complexo que poderia ser designado, como propôs Celso Furtado, como a "dialética do populismo", através da qual se dá a autonomização de determinadas categorias sociais a partir precisamente de iniciativas manipuladoras e "domesticadoras" por parte do estado – de um estado em princípio sensível sobretudo a certos interesses. Estudos como o de Kenneth Erickzon, *Labor in the Political Process in Brazil,* tendem a corroborar essa visão com dados relativos ao movimento sindical no final do período em questão, apesar da leitura algo surpreendente que faz o próprio Erickson desses dados.[1] Por outro lado, o trabalho de Campello de Souza é grandemente esclarecedor com respeito a diversas questões especificas de relevância nesse contexto: mencionemos o Artigo 58 da Constituição de 1946 e seu significado, os fatores e interesses envolvidos em sua aprovação na Constituinte; a revisão de teses correntes a respeito de um Legislativo supostamente "agrário" e retrógrado e um Executivo "urbano" e progressista; e a discussão a respeito de análises sobre o significado de certos aspectos do processo eleitoral no período pós-64.

Mas o objetivo fundamental que o livro se propõe é antes o de prover um marco interpretativo mais adequado que o que em geral se encontraria nas análises anteriores, e não tanto o de propiciar novos dados empíricos ou esclarecer questões específicas – e aí, parece-me, ocorrem dificuldades importantes. Um aspecto é a dificuldade de se apreender mesmo o que tem de específico ou peculiar o enfoque analítico proposto, por contraste com as "análises correntes", como as denomina a autora.

[1] Kenneth Paul Erickson, *Labor in the Political Process in Brazil: Corporatism in a Modernizing Nation* (tese de doutorado, Columbia University, 1970). O que tem de surpeendente a leitura de Erickson é que, apesar de seus dados mostrarem a autonomização de que se fala no texto, sua própria interpretação reitera uma visão "essencialista" do processo político brasileiro em termos de sua "natureza" corporativista.

Dois aspectos ou dimensões básicas são destacados, embora tenham formulações levemente diferentes em passagens diversas. (a) A primeira dimensão é a que se designa pela expressão "correlação partido-classe" (pp.48 e seguintes) ou "força eleitoral" dos partidos (p.58), tendo a ver, em geral, com a articulação entre partidos e bases sociais e ligando-se (apesar de Campello de Souza pretender distinguir aqui níveis de análise diferentes) a problemas como o da mobilização social e o da extensão do sufrágio. (b) A segunda dimensão refere-se à "institucionalização do sistema partidário" (pp.48-9) e à "força institucional" dos partidos (p.58), definida como "a medida em que o *policy-making* governamental, em seu conjunto, acha-se controlado ou sujeito à influência de organizações partidárias", ou como "a disponibilidade de quadros capazes de formular alternativas viáveis e eventualmente de organizar o governo". É perceptível a correspondência entre os termos dessa distinção e os do velho debate sobre as relações entre sociedade e estado. Como se disse, Campello de Souza dá ênfase à dimensão *b* no estudo do período da vida política brasileira de que se ocupa, vendo aí os "problemas cruciais" dele (p.59). Mas expõe-se a algumas objeções importantes do ponto de vista de sua proposta central.

1. Em primeiro lugar, seu argumento contém claramente certo elemento de tautologia. Se se toma, por exemplo, o enunciado que fecha o capítulo dedicado à discussão das perspectivas teóricas para o estudo do sistema partidário (capítulo II), enunciado este que de certa forma sintetiza a postura metodológica proposta por Campello de Souza, vê-se que ele recomenda que "o próprio padrão de interação entre as organizações partidárias, e delas em conjunto com os setores burocráticos e militares do estado, seja considerado como uma dimensão *determinante* das possibilidades de institucionalização" (p.59; grifo de FWR). Ora, as relações tomadas aqui como determinantes da institucionalização do sistema partidário fazem parte, como se viu há pouco, da própria *definição* dessa institucionalização. Daí não pode senão derivar-se a afirmação empírica que faz a autora em seguida relativamente ao período (a de que "os problemas cruciais... situam-se ao nível da força institucional, ou da capacidade governativa dos partidos"). Mas prejulga-se, claramente, o papel dos fatores correspondentes às duas dimensões distinguidas, sem que isso ajude a garantir a validez da proposição empírica como tal.

2. Em segundo lugar, o conceito mesmo de institucionalização do sistema partidário adotado é claramente inadequado, envolvendo o desconhecimento ou a minimização do papel dos fatores correspondentes à dimensão *a* na conformação dos próprios fatores destacados na definição dada de institucionalização partidária. O que o problema contém de escorregadio se revela pelo fato de que a autora mesma recorre, a propósito da ideia de institucionalização, à noção de "incorporação" formulada por Arthur Stinchcombe, na qual, como sugere o próprio termo, o aspecto de eficácia governativa ou de poder é explicitamente combinado ao de mobilização e participação do eleitor (ver p.57). Parece fora de dúvida que a força institucional dos partidos, no sentido de Campello de Souza, depende decisivamente de sua força eleitoral e capacidade de mobilização, a menos que se trate de um jogo político tão oligárquico a ponto de tornar sem sentido a pretensão de descrever por meio da noção de "institucionalização" a eficácia que um partido possa apresentar mesmo ao nível de *policy-making.* E note-se que o que proponho aqui não é a ideia de uma relação de causalidade, ou sequer de correlação empírica, entre as duas dimensões ou aspectos. Trata-se antes de que o interesse da própria noção de institucionalização, tomada em si mesma, decorre de apreender ela a *tensão* entre esses dois aspectos e a questão do eventual êxito de uma sociedade dada na solução do problema posto por essa tensão – ou seja, na conciliação, através de procedimentos e regras estáveis, flexíveis e dinâmicas, dos problemas de mobilização/participação *e* de eficácia. Na linguagem utilizada no capítulo anterior, o problema próprio do nível das instituições políticas é o de dar tradução adequada e eficaz (com o jogo que aí se desenvolve entre os planos "operacional" e "constitucional") aos interesses em conflito que emergem no nível da "base social". Em torno disso, de resto, reside o núcleo válido e importante de algumas análises que mais têm destacado, a propósito de temas afins aos de que aqui se trata, a ideia de institucionalização: relativamente às análises de Huntington em *Political Order in Changing Societies,* por exemplo, um dos reparos que se pede fazer é o de que, salientando fortemente a multiplicidade de aspectos envolvidos no processo de institucionalização (os aspectos de adaptabilidade, autonomia, complexidade e coerência das instituições políticas, que podem, especialmente os dois primeiros, ser postos em correspondência com as duas dimensões destacadas por Campello de Souza), não se mostra suficientemente sensível ao que há de contraditório e

tenso nas relações entre os requisitos relativos a cada um dos diferentes aspectos.[2]

3. O que é provavelmente o cerne do problema abordado nestes comentários transparece na avaliação de algumas observações formuladas por Campello de Souza sobre o problema da "autonomia da esfera política", observações que se dirigem às principais teses sobre a crise institucional do período de 1945 a 1964. A autora critica os modelos interpretativos correntes (ligados por ela a nomes como os de Orlando de Carvalho, Gláucio Soares, Celso Furtado e Hélio Jaguaribe) em termos de que a percepção de uma situação de crise que seria deflagrada "quase automaticamente" (pelo declínio da força eleitoral dos grandes partidos conservadores em função da mudança socioeconômica e pela alteração na correlação de forças políticas) envolveria ambiguidade quanto à autonomia da esfera política, postulando-a ("um mecanismo eleitoral formalmente democrático... funciona a longo prazo como corretivo político à estrutura de classes") e diluindo-a ao mesmo tempo (ao tomar a mudança na correlação de forças como sinônimo de crise institucional, caindo assim no "economicismo puro" – p.142).

Cabe notar que a crítica, por sua vez, especialmente em sua afirmação de que os modelos criticados "diluem" a autonomia da esfera política, absolutiza essa autonomia – se tomamos por um momento a questão nos próprios termos em que a autora a coloca. Pois como pensar em alteração na correlação de forças que não engendre crise, especialmente se tal alteração é concebida como o resultado da incorporação de novos e importantes focos de interesses produzidos pela mudança socioeconômica, e se se tem em conta que essa incorporação se dá, como a análise contida no próprio livro pretende demonstrar, diante de um quadro institucional que preservava as características oligárquicas e elitistas de períodos anteriores? Transformações como essas só se poderiam pensar sem a ocorrência de crise institucional se se pudesse conceber o marco institucional como sendo, para dizê-lo de maneira redundante, altamente institucionalizado (no sentido de flexível, sensível e aberto a qualquer foco emergente de interesses). Mas o que tal solução teria de paradoxal é evidente: por um lado, adotá-la seria supor que se pode atingir institucionalização nesse

[2].Ver Huntington, *Political Order in Changing Societies*, cap.I.

sentido independentemente das forças sociais efetivas, que a institucionalização se dá no vazio; por outro lado, que restaria do caráter oligárquico e elitista que Campello de Souza destaca?

Mais precisamente, o que transparece nos enunciados de Campello de Souza a este respeito é total falta de clareza no entendimento do significado do plano das instituições políticas em suas relações com a base social dos conflitos – e consequente confusão quanto à questão da "autonomia do político", com respeito à qual se mesclam alguns dos diversos sentidos que procurei distinguir anteriormente. Assim, se as instituições políticas são vistas como a esfera em que, por definição, se traduzem os conflitos que surgem na base social – e que *não são em si mesmo menos políticos* –, tomar a mudança na correlação de forças na base como devendo acarretar crise institucional *não* é cair em economicismo. Reciprocamente, a vigência de um mecanismo eleitoral "formalmente" democrático, *na medida em que seja efetiva e real,* significa precisamente que as mudanças na correlação de forças na base social (no plano da estrutura de classes, para tomar o aspecto que a autora considera aqui) contam com um mecanismo institucional para se manifestarem e terem consequências. E isso não tem por que ser tomado como equivalendo *analiticamente* a postular a autonomia da esfera institucional em termos de relações causais: restaria explicar, naturalmente, as razões "sociais" da mudança na correlação de forças e sua articulação com a possibilidade ou o fato de continuarem em vigência certos mecanismos eleitorais – vigência que se traduz, na situação dada, numa "presença" reconhecidamente "corretiva" de agências ou aspectos do aparelho do estado.

4. Finalmente, o que tem de problemático o enfoque proposto por Campello de Souza torna-se patente quando nos voltamos para suas conclusões. Assim, se tomamos a seção de "Conclusões" do capítulo VI, que constitui a quase totalidade da terceira parte do livro, dedicada à "Evolução e Crise do Sistema Partidário", vemos que as proposições que aí aparecem consistem numa apresentação balanceada e matizada da *articulação* entre processos que correspondem bastante claramente às duas dimensões inicialmente distinguidas – apresentação esta com a qual eu próprio estou de acordo. Do ponto de vista da questão teórico-metodológica envolvida na postura por proposta pela autora como adequada para o exame dos problemas empíricos a que se dedica, porém, o que tais conclusões têm

de significativo é que ela julgue necessário acompanhá-las de qualificações como a seguinte: “Sem negar o enorme peso inibidor, para um sistema de partidos, representado pela centralização estatal e pela ideologia dos anos trinta – negação que não teria qualquer sentido, visto que foi este, precisamente, nosso ponto de partida teórico – procuramos mostrar, não obstante, a impossibilidade de ver a crise do regime de 1946 como mero desdobramento automático de virtualidades anteriores” (p.167). Ora, cabe perguntar, para que o ponto de partida teórico, então? Por certo, é ótimo que Campello de Souza se dê conta de que as determinações que operam no processo são complexas e não se prestam a interpretações simplistas (ou mecanicistas, para não omitir a alusão a este aspecto contida na citação). Mas o desafio analítico que isso coloca é precisamente o de apreender com a acuidade necessária as relações entre o institucional e o restante. Na medida em que houvesse razões para privilegiar os aspectos de poder (no sentido de eficácia em condicionar o *policy-making,* em contraste com os aspectos de mobilização e força eleitoral), como se pretende com o ponto de partida teórico adotado, seria necessário pelo menos que as constatações autorizassem formular ao contrário a qualificação acima: “sem negar o peso da ‘sociedade’ (das bases, da mobilização, da força eleitoral), procuramos mostrar, *de acordo* com nosso ponto de partida teórico, a importância de ver a crise do regime de 46 como o desdobramento de virtualidades contidas na centralização estatal, na força (ou fraqueza, antes) que os partidos revelavam em condicionar o *policy-making* governamental...”.

* * *

Passando à tese de Olavo Brasil de Lima Júnior, destaque-se inicialmente, como no caso de Campello de Souza, a contribuição efetiva que o trabalho representa. Assim, um volume apreciável de dados é apresentado e manipulado, e a análise empreendida de tais dados sustenta de maneira bastante persuasiva certas proposições que introduzem matizes em hipóteses mais ou menos correntes relativamente a diversos aspectos da atuação do sistema partidário no período 1945/64. Mostra-se, por exemplo, para usar os termos de uma formulação sintética do próprio autor, que “o processo de formação de alianças produzia resultados eleitorais variados dependendo do nível da competição” (federal ou estadual); que “a hipótese do declínio dos partidos conservadores não é igualmente verdadeira nos níveis federal e estadual”; e que “o impacto da legislação eleitoral não era o

mesmo nos níveis federal e estadual de competição” (p.21). Quanto a todos esses aspectos, bem como no que se refere à tentativa de como que sintetizar as observações pertinentes numa reavaliação da propriedade de se falar de um sistema partidário singular relativamente àquele período da vida brasileira e de propor uma classificação alternativa de diferentes subsistemas partidários que coexistiriam, a tese de Olavo Lima efetivamente produz conhecimento, apesar do que me parece haver de discutível em muito das formulações dadas ao conhecimento produzido.

De novo, porém, o trabalho pretende ser mais do que uma contribuição ao conhecimento empírico da realidade política brasileira do período estudado – e as dificuldades que surgem por este lado são por certo bem maiores do que no caso de Campello de Souza. Com efeito, Lima sustenta que a literatura brasileira a respeito dos partidos tem seguido uma tradição sociológica em boa medida desprovida de inclinação “política” (p.7), e recomenda “introduzir aspectos políticos no estudo dos partidos e do sistema partidário” (p.8). As verificações empíricas feitas são vinculadas à adoção de uma postura que se caracterizaria não apenas por destacar os aspectos políticos, mas também por corresponder à perspectiva “internalista”, na designação que lhe dá o autor, segundo a qual

> ... um sistema partidário é analisado como um todo encerrado em si mesmo, o que quer dizer que se dá ênfase a suas feições internas e ao jogo que entre elas se processa. Numa palavra, salientam-se a dinâmica do sistema e suas tendências evolucionárias. Neste sentido, o sistema partidário é analisado independentemente de seus vínculos com a estrutura social subjacente e com o sistema político (p.11.)

Além disso, Lima atribui papel crucial na caracterização do que sua abordagem teria de específico à distinção entre a ideia de uma “racionalidade política invariante”, o apego à qual explicaria muito dos erros de diagnóstico a serem encontrados na literatura corrente sobre os partidos políticos, e a ideia de uma “racionalidade política contextual”: a partir do próprio título, seu trabalho situa como ponto central a revelação dos méritos desta racionalidade contextual, cuja operação no sistema multipartidário do período estudado ele procura mostrar.

Contudo, as proposições teóricas básicas de Olavo Lima apresentam grandes confusões, que comprometem seriamente o alcance que se pretende dar ao trabalho em termos teórico-metodológicos. Da mesma forma que

Wanderley Guilherme dos Santos, Lima tem como referência a literatura da *public choice* à qual sou em princípio simpático, como deixei claro anteriormente. Ocorre, porém, que a leitura que faz dessa literatura é com frequência imprópria. Sem maior preocupação de sistematicidade, tomemos alguns pontos, que creio terem todos a ver mais ou menos diretamente com essa questão.

1. Em primeiro lugar, a definição de uma perspectiva "internalista" e o alcance que se pretende dar à adoção dela. O que têm de contraditório e confuso as proposições do autor a respeito fica bastante evidente quando se confrontam, para começar, dois pontos: (a) o de que se afirma enfaticamente (p.13, por exemplo) não apenas que a perspectiva internalista se restringe às relações *internas ao sistema partidário,* mas também que, "portanto", as variáveis e relações de que aí se trata "são essencialmente políticas"; e (b) o de que, na definição explícita da perspectiva internalista fornecida, como vimos acima, diz-se que o sistema partidário é analisado independentemente não apenas de seus vínculos com a estrutura social subjacente (o que corresponderia à tradição sociológica que Lima pretende corrigir ou complementar), mas também independentemente de seus vínculos *com o próprio sistema político* (p.11). É sem dúvida estranho que se proponha uma análise "essencialmente política" do sistema partidário, ou do que quer que seja, e que se comece por ignorar os vínculos do fenômeno estudado com o próprio sistema político, seja como for que se prefira definir "sistema político". É claro, por outro lado, que tal proposta não pode ser senão abandonada no desdobrar da análise empírica, e não é de admirar, em consequência, que Lima se dedique a examinar, por exemplo, os impactos diferenciais da legislação eleitoral sobre o sistema partidário em diferentes níveis – legislação esta que não vejo como excluir de qualquer definição do sistema político (tanto mais se se quer destacar o aspecto institucional) e que não se poderia tomar como identificando-se com o sistema partidário mesmo (no interesse de salvar a coerência da adesão à "perspectiva internalista") sob pena de comprometer de vez o significado e o alcance empírico da própria empresa que o autor se propõe a respeito: para repetir, o exame dos impactos *diferenciais* da legislação eleitoral sobre o sistema partidário em diferentes circunstâncias. Além disso, veja-se a seguinte passagem (p.20), onde Lima se dispõe a considerar as três características metodológicas básicas de seu trabalho e começa por redefinir a "perspectiva intrassistêmica": "Por perspectiva intrassistêmica queremos

dizer que, embora nosso alvo analítico final seja o sistema partidário brasileiro, estaremos em busca de variações internas à nação e de desequilíbrios regionais". Essa passagem sugere fortemente, em confronto com a estrita definição anterior da perspectiva internalista, certa fluidez relativamente à ideia de "sistema" e de "intrassistêmico", diluindo-se a especificidade *analítica* do ponto de vista formulado anteriormente em favor da ênfase na confrontação (que não requer nem justifica maiores pretensões teórico-metodológicas) entre os níveis federal e regional ou estadual – ênfase esta que é efetivamente o que marca, em geral, o trabalho em exame.

2. Um ponto particular que ilustra a má leitura feita por Lima da literatura acima mencionada é a maneira como trata, a propósito do enfoque adotado, alguns autores que se destacam na literatura em questão. Veja-se a respeito especialmente o que se afirma (pp.12 e 13) sobre autores como Douglas Rae, Anthony Downs e William Riker, em particular a tentativa de distinguir diferentes "modelos de racionalidade" nos casos de Downs e de Riker.[3] Tal tentativa é feita com base em afirmações como as seguintes: "No modelo de Downs, racionalidade significa a maximização do objetivo do partido, isto é, obter cargos. Na teoria de Riker, significa maximização tanto da obtenção de cargos quanto de benefícios eleitorais". Ora, para começar isso envolve claras contradições com relação ao próprio texto de Lima: com respeito a Downs, por exemplo, lê-se (na mesma página 12) que "de sua definição do partido podemos inferir (formulação sem dúvida imprópria, pois Downs o afirma com todas as letras – FWR)[4] que o principal objetivo de um partido é a maximização do apoio eleitoral". Além disso, porém, e principalmente, a tentativa de distinguir modelos de racionalidade nesses termos não encontra qualquer fundamento no pensamento dos autores em questão, pois a noção de racionalidade tanto de Downs quanto de Riker – e, como vimos, a noção de racionalidade em geral – nada tem a ver com a natureza dos objetivos perseguidos, envolvendo apenas a ideia de ação orientada por um critério de eficiência na busca de quaisquer objetivos. Lima poderia no máximo pretender dizer que teríamos

[3].Os textos mencionados são: Douglas W. Rae, *The Political Consequences of Electoral Laws,* New Haven, Yale University Press, 1967; Downs, *An Economic Theory of Democracy*; e William H. Riker, "The Number of Political Parties: A Reexamination of Duverger's Law", *Comparative Politics*, vol. 9, no.1, outubro de 1976, pp.93-106.
[4].Veja-se, por exemplo, *An Economic Theory of Democracy,* p.35.

diferentes concepções do partido político e de seus objetivos, mas mesmo essa afirmação não se sustentaria nos termos em que (apesar das contradições indicadas) ele parece pretender propô-la, isto é, sustentando a tese de que o eleitorado estaria de alguma forma mais presente em Riker do que em Downs (o que estaria relacionado à opção pelo "conceito de racionalidade partidária" de Downs, visto na p.13 como "mais afim aos nossos propósitos"), pois Downs explicitamente inclui um eleitorado composto de eleitores racionais como um dos elementos cruciais de seu modelo, derivando dele vários desenvolvimentos da maior importância e relacionados, por exemplo, ao problema da incerteza, ao papel da ideologia etc.[5]

3. O anterior não pode deixar de ter consequências importantes para mais de um aspecto das análises realizadas por Olavo Lima. 0 primeiro e óbvio é a distinção entre "racionalidade política invariante" e "racionalidade política contextual", a qual, sendo apresentada como algo central à tese, não resiste a exame um pouco mais detido. Com efeito, se a ideia de racionalidade como tal se refere à ação orientada por critérios de eficiência, ela necessariamente supõe a manipulação adequada dos meios oferecidos pelo ambiente com vistas à realização dos fins da ação. Por outras palavras, a racionalidade é necessariamente "contextual", e a ideia de uma racionalidade política invariante é contraditória nos próprios termos. Isso não nega, naturalmente, o que pode haver de interesse em revelar que certa literatura dedicada aos partidos políticos brasileiros no período estudado tendia a ignorar a complexidade e a variedade das condições ou dos ambientes concretos em que os partidos políticos tinham de atuar se se tem em mente o contraste entre os níveis federal e regional, bem como a diversidade de condições regionais. Faz todo sentido, além disso, que alguém se proponha eventualmente a tarefa de avaliar os resultados da atuação partidária num período dado em termos de sua racionalidade, caso em que a racionalidade "global" ou "nacional" da atuação do partido terá necessariamente que ser vista como a resultante complexa da racionalidade de sua atuação em cada nível *e* da articulação entre as formas assumidas pela atuação nos diferentes níveis – ou seja, como a resultante do êxito (ou da racionalidade) com que a "contextualização" da atuação do partido em cada região ou mesmo localidade se insere no "contexto" global em que se

[5].Ibid., especialmente capítulos 3 a 7.

desenvolve sua ação, da adequação com que os *objetivos* particulares ou localizados se ajustam como *meios* à estratégia global do partido. As análises que faz Lima a respeito, porém, passam inteiramente ao largo de tais problemas, e seus enunciados cruciais tendem a ser redundantes ou carentes de precisão ou consistência.

Assim, lê-se na página 20 que "Ao falar de *racionalidade* queremos apenas veicular a ideia de que as estratégias seguidas pelos diferentes partidos para sobreviver e crescer eram perfeitamente *racionais* em sua natureza" (grifos de FWR). Em seguida ao exame de dados relativos à formação de alianças partidárias (pp.96 e 97), a questão da racionalidade política contextual é retomada em passagem em que se trata de aproveitar uma ocasião julgada oportuna para, expressamente, "reapresentar nosso argumento básico" – o que é feito através da formulação de duas "regras" de comportamento partidário que se mostram reiterativas se tomadas uma em relação à outra e igualmente reiterativas – apesar de, por outro aspecto, contraditórias – relativamente a enunciados anteriores. Com efeito, as duas regras são: (1) "os partidos em competição, dada sua força local relativa, visavam a maximizar seu próprio apoio eleitoral", o que é visto como o "lado positivo da racionalidade" (p.96); (2) "ganhar eleições significava não apenas maximizar o apoio eleitoral próprio, mas também minimizar o apoio eleitoral do principal adversário", o que é apresentado como o "aspecto negativo" da racionalidade (pp.96-7). Deixando de lado o que as duas regras têm de redundante quando confrontadas uma com a outra e de contraditório com relação à preferência dada ao modelo de Downs por supostamente atribuir maior ênfase a "obter cargos" por contraste com expandir-se eleitoralmente, bem como a precariedade de se pretender transformar em critérios de racionalidade a mera estipulação de objetivos para a. ação partidária nelas contida, é difícil ver, no nível de abstração em que se situam tais regras, como se poderiam apresentar de maneira diferente os objetivos da atuação partidária na escala não-local ou não-regional – ou não-"contextual".

4. Finalmente, certa ramificação especial no uso feito por Lima da ideia de racionalidade permite apreciar o que é talvez uma forma extrema de se colocar o problema subjacente a toda esta discussão, isto é, o da relação entre o "sociológico" e o "político", representando igualmente, parece-me, outra demonstração da leitura incorreta da literatura da *public*

choice anteriormente mencionada. Essa ramificação encontra-se enunciada nitidamente no mesmo contexto de avaliação geral de dados relativos ao problema das alianças partidárias (pp.94-5): "Dado o fato de que os partidos podem agora ser vistos não em termos de suas bases sociais, mas antes em termos de seus objetivos, podemos estabelecer uma segunda característica do comportamento partidário: ele era racional. O comportamento dos partidos era racional porque era orientado por fins (*goal-oriented*)".

Essa passagem é duplamente interessante. Em primeiro lugar, a racionalidade da atuação partidária é aqui vinculada não a um tipo particular de objetivo, como anteriormente (conquista de postos governamentais, maximização de apoio eleitoral), mas ao simples fato de os partidos terem objetivos: o autor afirma peremptoriamente que "o comportamento dos partidos era racional porque era orientado por fins" – não obstante a frase seguinte a essa afirmação introduzir de novo referência ao objetivo de ampliar o apoio eleitoral como componente da estratégia específica dos partidos. Em segundo lugar – e este aspecto, em conjugação com o anterior, é que torna a passagem mais interessante do ponto de vista do problema geral –, Lima pretende claramente *contrastar* o fato de um partido ter fins ou objetivos, e ser portanto racional em seu comportamento, e o fato de ter bases sociais. O que há de absurdo nessa posição me parece patente – e no entanto corresponde ao cerne mesmo, talvez, da proposta do autor.

Há um sentido bastante claro em que a vinculação rígida de um partido a *determinadas* bases sociais pode ser contraposta a suas possibilidades de êxito eleitoral (e portanto a sua racionalidade *se definida em função de um objetivo de maximização de apoio eleitoral):* esse sentido é o de que a rigidez da referência às bases tende a envolver rigidez na postura ideológica do partido ou em seu apego aos fins ou objetivos propostos a seus eleitores ou seguidores, a qual, por sua vez, significará um obstáculo à participação *pragmática* no jogo eleitoral com vistas, pura e simplesmente, a ganhar eleições. É este certamente o núcleo válido das proposições centrais de Lima, as quais encerram, através de formulações tortuosas e equívocas, uma espécie de "elogio do pragmatismo" que seria perfeitamente aceitável, em termos, como forma de ajudar a dar conta de certos matizes da atuação dos partidos brasileiros no período estudado. Contudo, as proposições de Lima são simplesmente *demasiado* equívocas, e

ficam sem solução ou mesmo menção em seu trabalho toda uma série interminável de dificuldades. Algumas indicações breves:

– Note-se que uma postura pragmática de parte dos partidos exigiria precisamente *confundir* ou *diluir* os fins do partido para que ele pudesse pretender contar com o apoio de determinados eleitores que supostamente aprovam certos fins, mas não outros. Nesse sentido, portanto, o partido precisaria ser o oposto de *goal-oriented* para ser racional na acepção de pragmático (o que seria compatível com certas proposições de Lima no sentido de o único objetivo do partido ser conquistar postos ou ganhar eleições – deixando de lado o problema, que transparece nas próprias formulações do autor, de até que ponto essas duas coisas podem ser vistas como um único objetivo). Mas note-se também – e isto é crucial – que essa confusão ou diluição dos fins (ideológicos) do partido só seria recompensadora eleitoralmente até o ponto em que não resultasse em comprometer o apoio numericamente mais importante que lhe advém de outros eleitores – de suas *bases,* precisamente, na suposição (contrabandeada da tradição sociológica que o autor rechaça) de que não seja totalmente casual, socialmente falando, a identificação partido-eleitor. Nesse sentido, o partido tem de ser em alguma medida *goal-oriented para* preservar suas bases, e não há o contraste que Lima estabelece entre bases, de um lado, e fins e racionalidade, de outro.

– Note-se ainda que a própria literatura que provê a inspiração mais direta do autor (Downs em particular) dedica-se a discutir longamente as relações complexas entre os fins dos partidos no sentido ideológico de que se falou acima e sua atuação maximizante em termos eleitorais, discussão da qual emerge, entre outras nuances, uma proposição que poderia ser formulada em termos de que os partidos, em alguma medida, têm de ser ideológicos para serem pragmáticos.[6] Uma dimensão relevante quanto a isso é a correspondente à perspectiva de tempo relativamente a partidos e eleitores, que é tratada por Downs sem ser discutida adequadamente por Lima, apesar da ênfase que este pretende dar aos aspectos de espaço e tempo. Assim, como diz Downs referindo-se ao eleitor, "Se ele é um eleitor orientado para o futuro, ele pode votar por seu partido favorito, mesmo se este parece não ter chance de ganhar, a fim de melhorar suas próprias

[6].Ibid., capítulo 7.

alternativas em eleições futuras": assegurar o voto desse tipo de eleitor naturalmente exigiria do partido maior consistência ideológica.[7] De sua parte, naturalmente, os próprios partidos podem ser *future-oriented,* caso em que sua estratégia envolverá considerações afins à do eleitor de que trata a citação de Downs, e pretender avaliar a racionalidade de sua atuação em função do grau em que ela maximiza seu apoio eleitoral em determinada eleição, ou mesmo em determinada série de eleições, significaria atribuir ao partido fins que *não* são os dele. Partidos de orientação revolucionária cujas mensagens se dirigem a determinados setores da população estariam fadados, nessa perspectiva, a serem necessariamente tratados como irracionais, o que não se ajusta à evidência de êxito de sua ação em certos casos.

Em síntese, mesmo um Downs é muito mais sociológico do que parece pretender Lima – donde as reservas de que procurei fazer acompanhar, nas discussões da segunda parte deste trabalho, as formulações que atribuem certo tipo de abstrações à literatura da *public choice* em geral. E o próprio Lima não pode senão ser mais sociológico do que pretende no que se refere aos aspectos empíricos de seu trabalho e a suas conclusões. É certo, por um lado, que seus dados contêm diversas indicações da validez de uma abordagem mais sociológica que não merecem qualquer discussão dele: veja-se, por exemplo, quanto aos dados relativos às bancadas estaduais eleitas para a Câmara dos Deputados (tabela 44, p.196), a evidente correlação entre o número de partidos efetivos e o grau de desenvolvimento socioeconômico dos estados brasileiros. Por outro lado, contudo, algumas formulações encontradas nas conclusões do trabalho indicam bastante bem as dificuldades que o autor encontra para ser fiel, na apreciação de seus resultados empíricos, à abordagem proposta. Assim, no capítulo VI, dedicado às relações entre "racionalidade contextual, competição eleitoral e os subsistemas partidários brasileiros", lê-se que "As preferências eleitorais não se distribuíam ao acaso; de fato, dependem da estrutura partidária existente, não importa se os partidos disputavam eleições individualmente ou através de alianças" (p.210). Isso é imediatamente seguido pela afirmação de que "o comportamento partidário e o nível organizacional dos partidos dependiam das condições locais de disputa, e estas incluíam o conhecimento do comportamento prévio do

[7].Ibid., p.50.

eleitorado" (idem). A primeira parte dessa dupla proposição envolve claramente uma visão da direção das determinações entre preferências eleitorais e estrutura partidária que, no que tem de "antissociológico", pareceria coerente com a proposta básica de Lima – embora não me pareça estar substanciada, nesses termos, pelos dados que se manipulam na tese. A segunda parte, porém, inverte de maneira igualmente clara aquela direção, envolvendo a corroboração de um modelo "sociológico" de abordagem que se diria contrariar muito do que se propõe como a postura teórico-metodológica própria da tese.

* * *

Tenho menos a dizer a respeito da tese de Wanderley Guilherme dos Santos, a qual me parece menos problemática quanto às questões principais que me interessam nestes comentários. As formulações de cunho metodológico de Santos em geral procuram ser cautelosas e matizadas, indicando a necessidade de complementar o paradigma clássico de análise social e política vigente no Brasil, onde se destacam processos socioeconômicos, com a devida atenção aos processos e variáveis mais estritamente políticos. Assim, lemos (p.VI) que, "Sem negar a relevância de tais categorias amplas (relativas às tendências sociais e econômicas – FWR), sustentaremos que uma estratégia que olha os processos políticos como variáveis independentes é capaz de dirigir nossa atenção para tendências empíricas importantes de que seria impossível dar conta de outra forma". Ou (p.2): "O ponto mais importante a destacar é a necessidade de se terem variáveis políticas, ademais de sociais e econômicas, incorporadas ao diagnóstico a fim de se alcançar uma explicação mais plausível para a crise de 1964". Ocupando-se do processo que leva à derrocada do governo João Goulart e ao movimento político-militar de 1964, Santos parte de observações – que evidentemente situam problemas de interesse para a análise – tais como a de que basicamente os mesmos processos socioeconômicos se achavam em operação tanto no momento em que foi possível a Goulart frustrar ao menos parcialmente a tentativa de impedir sua posse quanto, apenas alguns anos depois, no momento da queda de seu governo; ou tanto durante o "estável" governo de Kubitschek quanto durante o período de Goulart, caracterizado por hiperinstabilidade, paralisia e crise final. É inegável a qualidade do trabalho que faz Wanderley dos Santos na tentativa de responder à indagação básica aí situada, buscando-a

na dinâmica do jogo partidário ao nível parlamentar, nas hipóteses de fragmentação, polarização e impossibilidade de constituir coalizão capaz de governar, a instabilidade consequente, as permanentes reformulações ministeriais e a transformação de todo o aparato do estado em objeto de barganha política etc. – hipóteses que são examinadas e discutidas através da análise criativa e esclarecedora de dados de diversos tipos. Ressalte-se ainda, como se dá com a tese de Olavo Lima Júnior, a tentativa de trabalhar segundo os padrões logicamente rigorosos e "proposicionais" ou afirmativos próprios da literatura da *public choice.*

Contudo, o trabalho de Santos não está a salvo de problemas afins aos que procurei apontar nos textos de Campello de Souza e Olavo Lima Júnior, e que se poderiam reapresentar aqui nos seguintes termos: (a) a indagação de até que ponto o verdadeiro problema envolvido pode ser adequadamente formulado em termos de um contraste entre, de um lado, dimensões sociais, econômicas etc. e, de outro, uma dimensão propriamente "política" – formulação esta que Santos certamente compartilha com os demais; (b) a ocorrência de certo viés na análise *empírica* dos problemas que me parece resultar da colocação da questão geral naqueles termos e que transparece também bastante claramente em Santos.

Vimos antes algumas citações em que se nota um claro contraste entre o "político" e, digamos para abreviar, o "socioeconômico". Para melhor colocar em foco a questão geral, entretanto, o seguinte enunciado (que aparece nas páginas 13 e 14) parece especialmente adequado: "A principal premissa, portanto, da presente pesquisa é esta: os conflitos sociais e econômicos atuam sobre a *polity* através da mediação da estrutura da competição política. É a estrutura do conflito político em si que finalmente conta para o resultado de qualquer outro conflito na sociedade como um todo". As perguntas básicas e simples que ocorrem, e que necessitam sem dúvida ser enfrentadas diante das confusões encontradas nas tentativas por diversos aspectos saudáveis de recuperar o "político", são as seguintes: que é *realmente* um conflito político, por oposição a um conflito social ou econômico? que é *realmente* a *polity*, por oposição à sociedade? que é *realmente* o político, afinal?

É curioso e revelador, como se indicou acima, que nenhum dos trabalhos aqui discutidos, em que tanta ênfase se dá ao problema das relações entre o político e o resto, se proponha esclarecer essas perguntas no

plano conceitual. Em todos eles há a suposição de que se trata de algo claro e não passível de discussão: a esfera do político tem a ver com a esfera de certas instituições tais como os partidos, o parlamento, o poder executivo. E o problema que se apresenta é o de apreender de maneira adequada a forma pela qual essa esfera se articula com a esfera do "socioeconômico": ela será talvez determinada por esta última, mas tem também certa dinâmica própria e eventualmente terá certo papel determinante mesmo diante do socioeconômico ou do processo global.

Se se parte do problema posto em tais termos, uma forma de procurar responder às perguntas acima que deriva dos trabalhos examinados, incluído o de Santos, é, naturalmente, a de que o político é a esfera do institucional. O problema com essa resposta é que há instituições que aparentemente não se ajustam à delimitação do âmbito do político que parece ser a pretendida na perspectiva que os trabalhos examinados compartilham: uma empresa, por exemplo, é naturalmente uma instituição, mas pertenceria antes ao plano "socioeconômico". Tratar-se-ia então, alternativamente, de instituições que regulam ou processam o conflito *político.* Mas ocorre que não sabemos ainda o que seja conflito político, já que a definição do político pelo institucional, tal como recém-proposta, não serve, e definir as instituições políticas pelo "político" seria cair num círculo vicioso e vazio. Que fazer?

Creio que a perspectiva compartilhada nos estudos discutidos (e sua expressão, para particularizar, na premissa constante do enunciado destacado de Santos) tem um aspecto muito positivo que consiste precisamente em salientar a relevância do problema institucional para o problema político em geral. Por outras palavras, como vimos antes, a questão central que se coloca na convivência política é precisamente a de se encontrarem canais organizacionais e institucionais para o processamento dos conflitos – mas, acrescento, de *qualquer* conflito, de acordo com a ligação estabelecida entre o político e o caráter "abstrato" da intencionalidade própria da ação ou interação estratégica. Assim, o direito de voto para os analfabetos é um assunto político porque envolve conflito real ou potencial; mas o mesmo se pode dizer da reforma agrária, da política salarial das empresas, do fato de se ser católico ou protestante etc. etc.

Isso tem certa aparência inevitavelmente banal. Mas se tudo o que se disse anteriormente nestes comentários não foi suficiente para mostrar as confusões que ocorrem a respeito e suas consequências negativas, tomemos de novo a premissa de Santos: “os conflitos sociais e econômicos atuam sobre a *polity* através da mediação da estrutura de competição política”; e a estrutura do conflito político em si que finalmente conta para o resultado de qualquer outro conflito na sociedade como um todo”. Como se relacionaria tal premissa com a noção de uma sociedade *pretoriana,* que encerra precisamente a ideia da *precariedade* do nível político-institucional e, na expressão de um Huntington, da “politização” direta (isto é, da manifestação não institucional ou institucionalizada) dos conflitos sociais de todo tipo, e que significa, portanto, que *falta* precisamente a mediação que Santos salienta? Isso permite, por um lado, ponderar que tais conflitos não deixam de ser políticos pela precariedade da mediação institucional. Mas permite também, por outro lado, reiterar de forma diferente o que se disse acima, ou seja, que a questão básica é exatamente a de erigir a estrutura de mediação capaz de processar conflitos que ganhem suficiente relevância, independentemente de sua natureza intrínseca. E parte fundamental da explicação de muitos processos concretos, incluído o processo brasileiro da atualidade, tem a ver com o fato de que essa estrutura de mediação não se encontra consolidada, ou é incapaz de ajustar-se automaticamente (isto é, por meio dos recursos previstos no próprio aparato institucional) aos conflitos novos de todos os tipos que resultam da transformação da sociedade – e que se tornam propriamente políticos precisamente na medida em que a relevância que ganham faz em princípio necessário que a estrutura institucional de mediação venha a ajustar-se a eles e a ser capaz de incorporá-los e processá-los. Ou a alternativa será a utilização “instrumental” ou “estratégica” do próprio estado como *participante* nos conflitos.

Sem dúvida, Santos está consciente dos aspectos mais substanciais de tal problema. E é claro que examinar inteligentemente, como faz ele, o que se passa no nível de certa aparelhagem institucional em princípio destinadas a realizar a mediação é algo que contribui para esclarecê-lo. Mas colocar as questões em termos de contraste entre o “político” e o “socioeconômico” não só não ajuda em nada, como também envolve um erro de ótica que tem consequências substantivas.

Por exemplo, tome-se a “estabilidade” do governo Kubistschek, por contraste com a instabilidade do governo Goulart. É bastante claro que o primeiro aparece como estável *a posteriori,* como resultado precisamente da comparação sobretudo com períodos posteriores. Isso não permite esquecer, porém, que a legitimidade do governo JK foi radicalmente contestada durante o próprio mandato de Juscelino, e que as articulações golpistas foram um fantasma que esteve presente desde o começo (vide os acontecimentos de novembro de 1955). O que se sugere aqui é que se trata de uma crise institucional durante *todo* o tempo (durante todo o período de 1945 a 1964, para tomar um marco frequente nos trabalhos discutidos) – e que isso, com o que sugere quanto a uma forma complexa e basicamente precária de se articularem o nível da base social dos conflitos de todo tipo e o nível das instituições destinadas a processá-los, é a chave maior do problema geral. Naturalmente, essa crise institucional se agrava com o passar do tempo, chegando ao ponto de fragmentação e da polarização parlamentar, da paralisia de decisões etc. Mas esse ponto, como os próprios dados de Santos mostram e ele não deixa de registrar (veja-se, por exemplo, a página 85, onde o que se passa no Congresso é expressamente vinculado ao que se passa no sistema como um todo; ou a tabela IV-6 na página 113, onde o que se observa de mais nítido é o crescimento parlamentar dos partidos de esquerda, o que tem um óbvio substrato social), se alcança no momento em que os conflitos sociais em geral ameaçam ter consequências no plano institucional e desdobrar-se, a partir daí, em consequências de certa natureza no próprio plano estrutural dos interesses sociais em confronto. O que não é de forma alguma incompatível com a admissão de que o jogo no nível estritamente institucional tem certa “autonomia” (ou seja, o nível político-institucional é ele próprio um *contexto* especial de confrontações estratégicas) e admite idas e vindas, como as que se observam com o próprio Goulart entre 1961 e 1964.

Contudo, a distorção de ótica induzida pela falta de uma conceituação adequada do “político” transparece mais claramente em pelo menos um par de pontos específicos do trabalho de Santos. Refiro-me a certos argumentos que ele dedica às resistências opostas às propostas de mudança constitucional durante o governo Goulart, que são retomados em suas conclusões (pp.232-3 e 235). O que tais argumentos sustentam é que a oposição às emendas de conteúdo social mais *“*radical” se deveu simplesmente ao temor de que tais mudanças pudessem “abrir a porta a

outras alterações menos desejáveis" (p.233), ou seja, a emendas de objetivos prorrogacionistas relativamente ao mandato de Goulart. Com relação aos militares, especificamente, Santos sustenta (tendo em mente, como é bem claro, a mesma questão das intenções prorrogacionistas) que "o que de fato contou foi a crença, entre os líderes militares, de que o presidente não agia de boa fé nas questões constitucionais" (p.235) – o que contém, naturalmente, a implicação de que se os militares estivessem seguros de que Goulart agia de boa fé, pretendendo realmente fazer reformas radicais em nome dos interesses do povo brasileiro, tudo estaria bem. O conteúdo *social* dos *issues* constitucionais não conta: o que importa é o nível "político". Desnecessário salientar a pobreza da concepção de política que aí se encerra – e como a riqueza *real* das análises gerais de Santos no trabalho em questão se ajusta bem à perspectiva proposta em nossa discussão anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Idéologie et Appareils Idéologiques d'État. *La Pensée,* 151, junho de 1970.

ARENDT, Hannah. *Between Past and Future. Eight Exercises in Political Thought.* Nova Iorque, Viking, 1968.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro.* São Paulo, Perspectiva, 1972.

ARENDT, Hannah. *The Human Condition.* Chicago, The University of Chicago Press, 1958.

BALÁN, Jorge (org.). *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro.* São Paulo, DIFEL, 1974.

BARRY, Brian. *Sociologists, Economists, and Democracy.* Londres, Collier-MacMillan, 1970.

BENJAMIN, W., M. HORKHEIMER, T. W. ADORNO e J. HABERMAS. *Textos Escolhidos.* São Paulo, Abril Cultural, 1975.

BERGER, Peter L., e Thomas LUCKMANN. *A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento.* Petrópolis, Vozes, 1973.

BOUDON, Raymond. *Effets Pervers et Ordre Social.* Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

BUCHANAN, James, e Gordon TULLOCK. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy.* Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1962.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos Políticos* no *Brasil, 1930 a 1964.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

DAHL, Robert A. The Concept of Power. *Behavioral Science,* 2 (3), julho de 1957.

DAHRENDORF, RALF. *Class and Class Conflict in Industrial Society.* Stanford, Stanford University Press, 1959.

DEUTSCH, Karl W. *The Nerves of Government.* Nova Iorque, Free Press, 1966.

DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy.* Nova Iorque, Harper & Row, 1957.

DROR, Yehezkel. *Design for Policy Sciences.* Nova Iorque, American Elsevier, 1971.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Labor in the Political Process in Brasil. Corporatism in a Modernizing Nation.* Tese de doutorado, Universidade de Columbia, 1970.

GRÉCO, Pierre. Epistémologie de la Psychologie. In: Jean PIAGET (dir.). *Logique et Connaissance Scientifique.* Paris, Gallimard, 1967.

HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*, volume I. Boston, Beacon Press, 1984; volume II, Boston, Beacon Press, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Communicatíon and the Evolution of Society.* Boston, Beacon Press, 1979.

HABERMAS, Jurgen. *Connaissance et Interêt.* Paris, Gallimard, 1976.

HABERMAS, Jürgen. *Legitimation Crisis.* Boston, Beacon Press, 1975.

HABERMAS, Jürgen. *Logica delle Scienze Sociali.* Bologna, I1 Mulino, 1970.

HABERMAS, Jürgen. *La Technique et la Science comme "Idéologie".* Paris, Gallimard, 1973/75, apud J. R. LADMIRAL. Le Programme Épistémologique de Jürgen Habermas. In: Jürgen HABERMAS. *Connaissance et Interêt.* Paris, Gallimard, 1976.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência como "Ideologia". In: J. BENJAMIN, M. HORKHEIMER, T. W. ADORNO e J. HABERMAS. *Textos Escolhidos.* São Paulo, Abril Cultural, 1975.

HABERMAS, Jürgen. *Théorie et Pratique.* Paris, Payot, 1975, 2 volumes.

HABERMAS, Jtlrgen. *Toward a Rational Society.* Londres, Heinemann, 1971.

HABERMAS, Jürgen. Vorbereitende Bemerkungen zu einer Theorie der kommunikativen Kompetenz. In: J. HABERMAS e N. LUHMANN.

Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie? Frankfurt, s.e., 1971, apud Thomas MCCARTHY. Translator's Introduction. In: Jürgen HABERMAS. *Legitimation Crisis.* Boston, Beacon Press, 1975.

HELLER, Herman. *Teoria do Estado.* São Paulo, Mestre Jou, 1968.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political Order in Changing Societies.* New Haven, Yale University Press, 1968.

LADMIRAL, Jean-René. Le Programme Épistémologique de Jürgen Habermas. In: Jürgen HIABERMAS. *Connaissance et Interêt.* Paris, Gallimard, 1976.

LASSWELL, Harold D., e Abraham KAPLAN. *Power and Society.* New Haven, Yale University Press, 1950.

LASSWELL, Harold D., e Abraham KAPLAN. *Poder e Sociedade.* Brasilia, Universidade de Brasília, 1979.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *The Brasilian Multi-Party System. A Case for Contextual Rationality.* Tese de doutorado, Universidade de Michigan,1980.

LUCE, R. Duncan, e Howard RA.IFFA. *Games and Decisions.* Nova Iorque, John Wiley, 1957.

McCARTHY, Thomas. Translator's Introduction. In: Jürgen. HABERMAS. *Legitimation Crisis.* Boston, Beacon Press, 1975.

MARSHALL, T. H. *Class, Cítizenship, and Social Development.* Nova Iorque, Doubleday, 1965.

MERTON, Robert K. The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action. *American Sociological Review,* 1, 1936, 894-904.

MITCHELL, William C. A Forma da Teoria Política Vindoura: Da Sociologia Política à Economia Política. In: Seymour M. LIPSET (org.). *Política e Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

OLSON, Mancur, Jr. *The Logic of Collective Action. Public Goods and the Theory of Groups.* Cambridge, Harvard University Press, 1965.

OLSON, Mancur, Jr. As Relações entre a Economia e as Outras Ciências Sociais: A Esfera de um "Relatório Social". In: Seymour M. LIPSET (org.). *Política e Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

PARSONS, Talcott. *The Structure of Social Action.* Glencoe, Free Press, 1937.

PIAGET, Jean. *Estudos Sociol6gicos.* Rio de Janeiro, Forense, 1973.

PIAGET, Jean. *A Equilibração das Estruturas Cognitivas.* Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

PIAGET, Jean. *Problemas de Psicologia Genética.* São Paulo, Abril Cultural, 1978 (volume dedicado a Jean PIAGET da série "Os Pensadores").

PIAGET, Jean. *Introduction à l'Épistémologie Génétique.* Paris, Presses Universitaires de France, 1950, 3 volumes.

PIAGET, Jean (dir.). *Logique et Connaissance Scientifique.* Paris, Gallimard, 1967.

PIAGET, Jean. *Les Méthodes de l'Épistémologie.* In: Jean PIAGET (dir.). *Logique et Connaissance Scientifique.* Paris, Gallimard, 1967.

PIAGET, Jean. *Psicología de la Inteligencia.* Buenos Aires, Psique, 1960.

PIAGET, Jean. *Sabedoria e Ilusões da Filosofia.* São Paulo, Abril Cultural, 1978 (volume dedicado a Jean PIAGET da série "Os Pensadores").

PIAGET, Jean. *Structuralism.* Londres, Routledge & Kegan Paul, 1971.

PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation.* Los Angeles, University of California Press, 1967.

PIZZORNO, Alessandro. Introduzione allo Studio della Partecipazione Politica. *Quaderni di Sociologia,* 15 (3/4), 1966, 235-88.

PLAMENATZ, John. Mr. Warrender's Hobbes. *Political Studies,* 5 (3), 1957.

PRZEWORSKI, Adam. The Ethical Materialism of John Roemer. Universidade de Chicago, 1981 (mimeografado).

PRZEWORSKI, Adam. Material Bases of Consent: Economics and Politics in a Hegemonic System. *Political Power and Social Theory*, 1 (1), 1980, 21-66

PRZEWORSKI, Adam. Material Interests, Class Compromise, and the Transition to Socialism. *Politics and Society*, (1), 1980, 125-53.

PRZEWORSKI, Adam, e Michael WALLERSTEIN. The Structure of Class Conflict in Democratic Capitalist Societies . *The American Political Science Review*, 76 (2), 1982, 215-38.

RAPOPORT, Anatol. *Fights, Games, and Debates.* Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1960.

RAE, Douglas W. *The Political Consequenses of Electoral Laws.* New Haven, Yale University Press, 1967.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge, Harvard University Press, 1971.

REIS, Fábio W. O Grifo é Nosso! Academia, Democracia e Dependência. *Dados. Revista de Ciências Sociais,* 23 (1), 1980, 59-77.

REIS, Fábio W. Brasil: "Estado e Sociedade" em Perspectiva. *Cadernos DCP*, 2, 1974, 35-74

REIS, Fábio W. Política e Políticas: A Ciência Política e o Estudo das Políticas Públicas. *Cadernos DCP*, 4, 1977, 167-86

REIS, Fábio W. Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político. In: REIS, Fábio W. *Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira*, São Paulo, EDUSP, no prelo.

REIS, Fábio W. Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político. *Cadernos DCP*, 1, 1974, 5-58.

REIS, Fábio W. Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político: Um Marco Teórico e o Caso Brasileiro. In: Jorge BALÁN (org.) *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro.* São Paulo, Difel, 1974.

RIKER, William H., e Peter C. ORDESHOOK. *An Introduction to Positive Political Theory.* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1973.

RIKER, William H. The Number of Political Parties: A Reexamination of Duverger's Law. *Comparative Politics*, 9 (1), 1976, 93-106.

RIKER, William H. *The Theory of Political Coalitions.* New Haven, Yale University Law Press, 1962.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *The Calculus of Conflict . Impasse in Brazilian Politics and The Crisis of 1964.* Tese de doutorado , Universidade de Stanford, 1979.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The Semi-Sovereign People*. Nova Iorque, Holt, Rinehart & Winston, 1960.

SCHELLING, Thomas C. *The Strategy of Conflict.* Nova Iorque, Oxford University Press, 1963.

SCHMITT, Cari. *Le Categorie del "Politico".* Bolonha, Il Mulino, 1972.

SHUBIK, Martin (ed.). *Readings in Game Theory and Political Behavior.* Garden City, Doubleday, 1954.

SIMON, Herbert A. *Models of Man.* Nova Iorque, John Wiley, 1957.

STRAUSS, Leo. *Natural Right and History.* Chicago, Chicago University Press, 1953.

TAYLOR, A. E. The Ethical Doctrine of Hobbes. In: Keith BROWN (ed.). *Hobbes Studies.* Cambridge, Harvard University Press, 1965.

TILLY, Charles (ed.). *The Formation of National States in Western Europe.* Princeton, Princeton University Press, 1975.

VAN DYKE, Vernon. Process and Policy as Focal Concepts in Political Research. In: Austin RANNEY (ed.) . *Political Science and Public Policy.* Chicago, Markham, 1968.

VON NEUMANN, John, e Oskar MORGENSTERN. *The Theory of Games and Economic Behavior.* Princeton, Princeton University Press, 1944.

WARRENDER, Howard. *The Political Philosophy of Hobbes.* Oxford, Oxford University Press, 1957.